



Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp)
Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais (IPPRI)
Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe
(TerritoriAL)

RAONI FERNANDES AZERÊDO

AGRONEGÓCIO COOPERATIVO DA COAMO: TERRITORIALIZAÇÃO, PODER E
CONTROLE

SÃO PAULO

2016

RAONI FERNANDES AZERÊDO

AGRONEGÓCIO COOPERATIVO DA COAMO: TERRITORIALIZAÇÃO, PODER E
CONTROLE

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe (TerritoriAL), do Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais (IPPRI) da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp), como exigência para obtenção do título de mestre em Geografia, na área de concentração “Desenvolvimento Territorial”, na linha de pesquisa “Campesinato, Capitalismo e Tecnologias”.

Orientador: Pedro Ivan Christoffoli.

Co-Orientador: Maurício Sardá de Faria.

SÃO PAULO

2016

Azerêdo, Raoni Fernandes.

A993 Agronegócio cooperativo da COAMO : territorialização, poder e controle / Raoni Fernandes Azerêdo. – São Paulo, 2016.
137 f. : il. ; 30 cm.

Orientador: Pedro Ivan Christoffoli.

Co-orientador: Maurício Sardá de Faria.

Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais (IPPRI), Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe (TerritoriAL), 2016.

Bibliografia

1. Geografia rural. 2. Brasil – Desenvolvimento rural. 3. Brasil – Cooperativas agrícolas. 4. COAMO Agroindustrial Cooperativa. 5. Organização das Cooperativas do Paraná. I. Título.

CDD 338.1098162

RAONI FERNANDES AZERÊDO

AGRONEGÓCIO COOPERATIVO DA COAMO: TERRITORIALIZAÇÃO, PODER E
CONTROLE

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe (TerritoriAL), do Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais (IPPRI) da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp), como exigência para obtenção do título de mestre em Geografia, na área de concentração “Desenvolvimento Territorial”, na linha de pesquisa “Campesinato, Capitalismo e Tecnologias”.

Orientador: Pedro Ivan Christoffoli

Co-Orientador: Maurício Sardá

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Pedro Ivan Christoffoli (Universidade Federal da Fronteira Sul)

Prof. Dr. Paulo Roberto Raposo Alentejano (Universidade Estadual do Rio de Janeiro)

Prof. Dr. Luis Antônio Pasquetti (Universidade de Brasília)

São Paulo, 24 de Março de 2016.

Dedico este trabalho a Gilvanice, Raimundo e Cauê. Obrigado pelo carinho, alegria e amor, durante toda a vida.

AGRADECIMENTOS

Mesmo que toda a responsabilidade seja de quem o escreveu, esta dissertação é também resultado do apoio, carinho, solidariedade, aprendizado de muitas pessoas. Correndo o risco de esquecimento, agradeço especialmente.

Ao Professor Pedro Ivan Christoffoli, minha admiração e um agradecimento duplicado. Primeiro, pela orientação atenciosa e o incentivo persistente para que eu pudesse ir além. Segundo, pelos aprendizados que tive em sua convivência, em especial, seu exemplo em construir uma real Práxis em favor da classe trabalhadora.

À minha família, Gilvanice, Raimundo, Cauê, vovó Tezinha, pela força de diversos tipos, sobretudo na diáspora (deslocamento incentivado) que foi atravessar o País para a realização desta pesquisa.

À Izadora, que mesmo num período de ausências e distâncias geográficas, nunca deixou de estar ao meu lado. Obrigado pela paciência e apoio na caminhada. Com carinho e amor, espero continuar ao seu lado.

Aos amigos, em especial, Thaiguara, Tistu, Yuri, Camilo, Mário, Hugo, Lulu... Ao primo Tiago... E minhas queridas Gabi e Pati.

Ao Natal pela valiosa contribuição nas pesquisas de campo.

Ao amigo e Professor Maurício Sardá, pela amizade e sugestões/críticas durante a pesquisa.

À Professora Áurea Andrade pelos longos diálogos e preciosas sugestões para o desenvolvimento desta pesquisa.

À Professora Sônia Regina de Mendonça, pela leitura atenciosa e valiosas sugestões para a melhoria do texto final.

Aos Professores da Banca, Paulo Roberto Alentejano e Luis Antônio Pasquetti, pela leitura crítica e sugestões totalmente pertinentes para a consolidação deste trabalho final.

Ao Núcleo de Estudos em Cooperação (NECOOP), da Universidade Federal da Fronteira Sul, pela generosa oportunidade em trabalhar, aprender, pesquisar. Da mesma forma agradecer aos membros deste núcleo, em especial a Cris e Débora.

À Escola Nacional Florestan Fernandes e a turma José Carlos Mariatégui, e seus bravos e bravas, que nos punhos cerrados lutam por um mundo melhor.

RESUMO

Trataremos neste estudo, da maior cooperativa singular capitalista da América Latina, a COAMO - Agroindustrial Cooperativa, localizada em Campo Mourão, Estado do Paraná/Brasil. Esta foi criada e incentivada pelo Estado no auge dos “anos de chumbo” do regime militar, especialmente através da Extensão Rural, com um propósito claro de atender às demandas do capital no campo. A COAMO é caracterizada por uma estratégia de agressiva expansão territorial para novos mercados econômicos, ganhos de escala e competitividade, na qual acaba exercendo profunda influência política e mudanças do espaço agrário em territórios por ela dominados. Também, sua estratégia induz uma dinâmica de processo de materialização de relações sociais de produção tipicamente capitalista, voltando-se para uma agricultura moderna/tecnicizada, fortemente especializada nos grãos (em especial a soja), que permeada por uma aliança entre burguesia agrária e tecnocracia, engendram relações de exclusão de pequenos cooperados e de subalternidade camponesa ao modelo do agronegócio. O estudo dessa forma de organização cooperativa é fundamental para entendermos as atuais dinâmicas econômicas, sociais, políticas e ambientais no meio rural brasileiro, e as contradições resultantes do prevalecimento da concentração privada da propriedade, da monocultura e da produção voltada especialmente para o mercado externo (*commodities*), intensiva na utilização de insumos químicos e na exploração do trabalho.

Palavras-chaves: Cooperativas Agrícolas. COAMO Agroindustrial Cooperativa. Estado. Territorialização.

ABSTRACT

The present study will treat about the leading co-operative capitalist of Latin America, COAMO–Agroindustrial Cooperativa, located in Campo Mourão, State of Parana /Brazil. It was created and encouraged by the State at the height of the "years of lead" of the military regime, especially through the Rural Extension, with a clear purpose to meet the demands of the capital in the field. The COAMO is characterized by an aggressive territorial expansion strategy for new economic markets, economies of scale and competitiveness, which ends up playing deep political influence and change the agrarian space in territories dominated by it. Also, its strategy induces a dynamic of realization of social relationships typically capitalist production process, turning to modern agriculture / technicized , strongly specialized in grains (especially soybeans), which permeated by an alliance between agrarian bourgeoisie and technocracy, engender exclusion relations small cooperatives and peasant subordination to the agribusiness model. The study of this form of cooperative organization is critical to understand the current economic dynamics, social, political and environmental in the Brazilian countryside, and the contradictions arising from prevailing of private ownership concentration, monoculture and production focused especially for the export market (*commodities*), intensive use of chemical inputs and labor exploitation.

Keywords: Agricultural Cooperative. COAMO Agribusiness Co-operative. Government. Territorialisation.

RESUMEN

Trataremos, en este estudio, de la mayor cooperativa singular capitalista de América Latina, La COAMO – Agroindustrial Cooperativa, localizada en Campo Mourão, Estado de Paraná, Brasil. Ésta fue creada e incentivada por el Estado en el auge de los “años de chumbo” del régimen militar, especialmente a través de la Extensión Rural, con un propósito claro de atender a las demandas del capital en el campo. La COAMO se caracteriza por una estrategia de agresiva expansión territorial hacia nuevos mercados económicos, ganancias de escala y competitividad, en la cual acaba ejerciendo profunda influencia política y transformaciones del espacio agrario en territorios por ella dominados. También, su estrategia induce una dinámica de procesos de materialización de relaciones sociales de producción típicamente capitalista, volviéndose hacia una agricultura moderna/tecnificada, fuertemente especializada en los granos (en especial, la soja) que, permeada por una alianza entre la burguesía agraria y la tecnocracia, engendran relaciones de exclusión de pequeños cooperados y de subalternidad campesina al modelo del agronegocio. El estudio de esa forma de organización es fundamental para entender las actuales dinámicas económicas, sociales, políticas y ambientales en el medio rural brasileño, y las contradicciones resultantes de la prevalencia de la concentración privada de la propiedad, del monocultivo y de la producción orientada especialmente hacia el mercado externo (*commodities*), intensiva en la utilización de agroquímicos y en la explotación del trabajo.

Palabras clave: Cooperativas agrícolas. COAMO Agroindustrial Cooperativa. Estado. Territorialización.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Evolução da estrutura da Acarpa/Emater quanto a número de escritórios e de	33
Figura 2 – Plano Integrado de Cooperativismo no Paraná	41
Figura 3 – Territorialização do projeto de cooperativismo Norte do Paraná – NORCOOP.....	60
Figura 4 – Número de cooperados da COAMO (1970-1979).....	61
Figura 5 – Estrutura fundiária dos cooperados da COAMO no ano de 1979.....	62
Figura 6 – Principais produtos recebidos na COAMO em 1979, em toneladas.....	64
Figura 7 – Porcentagem na venda (faturamento) de insumos químicos pela COAMO no ano de 1979.....	65
Figura 8 – Número de cooperados da COAMO (1980-1989).....	69
Figura 9 – Principais produtos recebidos pela COAMO no ano de 1988	71
Figura 10 – Comparação dos principais produtos recebidos da COAMO: em toneladas nos..	72
Figura 11 – Porcentagem na venda (faturamento) de insumos químicos pela COAMO no ano	73
Figura 12 – Comparativo de percentual de insumos químicos vendidos pela COAMO nos anos.....	74
Figura 13 – Número de cooperados da COAMO (1989-1997).....	77
Figura 14 – Estrutura fundiária dos cooperados da COAMO no ano de 1997.....	78
Figura 15 – Evolução do recebimento da soja, trigo e milho nos anos de 1979, 1988 e 1997	80
Figura 16 – Capacidade de armazenamento da COAMO em 1979, 1988 e 1997 - em toneladas	81
Figura 17 – Espacialização geográfica da Cooperativa Agroindustrial COAMO com filiais instaladas.....	86
Figura 18 – Organograma da COAMO	93
Figura 19 – Principais destinos das exportações da Cooperativa Agroindustrial COAMO.....	98
Figura 20 – Evolução das receitas da COAMO via exportação em US\$ (em milhões).....	100
Figura 21 – Receitas da COAMO em percentual por finalidades (1980-1988).....	103
Figura 22 – Receitas da COAMO em percentual por finalidades (1990-1999).....	104
Figura 23 – Receitas da COAMO em percentual por finalidades (2000-2011)	106
Figura 24 – Financiamentos da COAMO contraídos com terceiros, em porcentagem em 1979.....	111
Figura 25 – Débitos da COAMO com instituições financeiras, em porcentagem, de acordo com as suas finalidades (1980-1988)	113

Figura 26 – Comparativo dos financiamentos da COAMO contraídos com terceiros, em porcentagem, de acordo com as suas finalidades (1979 e 1988)	114
Figura 27 – Débitos da COAMO com instituições financeiras, em porcentagem, de acordo com as suas finalidades (1991-1999)	116
Figura 28 – Débitos da COAMO com instituições financeiras, em porcentagem, de acordo com as suas finalidades (2000-2014)	118
Figura 29 – Percentual do capital social e dos fundos legais e estatutários em relação ao Patrimônio Líquido da COAMO, entre os anos de 2000 a 2014	124

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Extensionistas de destaque no desenvolvimento do cooperativismo paranaense.....	35
Quadro 2 – Diretores da OCEPAR	36
Quadro 3 – Entrepostos criados pela COAMO na década de 1970.....	59
Quadro 4 – Entrepostos criados pela COAMO na década de 1980	68
Quadro 5 – Entrepostos criados pela COAMO na década de 1990	76
Quadro 6 – Entrepostos criados pela COAMO na década de 2000	83

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABAG	Associação Brasileira de Agribusiness
ABCAR	Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural
ABCOOP	Aliança Brasileira de Cooperativas
ACARPA	Associação de Crédito e Assistência Rural do Paraná
ACI	Aliança Cooperativa Internacional
AIA	Associação Internacional Americana
ASSOCENE	Associação de Orientação às Cooperativas do Nordeste
ASSOCEP	Associação de Orientação às Cooperativas do Estado do Paraná
BADEP	Banco de Desenvolvimento do Estado do Paraná
BB	Banco do Brasil
BNCC	Banco Nacional de Crédito Cooperativo
BRDE	Banco Regional de Desenvolvimento
CEPLAC	Comissão Especial de Planejamento da Lavoura Cacaueira
CEXPAR	Instituto Centro de Comércio Exterior do Paraná
CFP	Companhia de Financiamento e Produção
CNC	Conselho Nacional de Cooperativismo
COAMO	Agroindustrial Cooperativa
CODEPAR	Companhia de Desenvolvimento do Paraná
COELPRO	Coordenadoria de Elaboração de Projetos
COFEP	Conselho de Coordenação e Fomento ao Cooperativismo do Paraná
CONTRIJUÍ	Cooperativa Regional Triticola Serrana
COODETEC	Cooperativa Central de Pesquisa Agropecuária
CPMI	Comissão Parlamentar Mista de Inquérito
CRS	Crédito Rural Supervisionado
CTRIN	Comissão de Compra do Trigo Nacional
DAC	Departamento de Assistência ao Cooperativismo
DENACOOOP	Departamento de Cooperativismo e Associativismo Rural
EMATER-PR	Empresa Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EMBRATER	Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural
ETA	Escritório Técnico de Agricultura Brasil Estados Unidos
FAAB	Frente Ampla da Agropecuária Brasileira
FDP	Partido Democrático Liberal

FRENCOOP	Frente Parlamentar do Cooperativismo
IAA	Instituto do Açúcar e do Alcool
IBC	Instituto Brasileiro do Café
IBP	International Breeding
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INDA	Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário
IPEAME	Instituto de Pesquisa Agropecuária Meridional
MAIC	Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio
OCB	Organização das Cooperativas Brasileiras
OCEPAR	Organização das Cooperativas do Paraná
PDC	Plano de Desenvolvimento Cooperativo
PFL	Partido Frente Liberal
PRODECOOP	Programa de Desenvolvimento Cooperativo para Agregação de Valor à Produção Agropecuária
RECOOP	Programa de Revitalização das Cooperativas de Produção Agropecuária
SENAR	Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
SESCOOP	Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo
SIBER	Sistema Brasileiro de Extensão Rural
SNA	Sociedade Nacional de Agricultura
SNCR	Sistema Nacional de Crédito Rural
UNASCO	União Nacional das Associações Cooperativas
USAID	Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	14
2	O EMARANHADO DO CIPOAL: A RELAÇÃO ESTADO E COOPERATIVISMO AGRÍCOLA PARANAENSE.....	17
2.1	Projeto de extensão rural para a modernização conservadora da agricultura: breves apontamentos históricos.....	18
2.2	O projeto de cooperativização agrícola para a reprodução do capital no campo	24
2.2.1	A Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB): corolário do cooperativismo capitalista.....	27
2.3	O Estado como construtor da OCEPAR: O papel da extensão rural paranaense no cooperativismo pró capital.....	31
2.4	OCEPAR: indutora e dirigente no desenvolvimento do cooperativismo capitalista paranaense.....	35
2.5	Aspectos conclusivos do capítulo.....	49
3	TERRITORIALIZAÇÃO DO CAPITAL: ESTRATÉGIAS E CONTRADIÇÕES DO AGRONEGÓCIO COOPERATIVO DA COAMO.....	52
3.1	Breve aspectos das bases materiais de surgimento da COAMO.....	53
3.2	Estratégia de territorialização da COAMO (1970-2014).....	55
3.2.1	COAMO durante a década de 1970.....	55
3.2.2	COAMO durante a década de 1980.....	66
3.2.3	COAMO durante a Década de 1990.....	75
3.2.4	COAMO durante a década de 2000.....	82
3.3	Aspectos conclusivos do capítulo.....	86
4	EFICIÊNCIA GERENCIAL DA COAMO - CONTRADIÇÕES POR TRÁS DO APARENTE SUCESSO.....	88
4.1	Territorialização com estratégia agressiva de aquisição e incorporação de cooperativas agrícolas.....	89
4.2	Burocratização e o tecnicismo em prol da eficiência.....	90
4.3	Breves considerações sobre a estratégia de mercado externo da COAMO.....	96
4.4	Breves considerações sobre a estratégia de industrialização da COAMO.....	101
4.5	Aspectos conclusivos do capítulo.....	106
5	ESTRATÉGIAS DE ACUMULAÇÃO DE CAPITAL DA COAMO.....	108
5.1	Acumulação de capital via agências financeiras.....	108

5.2	Acumulação de capital via formação de capital social e fundos legais e estatutários.....	119
5.3	Aspectos conclusivos do capítulo.....	125
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	127
	REFERÊNCIAS.....	130

1 INTRODUÇÃO

A escolha desse tema possui uma história, que teve início nas atividades de extensão desenvolvidas durante a realização do curso de graduação em contabilidade na Universidade Federal da Paraíba. Por mais de quatro anos, atuamos junto às comunidades pobres da periferia de João Pessoa acompanhando experiências de economia solidária, sendo que algumas assumiam a forma jurídica de cooperativa. Na tentativa de contribuir para o avanço dessas experiências de cooperativismo popular, procuramos desenvolver reflexões e ações concretas para a melhoria da gestão dessas iniciativas, inclusive através do desenvolvimento de uma espécie de “contabilidade para a autogestão”.

Nestes casos, o cooperativismo popular estruturado a partir da economia solidária era compreendido como uma forma de experimentação da democracia e da autogestão por pessoas interessadas em produzir coletivamente seus meios de vida. Eram, portanto uma espécie de cooperativas populares de resistência aos malogros da pobreza e da exclusão social às quais estavam submetidas nas periferias da capital paraibana.

Ao ingressar no mestrado, pensávamos inicialmente em manter esse tema, mas abordando a cooperação nos assentamentos de reforma agrária. Tal intenção declinou frente à proposta tentadora de viver, estudar e atuar no Núcleo de Estudos em Cooperação (NECOOP) da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) do campus Laranjeiras do Sul/PR. Durante 18 meses, além de compreender uma situação bastante diferenciada em relação ao cooperativismo existente no Nordeste brasileiro, somei-me ao conjunto de docentes e estudantes do respectivo núcleo, numa análise dialética marxista, da morfologia e as nuances que possibilitaram um conglomerado cooperativo de tipo capitalista em escala inédita no país: a COAMO - Agroindustrial Cooperativa, materializada na mobilização de milhares de trabalhadores cooperados e engendrando formas específicas de controle, poder e extração de mais valia.

O conjunto de informações deste trabalho nos permite adiantar que o modelo de desenvolvimento orquestrado pela COAMO nos campos brasileiros, é totalmente inviável para os pequenos agricultores e camponeses. Como é sabido que o capital nada respeita, a problemática central desta pesquisa foi identificar quais foram os eixos de acumulação de capital da COAMO, suas respectivas contradições e inflexões de estratégias ao longo das

décadas, que lhe permitiram um posicionamento importante no bloco do agronegócio nacional-internacional.

Portanto, o objetivo geral do presente estudo foi tratar de analisar quais foram estes eixos de acumulação de capital, que possibilitaram a COAMO alcançar expressivo crescimento econômico articulada à agressiva territorialização.

Como objetivos específicos procurou-se:

- a) Analisar se o modelo de cooperativismo da COAMO se viabilizou/viabiliza em detrimento da exclusão de pequenos agricultores;
- b) Analisar a quem a COAMO assegura maior poder econômico/político: à burguesia agrária, pequenos ou grandes produtores. Ao mesmo tempo, analisar se esta se relaciona em arranjos produtivos e institucionais subordinados ao capital financeiro e transnacional na agricultura;
- c) Analisar os métodos e estratégias empresariais da cooperativa;
- d) Analisar as fontes de financiamento de capital da cooperativa.

Para alcançarmos esses objetivos fizemos oficialmente, via o Programa de Pós-Graduação, a tentativa de formalizar junto a COAMO – Agroindustrial Cooperativa a respectiva pesquisa. No entanto, em Janeiro de 2015, tivemos a negativa de inserção.

O fato é que para atingir os objetivos propostos, realizamos a pesquisa em torno do estudo de caso, tivemos como procedimento metodológico a pesquisa de campo, com:

- a) questionários semiestruturados com cooperados, ex cooperados e ex funcionários da COAMO. No sentido de preservar as informações coletadas, os nomes dos entrevistados são estritamente confidenciais, sendo identificados com um código.
- b) pesquisas bibliográficas sobre a COAMO;
- c) entrevistas com autores-chave que discorreram sobre o cooperativismo agrícola paranaense;
- d) demonstrativos financeiros e relatórios de gestão da COAMO;
- e) pesquisa documental na base de dados da Organização das Cooperativas do Paraná (OCEPAR).

Neste trabalho optou-se por apresentar em cada capítulo os resultados encontrados mantendo junto à base teórica. Esta análise, pouco usual, se deu em vista de possibilitar ao

leitor uma visualização concisa e parcial das informações abordadas no capítulo.

Quanto à estrutura do texto, os temas foram organizados da seguinte forma: no segundo capítulo procuramos descrever como o Estado brasileiro, e no caso como o Paraná, utilizou o cooperativismo enquanto um projeto de desenvolvimento do capital, tendo como principal vetor a Extensão Rural e seus quadros técnicos, que articulados aos aparelhos privados de hegemonia (OCB/OCEPAR), foram de extremo suporte político para a sedimentação de cooperativas tipicamente capitalistas.

No terceiro capítulo, descrevemos a estratégia de territorialização da COAMO, seus objetivos, nuances e contradições ao longo das décadas. Procuramos discutir como esta cooperativa tornou-se a maior cooperativa singular da América Latina, presente nos Estados do Paraná, Santa Catarina e Mato Grosso do Sul. Vale ressaltar que o processo de expansão territorial da COAMO, não só reforça a dimensão da competitividade (maior capilaridade na recepção de grãos, etc.), como aumenta sua força política e econômica, tornando-a um importante agente no bloco de poder do agronegócio.

No quarto capítulo descrevemos algumas estratégias empresariais da COAMO e suas respectivas práticas gerenciais. Sob a ótica de uma gestão tecnocrática, discorremos como seus quadros mais importantes foram gerados no seio da Associação de Crédito e Assistência Rural do Paraná (ACARPA), que aliada à burguesia agrária, manteve-se e aperfeiçoou-se no comando estratégico da cooperativa em detrimento dos pequenos cooperados e funcionários da cooperativa.

No quinto capítulo descrevemos as estratégias de financiamento de capital da COAMO ao longo das décadas, verificando quais foram as mais importantes, que contradições emergiram etc., permitindo criar e solidificar o seu processo de territorialização e construir tal pujança econômica-política.

Ao final, portanto, procuramos analisar um balanço geral dos capítulos, as principais questões encontradas.

Em que pese o reconhecimento às contribuições neste trabalho, nunca é demais deixar registrado que são minhas as deficiências ou insuficiências do texto.

2 O EMARANHADO DO CIPOAL: A RELAÇÃO ESTADO E COOPERATIVISMO AGRÍCOLA PARANAENSE

Este capítulo busca, no primeiro momento, analisar as relações entre agricultura, cooperativismo, classe dominante e Estado no Brasil durante o século XX e até meados do séc. XXI, com um olhar específico para o estado do Paraná. Partimos da perspectiva que reconhece a necessidade de desnaturalizar a concepção de um Estado “monolítico”¹, na medida em que as agências e órgãos estatais são, igualmente, frutos de relações sociais (luta de classes) e da permanente correlação de forças entre segmentos sociais organizados no âmbito da sociedade civil em suas inter-relações com a sociedade política (Estado Ampliado). Procuraremos assim identificar os principais atores coletivos capitalistas, as frações a eles organicamente vinculados, seus projetos estratégicos e a forma como disputam a orientação das agências do Estado Restrito (aparelho de poder) no tocante à organização do cooperativismo no Estado (GRAMSCI, 1999).

Num segundo momento, são destacados os mecanismos e estratégias de ação de grupos de interesse ligados ao cooperativismo brasileiro, especialmente a partir de 1969 com a criação da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), que consideramos ser seu principal aparelho privado de hegemonia. Pretendemos compreender como a classe patronal agrária vai solidificar os espaços cruciais junto a determinadas agências da sociedade política brasileira, com ênfase especial no Ministério da Agricultura, na Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural e Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (ABCAR/EMBRATER) e na Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA).

Já na última parte do capítulo, busca-se analisar o projeto de “modernização conservadora” da agricultura no Paraná a partir do final dos anos 1960, sob a ótica da articulação estreita entre Estado Restrito (especialmente a agência ligada à extensão rural), burguesia agrária e a Organização das Cooperativas do Paraná (OCEPAR)², na indução e fortalecimento de cooperativas agrícolas tipicamente capitalistas.

¹ Nesta concepção, o Estado não é nem sujeito - a pairar, incontestemente, acima da sociedade -, nem objeto - como propunham algumas correntes marxistas -, mas sim uma relação social, ou melhor, a própria condensação das relações sociais presentes numa dada sociedade. Na perspectiva apontada por Poulantzas o Estado é atravessado pelo conjunto das relações sociais existentes numa formação social determinada, incorporando, em si mesmo, os conflitos vigentes em cada formação social (MENDONÇA, 2013; POULANTZAS, 1985).

² Diversas articulações da OCEPAR com o Estado ou das próprias cooperativas com o Estado, que fizeram com que se atendessem certas demandas na consolidação das cooperativas capitalistas

Este capítulo possui como questão de fundo o entendimento dos mecanismos através dos quais o Estado brasileiro e o setor do agronegócio capitalista, e no caso o Paraná, utilizaram o cooperativismo enquanto um projeto de desenvolvimento do capital, definindo para isso um projeto específico de extensão rural, através dos seus quadros técnicos, que mais tarde viriam a serem gestores tecnocráticos³ de cooperativas agrícolas. Isso nos permitirá compreender como a cooperativa analisada, no seu processo de desenvolvimento histórico, ao mesmo tempo em que recebe benefícios ou tem suas demandas atendidas pelo Estado, retribui reforçando um sistema político ou um bloco no poder, para a reprodução do sistema capitalista.

2.1 Projeto de extensão rural para a modernização conservadora da agricultura: breves apontamentos históricos

No processo do desenvolvimento da agricultura no Brasil, na sua organização espacial, tecnológica, social e política, o Estado é considerado seu ator principal e ativo. Delgado (1985) identifica três etapas nesse processo de ordenamento e reestruturação protagonizados pelo Estado na agricultura brasileira, especialmente no período que vai de 1930 até meados da década de 1980.

A primeira etapa vai de 1930 a 1965, denominada de “gênese da política agrícola”. A segunda etapa, de 1965-1985, é denominada de fase da “modernização da agricultura e expansão das fronteiras agrícolas”, que buscou fundamentalmente modernizar, diversificar e expandir a agricultura brasileira, inspirada na política de substituição de importações. E a terceira etapa⁴, denominada fase da “transição da política agrícola estatal para a regulação privada”, inicia-se em meados da década de 1980, caracterizando-se pela menor intervenção direta do Estado e a crescente participação das empresas (*tradings*, agroindústrias, indústrias de insumos e maquinário agrícola) e de agentes financeiros no fornecimento do crédito e regulação da política agrícola.

paranaenses, por exemplo: redução de impostos, assistência técnica, infraestrutura de entrepostos, construção de estradas, pesquisa agropecuária, implementos agrícolas, renegociação de dívidas, financiamentos, tributação do ato cooperativo ou não, etc.

³ Sobre a tecnocracia, ver: Bernardo (1991) e Martins (1970)

⁴ Esta etapa será descrita em diversas seções da presente dissertação, tanto no capítulo 2, como em outros capítulos relacionando com a cooperativa analisada.

Mendonça (1986), Loureiro (1981) e Serra (2013) mencionam que a primeira estratégia de reorganização da agricultura brasileira teve como marco histórico a crise de 1929 no cenário internacional e a consequente queda nos preços dos produtos agrícolas. Esse contexto de crise econômica mundial:

[...] levou ao aniquilamento do comércio mundial e à derrocada da oligarquia agrária cafeeicultora brasileira, [onde] o país redirecionou o seu modelo de desenvolvimento econômico no sentido de substituir a importação de bens duráveis pela industrialização. Neste contexto, o café, que era até então o principal produto de exportação do Brasil, ficou sem mercado, o que levou à participação do Estado na formação e desenvolvimento das cooperativas agrícolas no Brasil como complementos à política de substituição de importações voltadas a organizar o sistema de produção agrícola. (SERRA, 2013, p.15).

Superada a crise internacional, o modelo de desenvolvimento orquestrado pelo Estado procurou criar as bases para a acumulação capitalista industrial, voltado à substituição de importações e à produção de bens duráveis (LOUREIRO, 1981; MENDONÇA, 1986; OLIVEIRA, 1977; SCHNEIDER, 1981). Nesse contexto, o modelo de desenvolvimento econômico que estava emergindo dependia da modernização da tecnologia de produção agrícola e do desenvolvimento de uma agricultura de exportação capaz de gerar divisas, monetárias, satisfazer o abastecimento do mercado interno e fazer da agricultura e dos agricultores consumidores de produtos industrializados. Esta primeira etapa da reestruturação da agricultura manteve intocada a estrutura agrária brasileira no que diz respeito às formas tradicionais de propriedade rural (os latifúndios).

Neste período pós-década de 30, por mais que a agro-exportação⁵ continuasse a desempenhar papel chave na geração de divisas necessárias à importação do que fosse necessário ao parque industrial, o Estado (embora atuasse para a preservação do setor cafeeiro) também buscou impedir que ela voltasse a desempenhar o lugar de destaque que tivera ao longo da Primeira República. Nesse sentido, destaca-se a criação das agências da agricultura, implantadas anteriormente à estruturação do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), como o Instituto Brasileiro do Café (IBC), Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA), o Instituto do Sal, do Mate, da Comissão Especial de Planejamento da Lavoura Cacaueira

⁵A diversificação agrícola pretendida chegaria a revelar uma ruptura com a política agrícola do pré-1930, posto que se estenderia, igualmente, às exportações brasileiras via incentivo a novos produtos, mormente cítricos, oleaginosos e fibras, além de gêneros de primeira necessidade propriamente ditos.

(CEPLAC), da Comissão de Compra do Trigo Nacional (CTRIN), SUDHEVEA (seringais/borracha), etc (DELGADO, 1985; MENDONÇA, 1986).

No tocante ao setor agrícola produtor de gêneros alimentícios para o mercado interno, o aparelho de Estado Restrito procurava transformá-lo em coadjuvante do processo de industrialização. A ação estatal procurou, nesse caso:

Facilitar a expansão das fronteiras agrícolas – como as do Mato Grosso, Goiás e norte do Paraná – que propiciassem a produção de gêneros básicos e baixos preços (...) que contribuíssem por sua vez para o rebaixamento do custo de reprodução da força de trabalho urbana, incidindo na contenção de folha de salários dos empresários industriais. (MENDONÇA, 1986, p.30).

Verifica-se que, após 1945, com as reordenações do capitalismo global, bem como também o início da Guerra Fria houve, em toda América Latina, forte presença estadunidense, e não foi diferente no caso do Brasil. Neste contexto observa-se a criação de novas agências do Ministério da Agricultura voltadas, não apenas para controlar a força de trabalho no campo, mas também colocar em marcha o projeto de modernização da agricultura pró-capital: o Serviço de Extensão Rural.

No Brasil, o projeto de extensão rural é criado a partir de uma iniciativa privada firmada em 1948 entre a Associação Internacional Americana (AIA), controlada por Nelson Rockefeller e o governo do Estado de Minas Gerais, tendo Juscelino Kubitschek na dianteira da articulação (FONSECA, 1985; OLIVEIRA, 1999; OLIVEIRA, 2013).

Nesse período,

o processo de consolidação do Extensionismo foi extremamente marcado pelas relações entre Brasil e Estados Unidos a partir de 1945 com a assinatura de acordos, sobretudo de cooperação técnica entre ambos os países. Esse programa de incentivo bilateral injetou recursos materiais e intelectuais através de trocas de tecnologia e formação de técnicos brasileiros mediante intercâmbio e cursos de treinamento nos EUA. Assim, podemos perceber uma ligação entre a expansão do capital-imperialismo com as práticas extensionistas no Brasil. (OLIVEIRA, 2013, p.29).

Oliveira (2013) e Fonseca (1985) compreendem que a atividade extensionista implantada no Brasil estava intrinsecamente ligada ao discurso de atraso da zona rural, visando reforçar o argumento do progresso agrícola (leia-se projeto da Revolução Verde) via difusão de tecnologias.

Nesse sentido, como guia deste projeto dito modernizante, destacamos algumas entidades patronais do agro que materializavam os discursos em prol deste projeto: a

Sociedade Nacional de Agricultura (SNA) criada em 1896, representando as frações de classe rural não paulistas (ligada fortemente a Confederação Nacional da Agricultura - CNA) e a Sociedade Rural Brasileira (SRB), criada em 1919, que representava predominantemente o patronato agroindustrial paulista (OLIVEIRA, 2013).

Oliveira (2013), assim como Mendonça (2013) enfatizam que a principal agência estatal da agricultura (Ministério da Agricultura) foi a grande incentivadora para que o extensionismo rural se tornasse, nacionalmente, uma política de penetração do capital no campo, “[...] representando a concretização material dos projetos políticos-ideológicos das frações da classe dominante agroindustrial, sobretudo aquelas ligadas à CNA”.

Neste contexto se imbricariam de um lado interesses norte-americanos— especialmente da Associação Internacional Americana (AIA) do grupo de Rockefeller e programas como o Programa Ponto IV⁶ e ETA⁷— com determinados interesses da burguesia agroindustrial, fazendo surgir em 1956, a Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural - ABCAR⁸, tendo como objetivo uma proposta de maximização da produtividade agrícola sob um modelo difusionista inovador, com princípios definidos na perspectiva de mudança da estrutura pela difusão e adoção de novas técnicas agrícolas, ou seja, um modelo totalmente tecnicista, tendo suas bases assentadas na teoria da modernização (FONSECA, 1985; SEPULCRI; PAULA, 2005).

Com efeito, a ABCAR tinha por objetivo coordenar o chamado Sistema Brasileiro de Extensão Rural (SIBER), que incluía as filiadas estaduais e seus Centros de Treinamento, além da aplicação da modalidade do Crédito Rural Supervisionado (CRS). Diferentemente do Serviço de extensão rural dos Estados Unidos, no qual as associações das comunidades rurais financiavam o extensionismo da região, os recursos das atividades de extensão no Brasil ficaria, sobretudo, a cargo do capital estadunidense. Além

⁶“O programa Ponto IV daria base aos primeiros acordos efetivos de aliança entre países da América Latina e os Estados Unidos [...] a garantia do êxito do Ponto IV residiu no fato de ser a educação, um de seus pilares, um dos mais importantes instrumentos da expansão imperialista, que, ao alocar sua lógica na categoria “racionalidade”, tornava-o mais facilmente aceito pelos grupos dominantes locais, uma vez que mantinha intocada a estrutura fundiária e contribuía para minimizar potenciais conflitos de classe no campo”. (OLIVEIRA, 2013, p. 33-34, apud MENDONÇA, 1986, p. 88).

⁷“Para reforçar tal conjuntura, também fruto do programa Ponto IV, foi criado em 1953 o Escritório Técnico de Agricultura Brasil Estados Unidos (ETA), que tinha como finalidade estabelecer projetos de desenvolvimento econômico e social, sobretudo ligados à Extensão e crédito rural.” (OLIVEIRA, 2013, p.37).

⁸A ABCAR Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural foi criada em 1956 e congregava as seções estaduais responsáveis pelo processo de modernização do meio rural numa perspectiva de integração ao mercado de insumos e do capital financeiro. Tratava-se de uma parceria público privada de caráter internacional (Grupo Rockefeller/governos estaduais e federal) visando implantar o extensionismo rural.

disso, em sua organização inexistia qualquer porta-voz de entidades de classe dos trabalhadores rurais ou pequenos agricultores. (OLIVEIRA, 2013, p.51)

Sepulcri e Paula (2005, p.22) ressaltam que um dos aspectos centrais desse serviço foi a seleção e capacitação do quadro técnico da extensão rural, onde “todos os técnicos, antes de serem contratados, passavam por uma rigorosa seleção e, após, recebiam um treinamento denominado ‘Pré-Serviço’, com a duração de 60 a 90 dias”. Segundo os autores, o treinamento era carregado de conteúdo doutrinário-filosófico, acompanhado de técnicas de comunicação e metodologia de convencimento⁹ dos agricultores. Para nós, este treinamento deixava claro, de um lado, o papel dos extensionistas enquanto veiculadores da adoção das técnicas/tecnologias da Revolução Verde, e de outro, o inculcamento e construção do consenso ativo em torno a este projeto junto a agricultores e sociedade em geral

O diagnóstico, o planejamento das atividades e as alternativas propostas para a solução dos problemas diagnosticados eram definidos basicamente pelos extensionistas, portanto de forma verticalizada. O difusionismo produtivista norteou a ação dos extensionistas para introduzir práticas modernas na agricultura brasileira. O carro-chefe deste processo foi a introdução dos pacotes tecnológicos recheados dos insumos industrializados, máquinas, equipamentos, agrotóxicos, fertilizantes e outros, que trouxe mudanças radicais. Nessa fase, a extensão rural se distanciou do processo educativo e funcionou como instrumento indutor do homem rural na dinâmica da economia de mercado. (SEPULCRI; PAULA, 2005. p.4).

Destaca-se que as estratégias de fomento ao associativismo e cooperativismo foram diretrizes estimuladas pela extensão rural desde o seu início, pois constavam do Plano Quinquenal da ABCAR que tinha por objetivo "o desenvolvimento do associativismo e do cooperativismo rural mediante o apoio e o estímulo à criação de associações, cooperativas e entidades de classe e a dinamização das já existentes¹⁰" (ABCAR, 1962, p.4 apud SEPULCRI; PAULA, 2005).

Todavia, Oliveira (2013, p.125) menciona que é

Após 1966 que a cooperativização adotaria uma nova estratégia: integrar os pequenos proprietários no paradigma “empresarial” capitalista fornecido pela cooperativa via ABCAR [...]. Esse processo se coaduna com as

⁹Alguns materiais de treinamento dos agentes de extensão empregavam o termo “adestramento” dos agricultores, percebidos então, muitas vezes, como Jeca Tatu, caricatura racista/depreciativa dos agricultores criados pelo escritor Monteiro Lobato, que defendia a modernização do campo (SANTOS, 2012).

¹⁰“Recursos provenientes especialmente do Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (INDA).” (OLIVEIRA, 2013, p.127).

bandeiras da cooperativização levantadas no âmbito das entidades agroindustriais da sociedade civil. **A CNA, agremiação diretamente ligada à ABCAR**, não por coincidência, em fins dos anos 60, intensificaria sua defesa da cooperativização. (OLIVEIRA, 2013, p.125, grifo nosso).

Para Delgado (1985) o fim da primeira etapa denominada de gênese da política agrícola, marcará o surgimento e consolidação dos Complexos Agroindustriais (CAI), que articulavam novos interesses sociais comprometidos com o processo de modernização. Por ora, destacamos que se forma um novo bloco de interesses rurais e agroindustriais, em que sobressai a participação do grande capital industrial, do Estado e dos grandes e médios proprietários rurais, onde a extensão rural e o cooperativismo eram, a este bloco de poder, subordinadamente integrados¹¹.

No início dos anos 1970, a extensão rural (com a transformação da ABCAR em EMBRATER¹²), e sua instituição congênere de pesquisa, a Embrapa, articuladas com instrumentos metodológicos difusionistas e turbinadas pelo crédito rural subsidiado passaram a ser os principais instrumentos do Governo Federal para modernizar a agricultura. Essa estratégia valeu tanto para as unidades produtivas parcelarizadas, como para implantar estruturas e organizações de apoio à produção e comercialização dos produtos agrícolas, como foi o caso das cooperativas.

O regime militar alocou grandes somas de recursos financeiros, a juros baixos, para capitalizar os grandes proprietários, possibilitando investimentos pesados em máquinas e insumos modernos (sementes, fertilizantes, inseticidas, etc.). Na verdade, este 'pacote tecnológico' da Revolução Verde, foi implantado através de crédito subsidiado, associado com as ofertas de assistência técnica, recursos públicos para a pesquisa e preparação de profissionais especializados (ensino universitário ou técnico). (SAUER; TUBINO, 2007, p.4).

Sobre as cooperativas, percorremos nas seções seguintes, o traço histórico de como o cooperativismo no Brasil tornou-se, desde seu início, a forma prioritária para a organização da comercialização agrícola, da manutenção do espaço agrário e vetor de repasse dos insumos modernos da Revolução Verde fazendo, assim, parte de um projeto de submissão/subordinação da agricultura aos interesses do capitalismo.

¹¹ Em meados da década de 60, destaca-se os conflitos agrário com as ligas camponesas e o golpe militar em 1964.

¹²Vale salientar que no período da ditadura do presidente Ernesto Geisel, este serviço foi estatizado.

2.2 O projeto de cooperativização agrícola para a reprodução do capital no campo

O cooperativismo¹³ surge na Europa com a Revolução Industrial e como uma das expressões de resistência dos trabalhadores ao processo de exploração e exclusão provocado pelo capitalismo em sua fase inicial. Ao longo do seu processo histórico, persistem experiências que preservam esse ímpeto originário de combatividade e resistência à dominação e exploração capitalista, enquanto outras degeneraram e foram apropriadas e adaptadas como uma forma transformada de produção capitalista.

Para Benetti (1985), Loureiro (1981), Mendonça (2002) e Schneider (1981) as cooperativas brasileiras transformaram-se, especialmente após 1930, em órgãos de repasse das políticas de fomento às atividades agrícolas, ao mesmo tempo em que desenvolvem e autonomizam certas atividades que seriam funções de acumulação do Estado capitalista¹⁴. Esta ação teve como objetivo apoiar não só as atividades propriamente cooperativas, mas principalmente os setores produtivos agrícolas a elas vinculados.

Em outras palavras, a atuação do Estado no cooperativismo deve ser entendida nesta seção como uma forma de intervenção na própria agricultura, sendo o cooperativismo instrumento institucional utilizado para romper certas condições de “atraso” agrícola. A partir das constatações dos autores mencionados, da ingerência estatal no cooperativismo agrícola, apontamos alguns processos históricos introdutórios que expressam a relação entre classe dominante agrária (e seus representantes) e Estado Restrito no que tange a legitimar determinados interesses e injunções para com o cooperativismo, amparados, sobretudo no aporte teórico de Sônia Regina de Mendonça, Maria Benetti e Elpídio Serra.

Serra (2013) ressalta que as cooperativas pioneiras no Brasil¹⁵ se constituíam para garantir o suprimento de gêneros de primeira necessidade a baixos custos (cooperativas de consumo) e de defesa dos pequenos produtores para enfrentar a ação dos intermediários na comercialização dos excedentes de safras (cooperativas agrícolas). O autor destaca que nessa

¹³Ver Faria (2011), Singer (1998; 2002) e Christoffoli (2000) esses autores brasileiros fazem parte do quadro teórico da Economia Solidária/cooperativismo de resistência.

¹⁴“As cooperativas foram importantes instrumentos de modernização agrícola. Elas apresentavam a possibilidade de reduzir os custos operacionais e os gastos de circulação e produção, facultariam a compra de grãos, oportunizariam a difusão e incorporação de tecnologia avançada, e garantiriam maior produtividade física e econômica da lavoura”. (PADILHA, 2013, p.37 apud BENETTI, 1992).

¹⁵Data de Janeiro de 1903 a primeira referência legal ao cooperativismo no País, através do Decreto 979. No entanto a primeira lei que caracteriza a cooperativa enquanto ente jurídico foi o Decreto 1.637 de 1907.

fase inicial, as cooperativas não seguiam os princípios do cooperativismo de Rochdale¹⁶ (que norteavam o sistema cooperativista em escala internacional).

Até a década de trinta do século passado as cooperativas eram fundadas à margem das políticas públicas, mesmo porque tais políticas não existiam nem eram necessárias, e não levavam em conta os princípios ideológicos universais do cooperativismo, que já existiam e eram praticados em muitos países. (SERRA, 2013, p.7).

No entanto esta política de cooperativização agrícola foi marcada, no início do pensamento cooperativista brasileiro, por divergências quanto à pouca clareza da diferenciação entre sociedades comerciais e sociedades cooperativistas. “Enquanto as primeiras privilegiam o capital [...]. As segundas referem-se à associação de pessoas [...]”. Para Mendonça (2002), os defensores da sociedade cooperativista, eram agrupados em duas vertentes: empresarial e doutrinária¹⁷.

Salienta-se que os defensores e pioneiros do cooperativismo doutrinário no Brasil, foram agrônomos¹⁸ ligados a Escola Nacional de Agronomia do Rio de Janeiro - Custódio Alfredo Sarandy Raposo, José Saturnino de Brito, Fábio Luz Filho, ocupando cargos destacados em agências do Estado – a exemplo do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio (MAIC) - anterior ao Ministério da Agricultura¹⁹. Estes defendiam uma “nova ordem social idealizada para o campo, cujo vértice de encontro das propostas repousava na cooperativa/sindicato enquanto fatores de incentivo à solidariedade e colaboração entre classes”.

¹⁶Como adjetivo a qualidade da legislação que atende aos princípios do cooperativismo enunciados pela Aliança Cooperativa Internacional (ACI) que fazem referência à cooperativa de tecelões da localidade de Rochdale – Manchester Inglaterra de 1844.

¹⁷ Esta primeira integrada pelos que visualizavam a cooperativa - ou o sindicato, tomado como seu sinônimo- somente enquanto meio de contrarrestar tendências baixistas vigentes no mercado propunham sua multiplicação de modo a promover a quebra do círculo de ferro da intermediação financeira, em benefício do lucro individual. Sem partilhar dos princípios da doutrina cooperativista, conquanto manifestando-se em seu nome, os participantes dessa corrente propugnavam a defesa do capital agrário. (MENDONÇA, 2002, p.28-29).

¹⁸Destaca-se que esses agrônomos, diferentemente dos formados pela Escola Superior de Agronomia de Piracicaba - não tinham qualquer ligação direta com a grande propriedade rural [...] tratava-se de um grupo de profissionais técnicos, de extração marcadamente urbana, tentando integrar-se ao universo rural pela via do diploma. (MENDONÇA, 2002, p.31).

¹⁹Ao longo da 1ª República, o MAIC versão estatizada da SNA, se converteria em instrumento de extensão da ideologia do progresso ao campo, consolidando a representação do Estado como portador de uma racionalidade e um saber imanescentes que legitimariam, não só sua intervenção modernizadora, como também a produção da necessidade de seus próprios serviços. (MENDONÇA, 2013, p.52).

Para Mendonça (2002, p.32), por mais que tais cooperativistas compartilhassem uma concepção “verticalmente hierarquizada da ordem rural, contudo divergiam entre si, justamente no que dizia respeito à relação entre sindicato e cooperativa”²⁰.

Benetti (1985) compreende que o cooperativismo no período tenentista (pós-1930), idealizado e posto em prática, desembocou num instrumento de intervenção estatal na organização e desenvolvimento da sociedade agrária. Para esta autora, assim como para Serra (2013, 2008) a relação das cooperativas com o Estado se acentua a partir da crise de 1930. Entre 1930-1938, houve uma guerra de posições (no sentido gramsciano) em torno a uma diretriz oficial²¹ do cooperativismo em escala nacional, explicitado pelas sete mudanças de leis neste breve intervalo temporal.

A partir deste momento o Estado não só passou a regular a constituição de cooperativas como também passou a incentivar sua expansão, criando condições para um conjunto de práticas voltadas à cooperativização agrícola nacional e marcadas pela progressiva centralização e ingerência estatal da pasta do Ministério da Agricultura, que apesar do discurso governamental de defender a independência dos pequenos através da cooperativa, o que se pretendia de fato, era um projeto com “dimensão conservadora do projeto cooperativista, cujo fim último, em verdade, seria a gestão de pequenos produtores rurais por parte do Estado” (MENDONÇA, 2002, p.55). E para legitimar tal ação destacam-se os quadros tecnocráticos (quadros técnicos) das cooperativas, especialmente agrônomos²², que se tornariam uma típica elite burocrática especializada em desempenhar o papel de intermediário e interlocutor entre cooperados e Estado.

²⁰ Para Sônia Regina de Mendonça, a polêmica sindicato versus cooperativa não feria a essência do sistema idealizado por esses agrônomos pioneiros, nem tampouco os princípios da doutrina. Para a autora, as três primeiras décadas da República Velha representavam no discurso destes pioneiros doutrinários a eminente vocação agrícola do Brasil, onde o cooperativismo/sindicalismo seria instrumentalizado pelo Estado, sendo o formato ideal da nova ordem agrária. Entretanto até este momento o cooperativismo não chegou a transcender ao nível de um projeto político, porém tais posicionamentos relativos à posição de classe ocupada pelos respectivos sujeitos enunciadores destes discursos seriam de extrema funcionalidade no pós-30.

²¹Em linhas gerais, vale destacar que a vitória temporária da versão do cooperativismo livre promulgado pelo decreto 22.239 de 1932 e no Decreto Lei 581 de 1º de agosto de 1938, ou seja, inspirado na versão mais liberal que tinha princípios de Rochdalle e conseqüentemente da posição defendida por Brito e Luz Filho significou igualmente uma vitória dos interesses da Sociedade Nacional de Agricultura (SNA) à qual o cooperativismo e controle social estavam fortemente ligados (MENDONÇA, 2002).

²²Abria-se, dessa forma, um mercado de trabalho considerável para os profissionais em Agronomia, candidatos natos a semelhante inserção que passaram a contar, dessa data em diante, com uma remuneração pelos serviços prestados, em torno de 5% das sobras anuais da entidade. (MENDONÇA, 2002, p.60).

Enfatizamos que desde seu nascedouro o cooperativismo agrícola “livre” no Brasil foi guiado pela classe dominante agrária (sendo a pioneira a SNA). Essa classe dominante amparada pelo e imbricada ao aparelho do Estado Restrito, foi se incorporando às medidas de planejamento do seu modelo econômico e conseqüentemente político que se seguia no modelo de desenvolvimento brasileiro do pós 1930. Percebe-se, entretanto, desde seu surgimento no Brasil, que as cooperativas agrícolas capitalistas não contavam com uma entidade única que abarcasse em sua totalidade a defesa dos seus interesses enquanto classe. O que viria a mudar no final da década de 1960.

2.2.1 A Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB): corolário do cooperativismo capitalista

Até o final da década de 1960, o movimento cooperativista enfrentaria sérias crises de representação e consensuais (entrave entre frações capitalistas) que dialogassem com o Estado, uma vez que existiam duas entidades nacionais de representação: a Aliança Brasileira de Cooperativas (ABCOOP) e a União Nacional das Associações Cooperativas (UNASCO).

Nesse contexto que irá surgir um aparelho privado de hegemonia (APH) criado em plena ditadura militar brasileira: a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) em 1969, conduzido dentro do gabinete do então ministro da Agricultura Cirne Lima²³ (este que tinha fortes laços com a SNA), que procurava superar a crise desta representação até então, tornando-se assim representante único do cooperativismo, de forma impositiva, com a Lei 5.764/1971 (SILVA, 2006; MENDONÇA, 2010).

Em síntese, o Estado ditatorial brasileiro tinha por objetivo de acordo com as metas dos planos econômicos, a necessidade da colaboração dos produtores sendo esse o alvo das políticas de cooperativismo e concomitantemente neutralizar conflitos sociais no campo, criando uma “classe média rural” consumidora de produtos industrializados, dinamizadora do mercado interno brasileiro. Principalmente, o cooperativismo visava também suprir uma lacuna existente no meio rural de então, qual seja, a inexistência de estruturas privadas de recepção e beneficiamento da produção agrícola.

Segundo Kruppa et.al (2013) e Silva (2006) a Lei nº 5.764/1971 estabeleceu um sistema de controle sobre o cooperativismo baseado em três instâncias. Em primeiro lugar, o

²³A revista da SNA: A Lavoura – apoiava o Ministro Cirne Lima intitulando-o como “pacificador da família cooperativista”. (MENDONÇA, 2010, p. 79).

Conselho Nacional de Cooperativismo (CNC), responsável pela ordenação e regulamentação geral da política nacional. Subordinados a ele, os órgãos executivos federais de fiscalização e controle, representados pelo Banco Central do Brasil - para as cooperativas de crédito, o Banco Nacional da Habitação - para as cooperativas de habitação, e o INCRA - para as demais cooperativas. E por fim, a OCB, elevada pela lei à condição de órgão técnico-consultivo responsável pela representação e defesa do chamado “sistema cooperativista nacional”. Em seus arts. 105 e 107, a lei determinou a obrigatoriedade para todas as cooperativas de registro na OCB, suprimindo qualquer forma de liberdade de criação de cooperativas sem que passassem por seu crivo e qualquer liberdade de associação das cooperativas em relação a ela. À OCB era delegada a função de autorizar o registro, fiscalizar e até denunciar práticas nocivas ao Conselho Nacional do Cooperativismo.

O regime da Lei nº 5.764/1971 caracteriza, portanto, o sistema cooperativo como uma estrutura na qual, por meio de agentes dos setores públicos e privados, o Estado suprimia qualquer forma de autonomia de constituição e organização das cooperativas. Nesse sistema, a OCB seria crucial para a manutenção da unidade da doutrina cooperativista, garantindo que ela permanecesse alinhada ao projeto político do regime militar, sob a órbita capitalista e em estreita afinidade com o Estado e sua função subordinada ao modelo capitalista no país. Os aportes teóricos de Mendonça (2010) e Silva (2006) enfatizam que no interior da OCB a agricultura sempre foi o setor mais expressivo, refletindo na composição de seus quadros gestores, sendo eles majoritariamente formados por proprietários e empresários rurais²⁴.

É nesta relação que a OCB, juntamente com outras organizações de representação das classes dominantes agrárias, se tornaria “porta-voz autêntica das agremiações patronais”, o que foi aplicado na implementação de políticas públicas e na difusão de sua ideologia (MENDONÇA, 2010). Para atingir tais objetivos, os quadros gestores da OCB, de acordo com a autora, adotaram três estratégias discursivas²⁵: 1) difundir a suposta associação existente entre Cooperativismo, Democracia e Igualitarismo; 2) difundir uma imagem do cooperativismo como projeto não-capitalista e não voltado ao lucro, e 3) salientar que a

²⁴Com maiores detalhes sobre o perfil e trajetória dos diretores da OCB entre 1978/1993, ver Mendonça (2010- anexos 8 e 9). A autora ressalta que no período analisado, dos 29 diretores da entidade, 27 ou 93%, dirigiam cooperativas, dos quais 21 (77,8%) estavam à testa de Cooperativas Estaduais, neutralizando potenciais conflitos intra-setoriais.

²⁵“No que tange às demandas específicas do setor cooperativista, três pontos merecem destaque pela recorrência com que eram enunciados nos periódicos da agremiação: a busca da autogestão; a demanda por crescentes suprimentos de crédito subsidiado e, por fim, o desenvolvimento de tecnologia agropecuária”. (MENDONÇA, 2011).

distribuição dos ganhos entre os cooperados se dava segundo o trabalho e não o capital investido. Este discurso para nós é obviamente uma falácia, tendo em vista que os grandes proprietários de terras movimentam volumes muito maiores de insumos, produção e capital nas cooperativas do que os pequenos, configurando uma distribuição desigual dos resultados, que são proporcionais à movimentação na cooperativa.

Segundo Mendonça (2010) e Pinto (2010) tais concepções ideológicas legitimariam as lideranças da OCB a cultivarem e reproduzirem constantemente um discurso de associação a valores humanitários e democráticos, sendo mais forte no processo de redemocratização do País. Assim disseminavam o cooperativismo (leia-se, o modelo da OCB) em nova força política com ampla aceitação social. Este cooperativismo como equivalente de democracia e igualitarismo foi, segundo as autoras, essencial para a legitimidade da OCB perante as agremiações patronais da agricultura e mesmo à sociedade civil como um todo, sobretudo para afirmar sua hegemonia politicamente²⁶, tendo em vista que o sistema cooperativista representava a articulação entre a classe patronal dominante, sociedade civil e Estado.

Tal coroação da importância da OCB se revela na nomeação de diversas lideranças cooperativistas para inúmeros cargos no Ministério da Agricultura, como por exemplo, Ruben Ilgenftiz da Silva, ex. presidente da Cooperativa Regional Triticola Serrana (CONTRIJUÍ), designado para a secretária-geral do Ministério; Dejandir Dalpasquale, indicado para a presidência do Banco Nacional de Crédito Cooperativo (BNCC); Ignácio Mammana Neto, nomeado presidente da Companhia de Financiamento da Produção; Athos Almeida Lopes, indicado presidente da Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER); Adelar Cunha, ex-presidente da Organização das Cooperativas do Estado do Rio Grande do Sul, nomeado superintendente do Incra²⁷ (MENDONÇA, 2010, p. 198).

²⁶ “a OCB afirma-se-ia como nova força hegemônica, tendo destaque maior com a criação de entidades pan-agremiativas, como a Frente Ampla da Agropecuária Brasileira (FAAB) em 1986, ou a Associação Brasileira de Agribusiness, em 1993” (Mendonça, 2010, p. 186). Outra de grande importância é a Frente Parlamentar Cooperativista (FRESCOOP) que congregaria parlamentares portadores de algum vínculo com o cooperativismo. Destaca-se que em 1983 a FRESCOOP já contava com oitenta parlamentares, todos comprometidos com a causa e coordenados pelo senador Martins Filho, presidente da Comissão de Agricultura da casa (Jornal do Cooperativismo, 1982, p.20 apud Mendonça, 2010). Para Sônia Regina de Mendonça e Eduardo Faria da Silva, outra estratégia importante da OCB foi filiar-se a organismos internacionais, “o que extrairia significativo capital simbólico a ser reconvertido em capital político para a agremiação”, como nos casos de sua associação à Organização das Cooperativas da América (1981) e à International Cooperative Alliance (1983).

²⁷ Outra bandeira assumida pelos dirigentes da OCB referia-se à sua original proposta de Reforma Agrária, em cujo âmbito eram as próprias cooperativas definidas como instrumentos de sua realização, posto ser a entidade definida como “a mais adequada e legítima” para encabeçar este processo.

Para Pinto (2010), assim como para Mendonça (2010) a consolidação da OCB como nova força hegemônica do patronato rural brasileiro se consolida em meados da década de 90, quando surge da proposição de seus dirigentes, uma nova entidade “que viria a constituir-se, ao menos em teoria, em articuladora de todas as demais²⁸ – a Associação Brasileira de Agribusiness (ABAG), tendo como seu primeiro presidente Ney Bittencourt de Araújo, ex-diretor da OCB e presidente da Agrocereis (empresa produtora de sementes, depois vendida à Monsanto).

No entanto, a sedimentação do cooperativismo empresarial (leia-se cooperativismo tipicamente capitalista no campo) seria alcançada quando Roberto Rodrigues²⁹ assumiu a Pasta da Agricultura em 2003, no primeiro governo Lula. A partir da virada do século XXI, este importante bloco do poder, ditava novas políticas públicas para as cooperativas agrícolas.

Diante desta breve conjuntura histórica que explicita como se construiu em linhas gerais a hegemonia da burguesia agrária organizada pela OCB, buscamos revelar a influência deste aparelho privado nos ditames das políticas do agronegócio cooperativo e constituindo-se em poderoso instrumento de contenção de conflitos sociais no campo, onde desaparece a figura do latifundiário-burguesia agrária, ganhando uma nova roupagem na figura do coletivo cooperativo.

Na próxima seção, azeitando toda a engrenagem político-ideológica-econômica da OCB, procuramos nas duas últimas subseções, analisar aquela que consideramos ser uma importante correia de transmissão da burguesia agrária nas estratégias no Estado do Paraná (PR): a (OCEPAR). Foi no Paraná, onde a Extensão Rural Brasileira ao se imbricar com um cooperativismo tipicamente capitalista propagado pelo discurso e ações concebidas pela OCB/OCEPAR (e vice-versa) se desenvolveu de maneira acentuada concomitantemente com o processo de modernização da agricultura, do qual as cooperativas foram e são um dos principais atores.

²⁸Sobre a ABAG: ver Pinto (2010) Mendonça (2005; 2010)

²⁹Em sua última passagem da presidência da OCB em 1991, Roberto Rodrigues deixaria esboçados os rumos a serem seguidos pela agremiação cooperativista e demais agremiações da agricultura: “A função da OCB, neste capítulo, está quase encerrada: a de rasgar horizontes e possibilitar a visão dos caminhos existentes. Agora, é preciso trabalhar na pavimentação destes caminhos”. Para Sônia Regina de Mendonça, Roberto Rodrigues deixaria lançado o eixo do novo projeto hegemônico dos grupos dominantes agroindustriais e financeiros: a modernização definitiva da agricultura, mediante seu funcionamento em bases empresariais e internacionalizadas. Pouco faltando para concretizar o conceito de agronegócio.

2.3 O Estado como construtor da OCEPAR: papel da extensão rural paranaense no cooperativismo pró capital

Consideramos não ser possível compreender a constituição da OCEPAR, sem antes discorrer, em linhas gerais, sobre a influência da principal agência do Estado na constituição do cooperativismo tipicamente capitalista: a Extensão Rural Paranaense.

No Paraná, o início da extensão rural se deu através do Escritório Técnico de Agricultura Brasil Estados Unidos (ETA) Projeto nº15, instalando-se em 20 de janeiro de 1956, a partir de um contrato de cinco anos firmado entre a Fundação de Assistência ao Trabalhador Rural do Estado do Paraná, o Departamento de Fronteiras do Estado do Paraná e o ETA com o objetivo de aumentar a produtividade agrícola³⁰ (TAVARES, 2010; SEPULCRI; PAULA, 2005).

Nas diretrizes do Projeto ETA nº. 15, um dos trabalhos que deveria ser desenvolvido junto às famílias e comunidades rurais seria incentivar o cooperativismo³¹. Neste sentido, para dar continuidade ao trabalho de extensão rural, foi criada, em 4 de dezembro de 1959, a Associação de Crédito e Assistência Rural do Paraná (ACARPA) que constava em seu estatuto, objetivo de "executar um programa de assistência técnico-educativa que permitisse o aumento racional da produção agropecuária e a melhoria das condições socioeconômicas da população rural do Estado do Paraná" (EMATER, 1981 apud SEPULCRI; PAULA, 2005). O primeiro objetivo foi alcançado, já o segundo não, visto o violento êxodo rural que a população paranaense teve que se submeter.

Em 1974, no amplo processo de uma reforma administrativa, a ACARPA foi estatizada, tornando-se oficialmente uma empresa vinculada à Secretaria de Estado da Agricultura. Já em dezembro de 1977 o poder Legislativo do Estado do Paraná autorizou o

³⁰O enfoque básico dessa política consistia em aumento da produção total com a utilização de tecnologias, através das quais novas áreas foram incorporadas e a produtividade aumentada. Tal política gerava a demanda por produtos industrializados, num primeiro momento, abrindo espaço para as exportações americanas desses produtos, e num segundo momento a implantação do parque industrial brasileiro. (SEPULCRI e PAULA, 2005, p.19).

³¹A Extensão Rural também desenvolveu ações junto às comunidades escolares, visando fortalecer o cooperativismo. Ainda na década de 50 foram realizados cursos para professores das escolas rurais, criados os Clubes 4-S Escolares e os Clubes Agrícolas Escolares e, na década de setenta, a partir de um amplo movimento de reestruturação do cooperativismo no estado, uma resolução da Secretaria de Agricultura incorporou o Programa de Cooperativismo Escolar às atividades da EMATER-PR/ACARPA (EMATER, 2006 apud CAPISTRANO; CLOCK, 2011).

Executivo a criar a Empresa Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER-PR), instituída pelo Decreto nº 5.548, de 11/09/1978, o qual veio a substituir a ACARPA.

Como vimos no decorrer deste capítulo, o fomento ao associativismo e ao cooperativismo eram diretrizes estratégicas e explícitas da extensão rural brasileira. No Paraná, de maneira mais acentuada, iniciou-se em 1962 a organização de diversas cooperativas agrícolas articuladas a outros programas, a exemplo do Programa de Administração Rural.

Para ilustração desse fato, em 1966 havia 8 cooperativas agrícolas no Paraná; em 1980 já eram 41 cooperativas com 70 mil cooperados (SEPULCRI; PAULA, 2005). Consideramos que na maturação do cooperativismo agrícola no Paraná teve extrema importância a ACARPA e seus quadros técnicos (tecnocratas) na medida em que tiveram participação essencial na organização e direção de várias cooperativas, sendo peça fundamental na expansão e consolidação do que viria a ser o cooperativismo atual. Nas palavras de Orlando Pessuti³²:

O instituto [ACARPA/EMATER] teve uma contribuição decisiva para que pudéssemos transferir aos agricultores do Paraná um conjunto de informações e tecnologias que possibilitassem esta agricultura e pecuária exemplar que temos hoje. Temos um alto índice de produtividade e o melhor sistema cooperativista de nosso país, ressaltou. *Sinto-me honrado em fazer parte desta grande escola que é a Emater. Em 1979, quando ingressei, pude acompanhar de perto as necessidades dos agricultores. A partir daí ingressei na carreira política, que foi a melhor maneira que encontrei de ajudar no desenvolvimento da agricultura. Em toda minha trajetória nunca me afastei de minhas convicções de trabalhar para o aprimoramento da extensãorural* (COAMO, 2010, grifo nosso).

Destacamos na Figura 1, que a ACARPA/EMATER³³ passou por um crescimento vertiginoso até 1985, sendo a única instituição de governo com capilaridade³⁴ a atingir todos

³²Médico veterinário ingressou no serviço público por concurso, em 1979, na EMATER (Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural), empresa criada pelo governo estadual para absorver as atividades da ACARPA.

³³Participou na consolidação do movimento cooperativista e associativista estadual, juntamente com outros órgãos, assessorando e organizando várias cooperativas que, com as empresas privadas, consolidaram os complexos agroindustriais do Paraná. (SEPULCRI; PAULA, 2005, p.65).

³⁴O Paraná foi desbravado pela EMATER. A atividade agrícola assistencial pela extensão rural ganhou força na década de 1970, com o trabalho da mesma. Devemos muito aos profissionais que por meio de seu apoio técnico ajudaram a desenvolver o Paraná”, afirmou o secretário da Agricultura, Erikson Camargo Chandoha. A EMATER oferece assistência técnica e orientação aos agricultores, desde o processo de produção, qualificação da produção, industrialização, agregação de valor e organização dos agricultores. “Políticas públicas aliadas à orientação técnica criam as condições técnicas favoráveis ao processo de desenvolvimento”, disse Chandoha. O secretário destacou os bons

os municípios do Estado do Paraná³⁵. Tal figura apresenta a evolução da estrutura da extensão rural no Paraná, primeiramente com o ETA - Projeto 15 (1956-1959), em seguida com a ACARPA (1960-1977), com a ACARPA/EMATER (1978-1987) e finalmente com a EMATER (1988-2003). Quanto ao número de escritórios, de funcionários e público assistido, percebe-se que a extensão rural paranaense salta de 7 escritórios locais/municípios, com 29 funcionários em 1956 para 69 escritórios locais, com 300 funcionários, em 1970. Durante a década da expansão da modernização conservadora na agricultura, estes números crescem vigorosamente, passando de 69 escritórios locais em 1970 para 279 em 1980 (SEPULCRI; PAULA, 2005).

Figura 1 – Evolução da estrutura da ACARPA/EMATER quanto a número de escritórios e de funcionários e público assistido - 1956/2004

ANO	NÚMERO DE ESCRITÓRIOS		NÚMERO DE FUNCIONÁRIOS	NÚMERO E PÚBLICO ASSISTIDO				TOTAL DO PÚBLICO ASSISTIDO
	Local	Região		Agricultores	Mulheres	Jovens	Trabalhadores ⁽¹⁾	
1956	7	-	29	⁽²⁾ 2.027	-	-	-	2.027
1960	13	1	52	⁽²⁾ 8.040	-	-	-	8.040
1965	22	4	131	-	-	-	-	17.436
1970	69	9	300	-	8.550	16.300	-	87.150
1975	133	13	769	136.465	-	-	-	136.465
1980	245	17	1.781	120.943	27.776	-	-	148.719
1985	289	20	1.981	156.400	38.114	13.444	12.014	219.972
1990	324	20	1.721	170.000	36.200	2.107	3.900	212.207
1995	370	20	1.636	185.678	27.140	4.700	4.387	221.805
2000	391	20	1.542	159.106	17.527	5.982	7.430	190.045
2004	397	19	1.226	158.051	7.000	4.195	11.138	180.900

FONTES: Relatórios Anuais de Atividades da ACARPA e da Emater-PR (1956-2004)

(1) Trabalho iniciado a partir de 1985.

(2) Corresponde a famílias assistidas.

Fonte: Sepulcri e Paula (2005)

A guisa de conclusão compreendemos que as técnicas para a modernização conservadora da agricultura e o inculcamento desta concepção ideológica (construção do consenso como diria Gramsci) nos pequenos e médios produtores rurais se deu, inicialmente,

resultados da assistência rural. “A agricultura rural depende do governo, ela deve ser assistida diuturnamente. Nas décadas de 1970 não existiam políticas públicas voltadas a esta área.

³⁵“Segundo o que consta no Livro de Registros de Cooperativas da Junta Comercial do Paraná, das 39 cooperativas implantadas no período 1957-1964, doze foram fundadas entre 1957 e 1961 (uma em 1957, quatro em 1958, duas em 1959, três em 1960 e duas em 1961), época em que o problema básico dos produtores de café e de cereais do Norte do Paraná era a falta de vagões para o transporte ferroviários das safras. E 27 foram implantadas entre 1962 e 1964 (onze em 1962, nove em 1963 e sete em 1964), quando os problemas de armazenagem e de comercialização das safras é que preocupavam mais intensamente os produtores”. (SERRA, 2013, p.28).

via ACARPA/EMATER, sendo fundamental “desde o final da década de 60, pelas ações de organização das cooperativas, [no surgimento de] grandes conglomerados, como a COAMO, a COOPERVALE, a COOPAVEL, etc.”³⁶. (MUZILLI, 1989. p.143). Salienta-se que as cooperativas paranaenses que hoje se destacam no cenário nacional, em grande parte foram criadas durante esse período: Cocamar, Copacol, Corol, C.Vale fundadas em 1963; Lar em 1964; COAMO, Copagril e Coopavel em 1970 e Frimesa de 1977 (PADILHA, 2013).

Chamamos a atenção, de acordo com a Figura 1, que a partir de 1985, quando a ACARPA/EMATER teve o número máximo de 1.981 funcionários, iniciou-se um período de declínio de seus quadros, até chegar, no final de 2004, com 1.226 funcionários.

Esta constatação revela a perda de importância que esta agência do Estado Restrito assumiu nos anos posteriores³⁷ para as cooperativas agrícolas paranaenses. Tal fato consideramos que se deu, em boa parte, pela criação, a partir de 1990, de serviços privados de assistência técnica tendo os Serviços Nacionais de Aprendizagem do Cooperativismo (SESCOOP) e do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR) papéis de destaque. Ao mesmo tempo, vale ressaltar que as cooperativas tipicamente capitalistas paranaenses, que anteriormente foram criadas e plenamente vinculadas à extensão rural, se autonomizaram, especialmente na década de 90, tendo quadros técnicos próprios para a disseminação e sedimentação do projeto da Revolução Verde.

Por fim, compreendemos que, no Paraná, tais conhecimentos e ações da ACARPA/EMATER através de seus profissionais/dirigentes, convertidos em intelectuais orgânicos do cooperativismo nascente, não foram neutros e, na medida em que se aliaram a segmentos da burguesia agrária, assumiram uma posição de gestores tecnocratas, alinhando-se

³⁶A EMATER, na época ACARPA, tinha uma estrutura fantástica. Praticamente todas as cooperativas tinham assessores da extensão rural. Relato da Entrevista com o presidente do Sistema OCEPAR, João Paulo Koslovski (BRDE, 2015).

³⁷ A título de exemplo em Cascavel/PR, em matéria publica em 23 de Agosto de 2015, tem o seguinte relato: “ver que o quadro de funcionários da EMATER está defasado é bastante simples, basta acessar o quadro de funcionários no Portal Transparência da empresa. No escritório de Cascavel, por exemplo, a última contratação foi em 1991. Isso quer dizer, que o escritório está há 24 anos sem receber novos profissionais. Isso sem contar que, devido ao longo tempo de casa, muitos destes profissionais estão muito perto da aposentadoria. Dos 18 servidores do escritório da EMATER em Cascavel, oito foram admitidos na década de 70 [...] São três técnicos agrícolas, oito engenheiros agrônomos, dois zootecnistas, uma pedagoga, um administrador, dois assistentes administrativos e um assistente social. Estes profissionais atendem (ou ao menos gostariam de atender) os mais de 4 mil estabelecimentos agropecuários (dados do Censo Agropecuário 2006) que compõem o município. Ou seja, são aproximadamente 1,3 mil propriedades por técnico, 500 propriedades por engenheiro agrônomo e 2 mil por zootecnista”. (LIOTO; LUZ, 2015).

com os interesses de segmentos industriais e financeiro, orquestrando a elaborando/influenciando políticas públicas, dentre as quais a própria extensão rural, a pesquisa agropecuária e os programas de governo, em sua maioria direcionada e apropriada pelos segmentos ligados ao cooperativismo tipicamente capitalista.

Quadro 1 - Extensionistas de destaque no desenvolvimento do cooperativismo paranaense

Silvio Tédeo	Ex. coordenador do cooperativismo da Acarpa, homenageado como membro construtor da Ocepar;
Carlos Rodolfo V. Krueguer	Ex.Acarpa, homenageado pelas cooperativas como membro construtor da Ocepar
Dúlio José de Paola	Ex.Acarpa, homenageado como membro construtor da Ocepar
Hans H. Gunther	Ex. Acarpa e homenageado por significativa contribuição à constiuição da Ocepar
João Paulo Koslovski	Ex.Acarpa e atual presidente da Ocepar
Benjamin Hammerschmidt	Ex. coordenador estadual de cooperativismo da Acarpa; ex presidente da Ocepar; diretor da OCB 1979-1980; Ex.vice-presidente da OCB 1980-1982; Ex. Diretor do Banco Nacional de Crédito Cooperativo (BNCC); Ex.presidente da Cooperativa Central Agropecuária - Cocap);
Valter Pitol	Ex.Acarpa e presidente da Copacol
Jose Aroldo Galassini	Ex.Acarpa, atual presidente da COAMO
Irineu de Costa Rodrigues	Ex.Acarpa, Ex.presidente da Coodetec; Atual presidente da Cooperativa Lar

Fonte: Elaborado pelo autor, adaptado de fontes diversas, em especial Setti (2011) e do site oficial da OCEPAR

2.4 OCEPAR: indutora e dirigente no desenvolvimento do cooperativismo capitalista paranaense

Ao longo do capítulo, discorreremos sobre a íntima relação do Estado e cooperativismo. Nesta última seção, verificam-se pistas iniciais, de interesses específicos da OCEPAR na condução do cooperativismo tipicamente empresarial no Paraná, a partir do discurso e breves ações dos seus quadros diretores.

Nesta última seção, verificam-se pistas iniciais de interesses específicos da OCEPAR na condução do cooperativismo tipicamente empresarial no Paraná, a partir do discurso e breves ações dos seus quadros diretores. Esta reflexão tenta verificar, ainda que em suas linhas gerais, como este aparelho privado de hegemonia ditava diretrizes para as cooperativas

agrícolas. Assim crermos ser viável compreender determinada política pública enquanto resultado do embate entre frações da classe distintas pela inscrição de seus projetos junto às agências do Estado.

De início, antecipamos no Quadro 2 que as lideranças/dirigentes da OCEPAR, são notadamente tecnocratas, que tiveram assessorias diretas ou assumiram cargos de gerência-presidência em cooperativas paranaenses. Estes foram em sua quase totalidade quadros oriundos de agências do Estado (diretamente ligada à agricultura) e profundamente comprometidos na implantação de uma agricultura plenamente calcada nos moldes da revolução verde, zelosos do significativo papel das cooperativas no cenário da reprodução do capitalismo.³⁸

Quadro 2- Diretores da OCEPAR

Diretores	Resumo da biografia
Guntolf Van Kaick 1º Gestão 1971-1973 2º Gestão 1973-1976 3º Gestão 1981-1984	Formou-se em agronomia em 1959 e foi trabalhar na Acaresc em Chapecó. Trabalhou na Secretaria da Agricultura de São Paulo e depois na Dupont do Brasil como promotor de produtos agrícolas, quando foi convidado a entrar na cooperativa Cotia para atuar na região Sul do Paraná. Foi Vice-Presidente da OCB por dois mandatos e presidente da ASSOCEP. Atualmente é Consultor Independente da OCEPAR, membro do Conselho Estadual de Ciência e Tecnologia do Estado do Paraná, membro do Conselho Nacional de Proteção a Cultivares do MAPA, membro do Conselho Estadual de Recursos Hídricos e do Conselho de Consumidores da Copel, é Vogal da Junta Comercial do Estado do Paraná indicado pela OCEPAR.
Benjamin Hammerschmidt 1º Gestão 1976-1979 2º Gestão 1979-1981	Graduou-se em Ciências Econômicas e engenharia agrônoma e fez mestrado em economia rural. Destacou-se no curso internacional de cooperativismo realizado na Alemanha. Foi extensionista da ACARPA assessorando a Cooperativa Mista Bom Jesus Ltda, onde tornou-se presidente (pioneira nos comitês educativos). Foi presidente do Sindicato Rural da Lapa, secretário da Federação da Agricultura do Estado do Paraná. Também coordenador estadual de cooperativismo da ACARPA. Em 1980 assumiu o cargo diretor executivo da OCB, e

³⁸Sobre o histórico do cooperativismo paranaense, em especial as cooperativas de mate e de café, ver a extensa obra de Elpídio Serra.

	mais tarde a diretoria de Cooperativismo do Banco Nacional de Crédito Cooperativo (BNCC) em 1982. Também presidiu a Cooperativa Central Agropecuária (COCAP).
Wilson Thiesen 1º Gestão 1987-1990 2º Gestão 1990	Formou-se engenheiro agrônomo e iniciou sua vida profissional como estagiário do Incra e depois funcionário deste órgão. Durante seu mandato à frente da OCEPAR as cooperativas aprovaram a implantação do Programa de Autogestão das Cooperativas Paranaenses. Assumiu profissionalmente a central COCAP. Foi designado também para delegado do Ministério da Agricultura do Paraná em 1978. Presidiu também a Cooperativa de Laticínios de Curitiba - Clac e Cooperativa Central de Alimentos do Paraná - Centralpar. Assumiu a presidência da OCB em 1990 até 1993. Atualmente é o presidente do Sindicato da Indústria de Laticínios e Produtos Derivados do Paraná - Sindileite.
Ignacio Aloisio Donel Gestão 1991-1993	Gaúcho. Foi o primeiro gerente e presidente reeleito por diversas vezes da cooperativa Lar. Presidiu a Cotriguaçu, e também a Cocecrer Paraná, quando liderou a organização do cooperativismo de crédito do Estado. Foi conduzido à presidência da Ocepar para completar o mandato de Thiesen, então eleito presidente da OCB. Posteriormente foi presidente da Sicredi Paraná.
Dick Carlos de Geus Gestão (1993-1996)	Formado em direito. Foi estagiário da Cooperativa Central de Laticínios do Paraná (CCLPL). Em 1977 assumiu o cargo de diretor executivo da cooperativa Batavo e em 1986 a presidência. Foi vice-presidente da OCB e presidiu a Batávia (sociedade entre CCLPL e Parmalat) onde ficou até início de 2004. Atualmente é presidente da Cooperativa Paranaense de Turismo (Cooptur).
João Paulo Koslovski Gestão 1996 até os dias atuais	Engenheiro agrônomo. Atuou pela ACARPA na assessoria de cooperativismo a Cooperativa Bom Jesus da Lapa, na época presidida por Benjamin Hammerschdimit. Assumiu o cargo de diretor executivo da OCEPAR em 1976. Foi vice-presidente da OCB de 1998-2001. Autor de várias publicações.

Fonte: Elaborado pelo autor, adaptado de fontes diversas, dentre elas, Setti (2011).

Analisaremos no decorrer desta seção alguns discursos-chave dos quadros diretivos da OCEPAR citados no quadro acima, para compreender as estratégias emanadas destes dirigentes em prol de um cooperativismo emergido e constantemente aperfeiçoado para sedimentar as bases do capital no campo.

No Paraná até meados de 1960, embora algumas cooperativas de imigrantes já apresentassem certa solidez, muitas pequenas cooperativas eram incipientes, atuando em áreas comuns com outras, formando um ambiente de competição (GIMENES; GIMENES 2008; RICKEN, 2009; SERRA, 2013).

Na fase inicial das cooperativas paranaenses, se destacam os setores de consumo e crédito como motivadores das iniciativas populares. No embalo da iniciativa popular, e motivados pelos resultados que eram alcançados, classes empresariais também aderem ao cooperativismo, desta feita como mecanismo de, via cooperativa, resolverem problemas de mercado para seus produtos. O mesmo caminho e com os mesmos objetivos passa a ser trilhado tempos depois pelos produtores de mate e em seguida pelos produtores de café, sendo que nesses casos a presença do Estado torna-se muito mais consistente. (SERRA, 2013, p. 23).

É neste processo de reestruturação do cooperativismo que, em meados de 1968, houve o primeiro levantamento do cooperativismo paranaense, com objetivo de subsidiar a atuação do INDA (órgão federal anterior ao INCRA) no setor. Esse estudo foi coordenado pelo agrônomo Wilson Thiesen, que incluía cooperativas de consumo, de produtores, de eletrificação rural, centrais, federações e outras (SETTI, 2011). Vale destacar que o momento de reestruturação do cooperativismo paranaense que esta seção irá descrever está fortemente atrelado à expansão da fronteira agrícola no Paraná e com o crescimento da importância econômica da soja no Paraná. Tal constatação vai de encontro a Farias (2015, p. 130), ao mencionar que “o grande salto, tanto quantitativo quanto qualitativo do cooperativismo paranaense, deu-se a partir da expansão da cultura da soja, onde as cooperativas passam a ocupar papel de destaque”.

Contagiada pela euforia, a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) publicou que as cooperativas estavam vivenciando um novo ‘boom’, justificando: a expansão do cultivo da soja foi à salvação e o fortalecimento para o movimento cooperativista paranaense que estava em formação desde a década de 50, com a cafeicultura, mas que durante a década de 60 começou a desagregar-se, porquanto a cafeicultura – com o isolamento dos agricultores e falta de conscientização para métodos de comercialização mais racionais não vinha sendo base sólida para sua sustentação. (ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS, 2012, p. 29 apud SERRA, 2013).

Farias (2015, p.129) menciona que o “governo paranaense, atrelado ao projeto nacional de apoio às cooperativas agropecuárias no Sul do Brasil em decorrência do aumento dos preços das *commodities* agrícola, executou ações específicas para fortalecer o setor”. Dentre tais ações vale destacar a íntima relação do programa de desenvolvimento da agricultura brasileira/paranaense com a Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID), que veio a trazer técnicos especializados em cooperativismo em 1965 – a exemplo do técnico especialista em cooperativismo Henry H. Gerber, do Serviço de Agricultura dos Estados Unidos, que atuaria junto ao INDA. Outra importante ação de apoio

as cooperativas se deu através do Ministério da Agricultura, que criou mecanismos para financiar a construção da estrutura de recebimento e estocagem de grãos a granel³⁹ (SETTI, 2011; SERRA, 2013).

É neste cenário, que em abril de 1971 é constituída a Organização das Cooperativas do Estado do Paraná (OCEPAR)⁴⁰, incumbida de orquestrar a consolidação do cooperativismo capitalista paranaense. No início da OCEPAR destacam-se as seguintes ações:

- a) Os primeiros contatos com exportadores de soja e com o Instituto Centro de Comércio Exterior do Paraná (CEXP), demonstrando que as cooperativas caminhavam na direção da exportação.
- b) Parceria com a Fundação Friedrich Naumann⁴¹. No dia seguinte a constituição da OCEPAR, foi constituída a Associação de Orientação às Cooperativas do Estado do Paraná (ASSOCEP)⁴² ligada fortemente ao conceito de “autogestão”. Por ora destacamos que foi no Paraná, onde o discurso e ações no tocante a eficiência gerencial nas cooperativas se deu de maneira mais acentuada. Através da ASSOCEP, deu-se início um programa de treinamento⁴³ e auditoria com a realização de inúmeros cursos voltados aos profissionais de cooperativas e a contratação de auditores para acompanhamento e controle das cooperativas, seguindo o modelo alemão. Nos seus primeiros anos, a ASSOCEP divulgou os

³⁹O Estado do Paraná criou também o COFEP (Conselho de Coordenação e Fomento ao Cooperativismo do Paraná) durante a década de 1960. O COFEP, de acordo com Setti (2011, p. 30), era “constituído por membros de vários departamentos ligados à agricultura, entre eles, a Delegacia Regional do Inda (Instituto Nacional do Desenvolvimento Agrário), o DAC (Departamento de Assistência ao Cooperativismo), Departamento de Economia Rural, BB/ BNCC (Banco do Brasil, Banco Nacional de Crédito Cooperativo)”.

⁴⁰“Nesse período o Paraná conseguiu aglutinar todo o processo de discussão sobre o futuro do cooperativismo paranaense na OCEPAR, e isso ajudou muito no planejamento, enquanto em outros Estados criavam-se muitas entidades diferentes”. (STAVISKI, 2012).

Dentro dos seus objetivos, destaca-se: 1) realizar estudos, diretamente ou em colaboração com terceiros, e propor soluções para problemas ligados com o desenvolvimento da estrutura organizacional e funcional das cooperativas; 2) promover a divulgação do sistema cooperativista, fomentando a criação, racionalizada, de sociedades cooperativas nas suas várias modalidades e categorias (SETTI, 2011).

⁴¹ Fundação ligada ao Partido Democrático Liberal (FDP) da Alemanha. No Brasil destaca-se a aproximação desta Fundação com o ex. Partido Frente Liberal (PFL), atual Democratas. Interessante que Uwe Johanne, da Fundação Friedrich Naumann, participou da assembleia de constituição da OCEPAR (SETTI, 2011, p. 50).

⁴² Em Pernambuco apoiou a Associação de Orientação às Cooperativas do Nordeste (ASSOCENE).

⁴³ No início de suas atividades a ASSOCEP recebeu um auxílio do INCRA no valor de Cr\$ 11 milhões. No semestre seguinte, o auxílio viria da Fundação Friedrich Naumann (destacando-se seus cursos de trainee em administração de cooperativas celebrados a partir de 1972).

principais problemas das cooperativas paranaenses: deficiência de gerentes, contadores e pessoal especializado; falta de estrutura contábil, fiscal e administrativa; insuficiência de capital de giro. (OCEPAR, 2009; SETTI, 2011).

- c) O convênio de pesquisa entre a OCEPAR e o Instituto de Pesquisa Agropecuária Meridional (IPEAME) que permitiram a OCEPAR iniciar um trabalho para a produção de variedade de trigo e soja adequados ao clima do Paraná.

Num esforço de ordenar e dirigir o crescimento do setor de forma racional, em 1971 a OCEPAR (na primeira gestão de Guntolf Van Kaick⁴⁴) somou-se ao Estado paranaense (amparada nos estudos realizados pelo (INDA/INCRA), na constituição dos Projetos Integrados de Cooperativismo, numa parceria envolvendo órgãos como o próprio INCRA, Departamento de Assistência ao Cooperativismo (DAC) e ACARPA, com o apoio do Banco do Brasil, Banco Regional de Desenvolvimento (BRDE), Banco Nacional de Crédito Cooperativo (BNCC) e Companhia de Financiamento e Produção (CFP) para a implantação dos projetos de integração numa ação coordenada para o desenvolvimento do cooperativismo no Paraná (FAJARDO, 2006).

A partir de 1972, com a coordenação do COFEP - Conselho de Coordenação e Fomento ao Cooperativismo no Paraná, foram desenvolvidos os PICs - Projetos de Integração de Cooperativismo, inicialmente implantados nas regiões oeste e sudoeste, com a denominação de PIC - Projeto Iguazu de Cooperativismo, na sequência o NORCOOP - Projeto Norte de Cooperativismo, implantado na região norte e noroeste, em 1974 e, finalmente, o SULCOOP – Projeto Centro-sul de Cooperativismo, em 1976, envolvendo as cooperativas das regiões do centro, leste e sul do Paraná”. (RICKEN, 2009, p.4).

Farias (2015), Padilha (2013) e Ricken (2009) mencionam que o projeto de integração econômica do sistema cooperativo paranaense foi importante para o projeto de sedimentação a longo prazo. O projeto tinha por objetivo legitimar um modelo de organização, que iniciava com a delimitação das áreas de responsabilidade das cooperativas, e assim tendo por meta ocupar as áreas disponíveis à produção agropecuária. Coube, na sequência dos PICS “às cooperativas locais a responsabilidade pelos serviços de apoio à produção e pela instalação da

⁴⁴Segundo Van Kaick a “maior responsabilidade da OCEPAR *seria tirar o espírito paternalista e a letargia que durante anos paralisou o cooperativismo paranaense, partindo para uma nova era, mais realista e dentro de princípios econômicos mais rentáveis: é o cooperativismo empresarial*” (SETTI, 2011, p.85, grifo nosso).

infraestrutura de recepção e armazenamento da produção. Já a comercialização, a industrialização e a exportação seriam realizadas por cooperativas centrais, instaladas em cada região, conforme definido nos projetos integrados de cooperativismo” (RICKEN, 2009, p.4).

O acordo feito entre as cooperativas, que estabeleceu as áreas de ação, possibilitou a organização sistêmica do cooperativismo no setor agropecuário no Estado. Direcionou ações doutrinárias e filosóficas, organizou economicamente, tecnicamente e permitiu que instituições oficiais e privadas falassem a mesma linguagem. Isso possibilitou o surgimento de programas específicos de apoio à estruturação do cooperativismo no Paraná. Talvez esse tenha sido o diferencial do cooperativismo paranaense em relação a outros estados e que possibilitou o crescimento sustentado até hoje. (KOSLOVSKI, 2009 apud RICKEN, 2009, p.4).

Figura 2 - Plano Integrado de Cooperativismo no Paraná



Fonte: Moro, 1991, p. 232. – Org.: Andrade, Áurea (2013).

Em 1974, 26 projetos elaborados pela Coordenadoria de Elaboração de Projetos (COELPRO) da ACARPA, com financiamentos liberados pelos bancos BRDE, BADEP, Banco do Brasil e Banco Nacional de Crédito Cooperativo (BNCC) “investiram o montante na ordem de Cr\$ 134 milhões, [ou R\$ 177 milhões] nas cooperativas paranaenses, para ampliar a infra-estrutura de armazenagem e beneficiamento, (os projetos permitiram uma ampliação da ordem de 5.994.000 sacas na capacidade de armazenamento e a granel e 1.291.000 sacas em armazéns convencionais para sementes e outros insumos” (SETTI, 2011, p.95).

Para o autor, a OCEPAR neste ano deixava clara sua importância enquanto órgão técnico para os ‘interesses da classe cooperativista’, um exemplo seria a conquista de benefício na negociação das cotas de exportação da soja, conseguindo uma redução de 25%

na base de cálculo de ICM na saída de soja em grãos para o exterior⁴⁵. Concomitantemente destaca-se o papel da OCEPAR nas negociações das cotas de exportação de soja - a título de exemplo: com previsão de produzir 2,5 milhões das 4,5 milhões de toneladas de soja do Paraná em 1976, as cooperativas buscaram ampliar a cota de exportação que, em 1975, totalizava 680 mil toneladas, para 1 milhão de toneladas. As cotas eram redistribuídas entre a Ocepar e as cooperativas centrais existentes (Cocap, Cotriguaçu, Cotia e Coopersul) (SETTI, 2011).

Dando sequência à gestão da OCEPAR, Benjamin Hammerschmidt⁴⁶ toma a frente da diretoria em 1976. De início este período marca a estruturação do departamento de pesquisa (criado em 1974). Um dos encaminhamentos foi trabalhar com o BRDE e obter um financiamento da FINEP para as obras de infraestrutura em Cascavel (sede administrativa e laboratórios). Numa segunda fase, também foram feitos investimentos com recursos da FINEP e do BRDE. O valor total da obra foi de Cr\$ 165.000.000,00 [cerca de R\$ 6,93 milhões]. Deste total, 56% foram obtidos com financiamento do FINEP, 10% pelo BRDE e 34% por recursos próprios. O centro de pesquisa⁴⁷ foi batizado de Eloy Gomes⁴⁸, inaugurado em 02 de julho de 1982, em solenidade que contou com a presença de diversas autoridades. Em 1995 este centro se transformaria na Cooperativa Central de Pesquisa Agropecuária (COODETEC)⁴⁹. Ainda na gestão de Benjamin Hammerschmidt, deve-se destacar a “luta” da OCEPAR contra o imposto de exportação da soja⁵⁰.

⁴⁵ Em 1996 foi editada a Lei Kandir, que desonerou o ICMS das exportações de soja, aumentando a competitividade da atividade e contribuindo para a retenção de mais-valia gerada na agricultura, sob o poder do capital agrário. Isso não se dá sem ônus: acelera-se o impacto ambiental, com a destruição de milhões de hectares de áreas de matas de cerrado, e a sua contaminação por agrotóxicos, adubos químicos, etc. (CHRISTOFFOLI, 2009, p. 30).

⁴⁶“O Benjamin deu continuidade ao trabalho do Van Kaick, o que permitiu que a organização fosse se profissionalizando, permitindo que a gente pudesse ter um resultado bom e uma agregação do sistema em torno da OCEPAR. *A OCEPAR era realmente, a entidade que representava as cooperativas do Estado*”. (SETTI, 2011, p.102, grifo nosso).

⁴⁷“Com a aquisição da área para a pesquisa em Cascavel, o Departamento de Pesquisa contratou 16 novos profissionais para iniciar as atividades desse novo centro. Para dirigir o Centro de Pesquisa, a OCEPAR realizou convênio com a Massey Ferguson, que cedeu sem custos, o pesquisador John Gibler, que havia atuado no Centro Internacional para o Melhoramento dos Plantios de Milho e Trigo (Cimmyt)”. (SETTI, 2011, p.108).

Destaca-se também que a Shell do Brasil fez a doação formal à OCEPAR do seu material genético de pesquisa da soja desenvolvido pela InternationalBreeding (IBP), subsidiária da multinacional.

⁴⁸ Economista e ex-chefe da Comissão de Compra do Trigo Nacional (CTRIN).

⁴⁹Para o presidente da Cooperativa em 2006, Irineo da Costa Rodrigues, a missão da empresa é “gerar e comercializar tecnologias inovadoras voltadas ao agronegócio”. Em Janeiro de 2015, A Dow AgroSciences, braço agrícola da multinacional americana Dow Chemical, informou a conclusão da

A década de 1970 ressalta o período em que as cooperativas agrícolas, e não foi diferente no Paraná, se beneficiaram de todo um aparato de estímulos e resultados das políticas do Estado⁵¹ no tocante à “modernização conservadora” da agricultura. Isso fez com que os financiamentos para a produção industrial passassem a ter a agricultura como grande consumidora, provocando um significativo salto qualitativo na indústria paranaense (FARIAS, 2015 apud IPARDES, 2006, p. 32)⁵².

De acordo com Farias (2015), a relação entre agricultura e indústria no Paraná se intensificaria a partir das significativas mudanças do papel da soja no centro dinâmico do capitalismo em escala nacional e internacional. Esse dinamismo, segundo o autor, possui relação com as alterações na base produtiva agrícola do Estado, principalmente durante a forte queda do cultivo do café na década de 1970 e a consequente substituição por outras culturas, a exemplo da soja e do milho. Nesse período vale salientar a forte incorporação (exploração) de novas áreas agrícolas paranaenses (veremos com mais detalhes no capítulo 3) neste novo dinamismo econômico. É neste contexto, especialmente no início da década de 1980, que podemos situar o marco da agroindustrialização⁵³ das cooperativas paranaenses (ANDRADE, 2013; SERRA, 2009; SETTI, 2011).

aquisição da Cooperativa Central de Pesquisa Agrícola (COODETEC), sediada em Cascavel (PR). A negociação já tinha sido anunciada em julho de 2014. (CAETANO, 2015).

⁵⁰O imposto de exportação de soja, implantando em 10 de Dezembro de 1979, seria eliminado em 02 de abril de 1980, depois que no dia 17 de março de 1980, as lideranças cooperativistas decidiram que paralisariam a venda de soja e não plantariam trigo, caso o imposto não fosse eliminado até 31 de Março (SETTI, 2011).

⁵¹ “É importante ressaltar que o Estado Nacional via com bons olhos o fortalecimento do cooperativismo, não só apoiou financeiramente e implantou medidas fiscais como também estimulou através de seus órgãos públicos de prestação de assistência técnica os agricultores a se associarem em cooperativas, tendo em vista que estas já possuíam uma estrutura organizacional montada que, de fato, facilitou a ampliação e o uso de novas tecnologias apoiadas no tripé: Estado, cooperativas e produtores rurais”. (FARIAS, 2015, p.50).

⁵² A indústria paranaense, partir de 1970 começa a encontrar condições propícias ao seu desenvolvimento em decorrência dos resultados obtidos através do tripé Estado – Empresas – Setor Financeiro, que se intensifica. O Estado do Paraná criou o BADEP – Banco de Desenvolvimento do Estado do Paraná; a CODEPAR – Companhia de Desenvolvimento do Paraná que, posteriormente, tornou-se instituição financeira. A partir da criação dessas instituições e funcionamento do Tripé, o Estado do Paraná obteve crescimento econômico de 23% ao ano entre 1970 e 1975. A atuação e desenvolvimento do setor financeiro foram cruciais para alavancar o desenvolvimento industrial, diminuindo a dependência em relação ao setor industrial paulista (FARIAS, 2015 apud IPARDES, 2006, p. 32).

⁵³“A primeira metade da década de 80 foi marcada pela forte entrada das cooperativas na agroindústria, embora quase sempre adquirindo indústrias falidas de grupos empresariais. O objetivo era viabilizar a economia regional e agregar maior valor à produção primária dos associados. *Embora o primeiro objetivo das cooperativas fosse atuar na organização da produção (assistência técnica,*

Veremos mais adiante no capítulo 5, que o período de meados da década de 1980 foi marcado por mudanças nas políticas de financiamento de crédito das cooperativas agrícolas. Por ora, apenas destacamos que diferentemente dos anos setenta, quando as cooperativas agrícolas eram repassadoras do crédito oficial, a partir do final dos anos 1980 elas passam a assumir riscos crescentes, uma vez que não mais contavam com subsídios do Estado (ALVES, 2003). Um dos grandes problemas da época segundo Padilha (2014, p.64) é que, no final da década de 1980 e meados de 1990, as cooperativas “passaram a atuar como bancos, fornecendo recursos⁵⁴ para os produtores rurais que não tinham mais acesso ao crédito oficial e que não conseguiam negociar no mercado financeiro”.

A agropecuária encontrou dificuldades para cumprir os compromissos com os financiamentos que eram corrigidos por juros em rápida elevação. A inadimplência do setor foi de 22,9% em julho de 1994 para 38,8% em dezembro de 1995 e 54,7% em setembro de 1997. Essa situação levou ao acirramento das discussões sobre a renegociação da dívida, culminando na estruturação de um amplo programa de renegociações. (RAMOS; JUNIOR, 2010 Apud PADILHA, 2014, p. 67).

Já no fim da década de 1980, Wilson Thiesen assumiu a direção da OCEPAR, enquanto a nível nacional, Guntolf Van Kaick (ex-presidente da OCEPAR) assumiria a presidência da OCB, incumbido de defender os interesses desta agremiação patronal na Constituição federal de 1988⁵⁵. A nível estadual, a OCEPAR teve o papel de reunir em 1989,

fornecimento de insumos, armazenagem e comercialização), a agroindustrialização foi o segundo passo.” (SETTI, 2011, p.123, grifo nosso).

⁵⁴ Outro elemento que merece atenção na crise das cooperativas na década de 1980-1990 foi devido às mudanças macroeconômicas - planos de estabilização e suas consequências. Segundo (Padilha, 2014, p. 65) “Muitos produtores rurais tornaram-se inadimplentes com suas cooperativas no período e quem assumiu o ônus da dívida foi à empresa. As cooperativas foram obrigadas a renegociar suas dívidas a juros cada vez mais altos e ao mesmo tempo, devido aos compromissos financeiros já firmados, não poderiam assumir novas dívidas.

⁵⁵Coube a Van Kaick ‘defender os pleitos apresentados pelos cooperativistas brasileiros [da OCB], destacando as seguintes ações: ‘a liberdade de constituição das cooperativas; a livre administração e o autoconstrução’. A promulgação de 1988 da Constituinte aprovou os seguintes artigos relacionados ao cooperativismo: Art. 5º, item XVIII “ a criação de associações e, na forma da lei, a de cooperativas independem da autorização, sendo vedada a interferência estatal em seu funcionamento”. Art. 174, inciso 2º “a lei apoiará e estimulará o cooperativismo e outras formas de associativismo” Art. 146: Cabe a lei complementar: III) estabelecer normas gerais em matéria de legislação tributária especialmente sobre: c) adequado tratamento tributário ao ato cooperativo praticado pelas sociedades cooperativas. (SETTI, 2011, p.152).

os deputados do Bloco Parlamentar Agropecuário, sob a coordenação do então deputado Orlando Pessuti, para discutir os encaminhamentos das propostas⁵⁶.

Para conter esta conjuntura mencionada e o gradativo endividamento das cooperativas agrícolas na década de 1990, Setti (2011) destaca a união das cooperativas em torno da OCEPAR e desta através da OCB, sendo vitais para a busca de soluções aos graves problemas decorrentes dos planos econômicos⁵⁷, especialmente o Plano Real, que utilizou o setor produtivo como ancora verde para resolver o problema da inflação.

Especificamente no bojo da política federal da renegociação das dívidas agrícolas da década de 1990, ficou a cargo de uma comissão formada por Antonio Ernesto de Salvo (SRB), Roberto Rodrigues Dejandir Dalspaquale e Hugo Biehl (estes três últimos membros de destaque na OCB), estudar uma saída para o setor do agronegócio após um encontro com o então presidente Fernando Henrique Cardoso no dia 30 de junho de 1995 (SETTI, 2011). Como resultado das fortes pressões dos “produtores agropecuários” (leia-se das entidades patronais que os aglutinavam – OCB/OCEPAR) somada à bancada ruralista [composto também da Frente Parlamentar do Cooperativismo], foi instalada no Congresso Nacional a Comissão Parlamentar Mista de Investigação das Causas do Endividamento da Agricultura, CPMI, que culminou no final de 1995 com a implementação da proposta de renegociação das dívidas agrícolas, por meio da Lei 9.138, criando três programas fundamentais para conter a bancarrota das cooperativas:

- ✓ Securitização da dívida agrícola, destinada a permitir, de imediato, o acesso ao crédito dos produtores afetados pelo endividamento- tendo como alvo os débitos de agricultores e cooperativas inferiores a R\$ 200 mil.

⁵⁶O resultado da ação da OCEPAR foi a inserção de várias das propostas cooperativistas na Constituição do Estado do Paraná de 1989. O título V da Constituição do Estado, referente à Ordem Econômica, estabelece no artigo 148: o Estado apoiará e estimulará o cooperativismo. Parágrafo Único. É assegurada a participação do cooperativismo, através do seu órgão de representação, nos colegiados de âmbito estadual, dos quais a iniciativa privada faça parte e que tratem de assuntos relacionados com as atividades desenvolvidas pelas cooperativas. Também o artigo 154 estabelece mecanismos de apoio do governo e do Estado na execução da política agrícola estadual. Entre esses mecanismos de apoio estão relacionados os do interesse do cooperativismo, como o sistema de seguro agrícola; a organização dos produtores em cooperativas, associações de classe e demais formas associativas, agroindustrialização de forma regionalizada e, preferencialmente, no meio rural e em pequenas comunidade’.

⁵⁷“O ano de 1995 ficará na história do cooperativismo paranaense. Foi neste ano que a OCEPAR teve uma participação decisiva num movimento que teve repercussão no Brasil inteiro, em prol da solução dos problemas das cooperativas e da agricultura. Daqui saiu as primeiras idéias e articulações, em perfeita sintonia com as aspirações da base, o que prova - uma vez mais - a capacidade de aglutinação e liderança da organização”. (SETTI, 2011, p.190 apud RELATÓRIO DE 1995).

- ✓ Programa Especial de Saneamento de Ativos (Pesa)- destinado a permitir, de imediato, o acesso ao crédito dos produtores afetados pelo endividamento- tendo como alvo, os débitos para as dívidas de valores em contrato originalmente maiores que R\$ 200 mil.
- ✓ o Programa de Revitalização das Cooperativas de Produção Agropecuária (RECOOP)⁵⁸, criado pela Medida Provisória Nº 1.715, de 29 de outubro de 1998, no entanto os trabalhos de sua criação iniciaram em 23 de julho de 1997. (ALVES, 2003; PADILHA, 2014).

Este último programa exemplifica bem o período de bancarrota das cooperativas. A título de exemplo, em 1998 haviam 1.449 cooperativas agropecuárias no Brasil, das quais 651 cooperativas (45%) enviaram o pedido para a habilitação junto ao RECOOP. No entanto, apenas 322 projetos foram aprovados com um montante de R\$ 3,2 bilhões para atender as necessidades de revitalização das cooperativas, sendo R\$ 2,1 bilhões originários do Tesouro Nacional e o restante, R\$ 1,1 bilhão, de fundos constitucionais que se destinariam ao alongamento de dívidas (PADILHA, 2014, p.70 apud OLIVEIRA, 2001). Vale destacar que tais valores aprovados do recurso não foram executados em sua totalidade⁵⁹. Segundo reportagem da revista *A Granja*

Do total de 439 cooperativas consideradas habilitadas apenas 132 cooperativas (sua maioria localizadas na região Sul do País), conseguiram firmar contratos no âmbito do RECOOP, envolvendo recursos da ordem de R\$ 796 milhões, o que perfaz apenas 37,9% dos recursos disponibilizados originalmente pelo programa. (ALVES, 2003, p. 44).

⁵⁸O congresso nacional teve uma participação muito importante, especialmente os deputados vinculados à Comissão da Agricultura da Câmara Federal e à FRENCOOP (Frente Parlamentar do Cooperativismo, lançada oficialmente em 10 de dezembro de 1996), que conseguiram mostrar ao governo o caos que em o agricultor estava envolvido, sem poder pagar as suas dívidas O presidente da OCB, Dejandir Pasquale, *incubiu-me* [João Paulo Kowloski], *como vice-presidente da OCB, para coordenar este trabalho pelo sistema* [...]. Nós estivemos, num ano, 42 vezes em Brasília para acompanhar o Recoop, praticamente toda semana a gente estava lá em reuniões na Casa Civil, no Ministério da Fazenda, na Agricultura e, principalmente junto aos parlamentares para discutir todos os aspectos, com objeto de desenhar o programa [...]. Na discussão do RECOOP, houve um embasamento sobre a necessidade de treinamentos e capacitação, e melhoria da gestão das cooperativas, o que nos motivou a discutir a formatação de um programa de treinamento que era uma aspiração antiga das cooperativas, porque elas estavam recolhendo a sua contribuição para o “Sistema S”, mas nós tínhamos uma contrapartida na proporção dos volumes de recurso recolhidos, se desenhando um programa que mais tarde se chamou *Sescoop* [...]. E para a nossa felicidade, depois de um amplo debate, *sempre com a participação da OCB [e OCEPAR], o governo emitiu uma medida provisória criando o Recoop e Sescoop*. (SETTI, 2011, p. 207-208, grifo nosso).

⁵⁹ Para maiores informações ver Padilha (2014). Um dado interessante que o autor reforça é que apenas o montante de R\$ 840,8 milhões correspondente a 40% dos valores reservados ao programa pelo governo (R\$ 2,1 bilhões) foram aplicados no RECOOP, via STN.

Setti (2011, p.207-214) destaca que a equipe de profissionais da OCEPAR “orientou 57 cooperativas paranaenses na elaboração das cartas-consulta para encaminhamento ao RECOOP [...]. E acompanhou a elaboração de 39 projetos de cooperativas visando à adesão ao programa [...]. O programa beneficiou diretamente 40 cooperativas do Paraná, com um montante aproximado de R\$ 456 milhões”. Tal informação vai de encontro ao fato de que o Paraná, dentre os demais Estados brasileiros, ter sido “o mais beneficiado pelo RECOOP, tendo absorvido mais de 50% dos recursos disponibilizados pelo programa” (PADILHA, 2014, p.73 apud OCEPAR, 2013).

Compreendemos que o RECOOP teve papel crucial na indução da profissionalização tecnocrática das cooperativas⁶⁰, com base em princípios e critérios capitalistas de avaliação de eficiência⁶¹. Esse programa é criado como parte da resposta do Estado brasileiro às demandas do setor frente à crise das cooperativas agrícolas nos anos 1990.

João Paulo Koslovski⁶², presidente há 19 anos da OCEPAR, descreve⁶³ em linhas gerais o processo que torna o Paraná uma referência para o cooperativismo empresarial no Brasil: segundo o dirigente o início se deu no projeto de integração cooperativista nos anos 1970. No momento seguinte, a partir de 1983, tem-se um investimento muito forte em armazenagem, por meio do BRDE, com recursos do BNDES, na assistência técnica pela antiga ACARPA e na concessão de crédito rural orientado, etc. Outra etapa importante no desenvolvimento do cooperativismo paranaense se deu entre 1984 e 1985, quando começou a etapa da agroindustrialização. Já entre 1993 e 1994, o setor passou por um período de crise, do qual saiu em 1998, graças à injeção de recursos da linha RECOOP, do BNDES, o que

⁶⁰“O programa também foi importante para a modernização da administração das cooperativas. Um dos pré-requisitos para ter acesso aos recursos era possuir um plano de profissionalização da gestão, onde se destacou o SESCOOP, atuando através de cursos e programas de formação para a melhoria na gestão das cooperativas”. (PADILHA, 2014, p.74).

⁶¹Além do Plano de Desenvolvimento Cooperativo (PDC), previamente aprovado pela maioria dos associados em assembleia geral (e mais outros cinco critérios), a MP 1.715/98 também exigia que a cooperativa, para se tornar apta a se beneficiar do RECOOP, contratasse auditoria independente para emitir parecer sobre a procedência dos valores relacionados a dívidas existentes. Obviamente tais critérios levariam necessariamente a que parte das cooperativas não pudesse ser contempladas por esse novo aporte de recursos públicos, visto não portarem condições de viabilidade e rentabilidade de tipo capitalista.

⁶²O início da gestão de Koslovski em 1996, foi marcado pela elaboração do Plano Paraná Cooperativo 2000, que passaria a exigir das cooperativas profissionalizações em três frentes articuladas: Mercado, Empresa e Campo.

⁶³Ver Staviski (2012).

permitiu a securitização das dívidas, desde que as cooperativas se comprometessem com um processo de profissionalização (leia-se, um *aggiornamento* de tipo capitalista).

Outro elemento importante na gestão de Koslovski perante a OCEPAR vem sendo marcado pela atuação na defesa dos interesses desta classe patronal. Um ponto de tamanha importância que destacamos é a questão tributária⁶⁴. Um exemplo claro do poderio em benefício deste tipo de cooperativismo tipicamente capitalista, “são sucessivas conquistas na suspensão⁶⁵ do PIS e COFINS para as cooperativas agrícolas, baseada, sobretudo na MP nº 2.158-35/2001 (MP original 1.807/1999) onde trata que relativamente ao PIS/COFINS, adequado tratamento tributário ao ato cooperativo das cooperativas agrícolas, também a MP nº 107/2003 (Lei 10.684/2003) que menciona a exclusão na base de cálculo do PIS/COFINS, dos custos agregados ao produto agropecuário dos cooperados de cooperativas agrícolas” (SETTI, 2011, p.237).

Durante todo este percurso, destacamos a OCEPAR enquanto organização com grande poder político, que está baseada em articulações com o bloco conservador da burguesia agrária e seu braço político suprapartidário a bancada ruralista (que incluí a FRENCOOP⁶⁶).

Já na virada do século XXI, destacamos em linhas gerais aquele programa que consideramos ser de tamanha importância para as cooperativas agrícolas paranaenses. Foi por sugestão/elaboração da OCEPAR (gestão João Paulo Koslovski) e sob coordenação da OCB, lançado o Programa de Desenvolvimento Cooperativo para Agregação de Valor à Produção Agropecuária (PRODECOOP) no fim de 2002, destinando a cada cooperativa investimentos para a expansão de suas atividades e agroindustrialização (SETTI, 2011). Concomitantemente o então superintendente da OCEPAR, José Roberto Ricken seria designado em 2003 (permanecendo no cargo por 18 meses) para assumir a direção do Departamento de Cooperativismo e Associativismo Rural (DENACOOOP) na gestão do então Ministro da Agricultura Roberto Rodrigues. Por acaso ou não, no início de 2004, “o PRODECOOP

⁶⁴No final de 1999, o que exigiu maior trabalho foi a defesa dos interesses das filiadas [da OCEPAR] junto ao poder público, em especial na questão tributária. Não há precedentes de tamanha avidez do governo em tributar as cooperativas no que se refere ao Ato Cooperativo, nem de desrespeito à estrutura legal da sociedade cooperativa e, principalmente, de agressão e preceitos constitucionais atinentes às cooperativas ao atribuí-lhes tributação sobre a receita, como ocorreu com o PIS/COFINS, que pode comprometer a continuidade de parte significativa dos ramos cooperativos.

⁶⁵Também foi fundamental as proposições e atuação da OCEPAR na continua defesa da Lei Kandir, onde o sistema se posicionou fortemente e obteve o compromisso do governo de não acabar com a desoneração do ICMS incidente sobre os produtos primários e semielaborados exportados.

⁶⁶Em 2014 a FRENCOOP era formada por 233 deputados e 30 senadores. Ver: http://www.camara.leg.br/internet/deputado/Frente_Parlamentar/488.asp

recebeu dotação orçamentária de R\$ 450 milhões (mais no fim daquele ano chegou a 780 milhões), sendo 50 % deste montante absorvidos pelas cooperativas do Paraná” (SETTI, 2011, p.230).

E como nos revela Padilha (2014), de 2003 a 2011, dos sete estados que mais receberam recursos do programa acima, o Paraná continuou a ser o principal Estado tomador, com grande diferença em relação aos outros⁶⁷. É neste contexto de implementação deste importante programa para as cooperativas agrícolas capitalistas, que salientamos por fim, as sequentes pressões da OCEPAR junto a agências do Estado Restrito no sentido de fortalecer o PRODECOOP. A título de exemplo, o Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Neri Geller em 2014 “ressaltou que em 2002 [o programa tinha] taxa de juros de 10,75% ao ano, com orçamento de R\$ 250 milhões. Chegando em 2011/12 a taxa de 5,5% anuais e neste ano (2014) é de 6,5% ao ano, com R\$ 2 bilhões de verba”⁶⁸.

2.5 Aspectos conclusivos do capítulo

Comprendemos que este capítulo, buscou acercar-se das pré-condições induzidas pelo Estado e suas agências (especialmente a Extensão Rural), na criação/estímulo de cooperativas agrícolas enquanto agentes fundamentais na “modernização conservadora” da agricultura paranaense, no âmbito da Revolução Verde. No caso do Paraná diferentemente do que ocorreu em outros Estados brasileiros, a posição hegemônica da burguesia agrária nos aparelhos de Estado (ACARPA/EMATER) e nos aparelhos privados de hegemonia (OCB/OCEPAR) articuladas a bancada ruralista (aqui incluída a FRENCOOP), possibilitou a constituição de conglomerados cooperativos de tipo capitalista em escala inédita no país.

Destacamos que neste processo dinâmico da modernização da agricultura, as cooperativas agropecuárias que, até meados de 1980, se apropriavam dos serviços públicos de assistência técnica da ACARPA/EMATER, com a reconfiguração do papel do Estado imposta pelo capital internacional e o consequente esvaziamento do papel do mesmo em relação à agricultura, colocam a profissionalização de dirigentes e a contratação de técnicos especializados como elementos essenciais (o RECOOP/SESCOOP sedimentou este projeto)

⁶⁷“O Estado que mais se destacou foi o Paraná, que na somatória teve R\$ 2,59 bilhões, sendo 48,1% do total. Em 2007 e 2011 foram os anos em que o estado teve a maior participação percentual, de 56% e 64% com relação ao total no Brasil”. (PADILHA, 2013, p.112).

⁶⁸ Ver Menezes (2013).

para elevar a produtividade do trabalho no campo e a possibilidade de extração da mais valia no campo, seja com os pequenos e médios produtores familiares agora modernizados, e de forma ainda mais acentuada com os camponeses expropriados do campo.

Nesse contexto, a partir da década de 1990, percebe-se o gradual afastamento do agronegócio cooperativista em relação a instituições públicas como a ACARPA/EMATER que, nos anos 1960-70, tinha sido o principal canteiro formador de quadros técnicos para as cooperativas, com alguns ocupando cargos de diretoria de cooperativas, outros trabalhando diretamente na assessoria, etc. Consideramos esta agência estatal um importante vetor para a modernização capitalista no campo paranaense, que foi gradualmente alijada e esvaziada de suas funções estratégicas perante o agronegócio cooperativo capitalista, na medida em que é confrontada, enquanto instituição pública, por movimentos democratizantes (pós ditadura civil-militar), muitas vezes questionadores do *status quo* predominante no meio rural paranaense.

No Paraná, tais conhecimentos e as ações da ACARPA/EMATER através de seus profissionais/dirigentes, convertidos em intelectuais orgânicos do cooperativismo nascente, não foram neutras e, na medida em que se aliaram a segmentos da burguesia agrária e se converteram em gestores tecnocratas, procuraram influenciar as diretrizes das cooperativas paranaenses. A ideologia resultante, alinhada com os interesses da classe capitalista no campo, de segmentos industriais e financeiros, se materializou em estratégia e ação política do Estado, orquestrando a elaboração de políticas públicas, dentre as quais a própria extensão rural, a pesquisa agropecuária e os programas de governo, em sua maioria direcionados e apropriados pelos segmentos ligados ao cooperativismo empresarial e a burguesia agrária.

Com base nessa clivagem interna nas cooperativas, destacamos a alianças de classe prioritárias, entre Estado, burguesia agrária/setores modernizados do campesinato e a tecnocracia cooperativa, sendo elementos que conformam o pano de fundo da análise que procuraremos abordar no presente esforço de compreensão da realidade do agronegócio cooperativo paranaense.

A busca do aperfeiçoamento da profissionalização materializada pelos discursos ufanistas da diretoria da OCEPAR, entendemos ser outro fio condutor a ser problematizado. Salientamos que foi no Paraná, onde a OCEPAR ao se utilizar do projeto de cooperativismo capitalista da OCB (e vice-versa) conquistou papel cativo no recebimento de políticas específicas (bastante associado à eficiência gerencial) para as cooperativas agropecuárias. Não

por acaso, foi no Paraná onde a absorção dos recursos tanto do RECOOP na década de 1990, como o PRODECOOP na década de 2000, se deu de maneira mais acentuada do que no restante do País⁶⁹. No entanto, chamamos atenção para futuras pesquisas que tal discurso, na prática, teve limites. Tendo em vista que diversas cooperativas paranaenses entraram em processo de liquidação, outras foram incorporadas a outras cooperativas, outras sobreviveram em boa parte graças a injeção de recursos do RECOOP e, com raras exceções, outras sobreviveram sem a utilização do RECOOP, dentre elas a COAMO.

A guisa de conclusão, entendemos que a postura ideológica capitalista das cooperativas paranaenses (guiadas pela OCB-OCEPAR) foi direcionada para a reprodução do capital ao longo dos anos, em parte como reflexo das alterações de sua base social, que foi gradualmente “depurada” dos pequenos agricultores empobrecidos, jogados na marginalidade, no êxodo e no desemprego, portanto, abandonados politicamente pelas cooperativas empresariais (com mais detalhes no capítulo seguinte). Nas décadas de 1960/1970/1980 a base social das cooperativas agropecuárias do Paraná era formada amplamente por pequenos agricultores empobrecidos. Contudo, nas décadas de 1990/2000 essa base social passa a ser composta crescentemente por médios e grandes proprietários agrícolas, dominando uma massa politicamente acomodada de pequenos agricultores modernizados (ou marginalizados, mas com esperanças de modernização).

Portanto, no capítulo seguinte, busca-se analisar o desenvolvimento e contradições deste projeto de cooperativas tipicamente capitalistas no Paraná, com o caso da cooperativa COAMO. Veremos na sequência, que esta cooperativa é caracterizada por uma estratégia de expansão territorial para acesso a novos mercados econômicos, ganhos de escala e competitividade, na qual acaba exercendo profunda influência política e mudanças do espaço agrário em territórios por ela dominados. Procuramos delinear, que sua estratégia induz uma dinâmica de processo de materialização do capital, voltando-se para uma agricultura moderna/tecnicizada fortemente vinculadas às grandes cadeias produtivas agroindustriais.

⁶⁹Os objetivos do PRODECOOP, como observado, são bem diferentes do RECOOP. Porém, como aponta Alves (2003), *existe uma relação entre ambos*: a renegociação das dívidas das cooperativas realizada pelo RECOOP permitiu não apenas o alongamento dos débitos vencidos, mas, a eliminação de restrições a novos empréstimos, devido à melhoria da situação cadastral dessas empresas junto ao SFN (Sistema Financeiro Nacional). Com isso, tornou-se viável a implantação de uma linha de crédito como o PRODECOOP. (PADILHA, 2014, p.109, grifo nosso).

3 TERRITORIALIZAÇÃO DO CAPITAL: ESTRATÉGIAS E CONTRADIÇÕES DO AGRONEGÓCIO COOPERATIVO DA COAMO

Este capítulo reforça a hipótese de que o Estado dirigiu/articulou, a partir da sua agência de Extensão Rural (ACARPA), a estruturação de relações capitalistas no campo no território de Campo Mourão/PR. A ocupação do território do Oeste paranaense se dá em condições precárias de acessibilidade, da disponibilidade de meios de transporte, bem como da disponibilidade de infra-estruturas sócio-produtivas. Num primeiro momento a ocupação territorial teve caráter militar, com a criação de unidades de fronteira em Foz do Iguaçu. Mais tarde, a ocupação por colonos brancos seria considerado estratégico⁷⁰. O modelo de desenvolvimento que se instaurou no território desencadeou a necessidade de estruturas de recebimento e comercialização dos produtos e sobretudo, reproduzir e sedimentar tais relações sociais capitalistas (do projeto da Revolução Verde) em áreas geográficas mais ampliadas. Tal conjuntura faria nascer em 1970 a Cooperativa Mourãoense Ltda (COAMO).

Consideramos que este capítulo, a partir do método do materialismo histórico dialético de Marx, possibilita a compreensão da estratégia de territorialização da COAMO, seus objetivos, nuances e contradições ao longo das décadas recortadas para análise. Procuraremos discutir como esta cooperativa tornou-se a maior cooperativa singular da América Latina, presente nos Estados do Paraná, Santa Catarina e Mato Grosso do Sul, permeadas por relações engendradas na subalternidade da população camponesa ao modelo produtivo representado pelo agronegócio. Vale ressaltar que o processo de expansão territorial da COAMO, não só reforça a dimensão da competitividade (maior capilaridade na recepção de grãos, etc.), como aumenta sua força política e econômica, tornando-a um importante agente no bloco de poder.

O processo metodológico do capítulo baseou-se em dois pilares: a) documentos oficiais especialmente da base de dados da OCEPAR, da COAMO e outras fontes

⁷⁰O território do Paraná era ocupado por indígenas de várias etnias, destacando-se guaranis e Kayngangs. Muitos deles foram dizimados pela ocupação branca de suas terras. O restante foi disperso ou ficou acantonado em algumas reservas indígenas situadas na região.

bibliográficas, documentais, revistas, etc; e b) entrevistas com cooperados, ex-cooperados e ex-funcionários da cooperativa.

3.1 Breves aspectos das bases materiais de surgimento da COAMO

No Paraná as condições foram muito favoráveis à “modernização conservadora” da agricultura, pois a economia estava interligada ao mercado nacional, havia disponibilidade de terras excelentes e existia um nível razoável de acumulação entre os produtores de café. Além disso, a política de crédito rural foi decisiva para alavancar a venda de tratores e fertilizantes (FLEISHFRESSER, 1988 apud FAJARDO, 2008). Mais do que isso, vimos no capítulo 2 que o Paraná foi um território privilegiado de conjunções de interesses que fizeram com que as cooperativas agrícolas fossem vetores de extrema funcionalidade para os interesses do capital no campo.

Campo Mourão, situado no Noroeste do Paraná, acompanhou intensivamente o processo de reestruturação da modernização da produção agrícola capitaneada pelo Estado Restrito⁷¹ (ANDRADE, 2013; ÁVILA, 2002; DENKER, 2009; ROCHA, 1999). Os autores ressaltam que até a década de 1970 a população era predominantemente rural e com a introdução da agricultura intensiva e mecanizada advinda deste processo, houve a consequente redução de massa trabalhadora no campo, vindo a população urbana a ser maior que a população rural, o que também viria a afetar de sobremaneira a estrutura fundiária.

Na década de 60, era grande o número de estabelecimentos agrícolas no Paraná. Os anos 70, por sua vez, assistiram a uma total inversão desse processo conforme o Censo Agropecuário do Paraná, 1970-75, observa-se que o número de pequenos estabelecimentos, com área de até 20 ha., diminuiu em 76000 unidades no Estado. Esta redução tem como contrapartida a expansão dos grandes estabelecimentos com área acima de 500 ha., cuja área total apresentou aumento de 26,1% para 30,8% do total das áreas estabelecidas neste período, fenômeno este que esteve associado ao próprio movimento de modernização da agricultura. (DENKER, 2009 p.46).

De acordo com Andrade (2013), Ávila (2002) e Setti (2010) esta transformação da agricultura foi provocada inicialmente pela exploração florestal extrativista, uma das

⁷¹“A territorialização da Microrregião Geográfica de Campo Mourão se deu a partir da perspectiva político-econômica com incentivo do Estado para ocupação e produção do espaço. Assim, o Estado atuou como agente de colonização na região de estudo, influenciando nas relações de poder sobre a sociedade, bem como nas instituições, buscando a acumulação de capital através da compra e venda de terras”. (ANDRADE, 2013, p.113).

primeiras atividades econômicas de expressão em Campo Mourão, num processo que levou à espoliação das matas nativas.

Como vimos em linhas gerais no capítulo 2, a partir da década de 1970, houve a inserção de novas culturas alimentares, como o trigo e, sobretudo, a soja, no desenvolvimento do cooperativismo paranaense. De acordo com Fajardo (2008) e Serra (2013) a cultura da soja foi a mais representativa nesta passagem da modernização da agricultura paranaense, apresentando crescimento de 695% no período 1970-80, seguida pelo trigo, com 456% de acréscimo na área plantada em relação a 1970 (SEAB-DERAL, 1982 apud DENKER, 2009). A considerável expansão da área cultivada fez com que a soja viesse a ser em 10 anos o principal produto agrícola do Paraná⁷². A soja e o trigo em conjunto utilizavam em 1970, 10,15% do crédito de custeio estatal, em 1979 este percentual passa para 39,02%, mostrando nitidamente para quem estas políticas estavam endereçadas (DENKER, 2009).

Para a concretização deste projeto de modernização agrícola em Campo Mourão, Setti (2010) e Andrade (2013) destacam que o Estado⁷³ passa a incentivar o avanço tecnológico do campo, implementando novas culturas agrícolas, atrelados ao projeto da Revolução Verde. Tal projeto foi sedimentado na instalação da ACARPA⁷⁴ em Campo Mourão nos anos de 1960, tendo à frente o recém agrônomo e técnico extensionista, José Aroldo Galassini. O surgimento da COAMO foi exatamente no momento em que a região de Campo Mourão entrou no período de transição entre a exploração da madeira e o início da atividade agrícola em torno ao binômio soja-trigo.

⁷² Para Rolim (1995 apud Fajardo, 2006), o sucesso da soja em substituição ao café no Norte do Paraná se deve à condição de essa cultura possuir: inovações pré-adquiridas como sementes selecionadas; um processo de produção totalmente mecanizado desde o plantio até a colheita; a capacidade de aliar interesses, que impulsionaram o seu cultivo: o das indústrias processadoras e exportadoras do produto e do Estado que teve incluído um produto de grande aceitação na pauta de suas exportações.

⁷³ A agricultura se desenvolvia com o apoio do serviço de extensão rural, através da Acarpa e do Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (hoje INCRA), que havia escolhido Campo Mourão, como ‘município modelo de desenvolvimento’. (SETTI, 2010, p.35, grifo nosso).

⁷⁴ Setti (2010, p. 29) aponta os principais itens do estudo da Acarpa “avaliou todas as tecnologias adotadas em cada cultura, e nenhuma delas os agricultores citaram o uso de calcário, para a correção da acidez do solo, nem do adubo, o que permitiria elevar consideravelmente a produtividade. b) além da baixa produtividade e de perder parte considerável na produção por pragas, doenças e más condições de armazenagem, os produtores se deparavam com o mais sério dos problemas: a comercialização”. Para o autor, esse levantamento serviu de base para que a Acarpa pudesse por um lado corrigir o problema da produtividade incentivando a mecanização agrícola, uso do calcário para a correção da acidez e solo, etc. e para resolver o problema da comercialização, Galassini iniciou um trabalho de identificação de lideranças rurais, com o intuito de viabilizar a fundação de uma cooperativa.

3.2 Estratégia de territorialização da COAMO (1970-2014)

3.2.1 COAMO durante a Década de 1970

Como vimos no capítulo 2, em todo território nacional brasileiro, a fundação de cooperativas no meio rural foi uma necessidade desencadeada pelo projeto da Revolução Verde (leia-se do avanço do capital) e com forte apoio do Estado. No caso do Paraná, este projeto foi baseado, sobretudo nas atividades agrícolas voltadas para a comoditização, especialmente a soja⁷⁵ (ANDRADE, 2013; ONOFRE, 2011; SERRA, 2009).

Como menciona Delgado (1985), esta seria a segunda fase da modernização da agricultura e expansão das fronteiras agrícolas com forte apoio do Estado. Tal modelo de produção agrícola construído a partir dos anos 1960 se desenvolveu com base na utilização intensiva de insumos químicos, máquinas e equipamentos industrializados, com vistas à produção para o mercado interno e principalmente internacional. Estes novos arranjos denominados de Complexos Agroindustriais (CAIs) são caracterizados fundamentalmente pela subordinação da agricultura aos setores industrial, comercial e financeiro (CHRISTOFFOLI, 2009; DELGADO, 1985).

A cooperativa sobre a qual discorremos nesta dissertação, criada no auge da ditadura militar, exemplifica a materialidade deste projeto que foi estrategicamente criado por parte do Estado, especialmente da agência de Extensão Rural, com o objetivo nítido de reproduzir relações sociais capitalistas e um modelo de produção típico da “modernização conservadora” da agricultura que se sedimentava no início da década de 70. Criada em 28 de novembro de 1970 por 79 cooperados (todos sendo proprietários de terra e em sua maioria migrantes do Rio Grande do Sul)⁷⁶, a Cooperativa Agropecuária Mourãoense Ltda. – COAMO (Cooperativa

⁷⁵“A política cambial inaugurada no final dos anos 1960 através de minidesvalorização o levou à sobrevalorização da taxa de câmbio contribuindo para aumentar o desempenho do principal produto de exportação (a soja) das cooperativas”. (DOMINGUES, 1982, p. 70 apud FARIAS, 2015, p. 52).

⁷⁶ Que teve seu primeiro presidente Fiovarante João Ferri, tinha suas terras em Campina do Amoral, onde trabalhava no ramo madeireiro como proprietário da Madeireira Espumoso Ltda. Ferri tinha experiência cooperativista e exercia grande liderança entre os produtores rurais. Seguidamente procurava trazer amigos e interessados do Rio Grande do Sul, através da venda de terras e de madeiras da região. Para assumir a presidência da cooperativa João Fioravante Ferri impôs como condição que fosse assessorado em todos os trabalhos por Galassini, o que acabou acontecendo. (PEDROZO, 1991, p.245).

com Amor) nasceu no intuito de não ser uma cooperativa apenas de Campo Mourão, “e sim para a região, [envolvendo] 15 municípios” (SETTI, 2010, p.37).⁷⁷

De acordo com Ávila (2002, p. 41), a “COAMO surge para atender os triticultores, que começavam esta atividade agrícola no final da década de 1960, porém, se viam com dificuldades para o armazenamento e comercialização da nova cultura”. A política de expansão da triticultura se dava por intermédio de políticas públicas coordenadas pelo Banco do Brasil através da Comissão de Compra do Trigo Nacional (CTRIN)⁷⁸.

Com a constituição da COAMO, o próximo objetivo era o recebimento da primeira safra de trigo⁷⁹. A cooperativa alugou armazéns da estatal Copasa, da Algodoeira Limoense, da Contibrasil e dos Armazéns Geral Federal (AGEF), em Engenheiro Beltrão, com apoio da CTRIN e da agência do Banco do Brasil em Campo Mourão (COAMO, 2010).

Segundo Pedrozo (1991) e Setti (2010) na safra de 1971⁸⁰, a cooperativa recebeu 194.391 sacas de trigo (de cinco lugares diferentes), 120 sacas de sementes de milho e adquiriu 5.110 sacas de semente de soja do Rio Grande do Sul. Neste mesmo ano, o BRDE concedeu a COAMO, o montante de Cr\$ 675.861,00 (ou R\$ 1.805.017, 82) para a construção de armazém, escritório, secadores e balança (SETTI, 2010)⁸¹. O que para nós revela, mais do que a eficiência gerencial e negocial da cooperativa, um interesse do aparato estatal em apoiar/estruturar com recursos volumosos uma cooperativa que tinha apenas um ano de vida.

⁷⁷ Para Onofre (2011, p.25) “a materialização do espaço da COAMO, é muito anterior à implantação da própria cooperativa, porque os alicerces para a sua fundação se processaram juntamente com a ocupação e colonização da região de Campo Mourão”.

⁷⁸ A política de estímulo ao trigo nacional vigorou com forte apoio estatal no período de 1951 a 1967 sendo tornada obrigatória a compra de trigo nacional pelos moinhos e controlada a importação de trigo através do BB. O trigo nacional chegou a auferir preços 150% maiores do que o trigo importado, no período. Em 1957 devido ao crédito subsidiado para construção de armazéns, somente no RS foram criadas 20 cooperativas tritícolas (SILVA, 1992).

⁷⁹ Nas palavras do Ex-diretor do CTRIN: O início das atividades da COAMO tem forte ligação com o trigo, cultura incentivada pela Acarpa desde que se instalou em Campo Mourão, na segunda metade dos anos 60. Mas a produção paranaense ainda era pequena em 1971, de 245 mil toneladas, 10.440 das quais produzidas pela COAMO, suficiente para criar o primeiro problema de armazenagem. (SETTI, 2010, p.206).

⁸⁰ Também neste período a cooperativa obteve o registro como produtor de sementes na Comissão Estadual de Sementes de Soja e Trigo no Paraná e aumentou sua base de cooperados com 153 cooperados e 25 funcionários.

⁸¹ Sem patrimônio para dar em garantia ao BRDE, a opção foi pedir aos associados a assinatura de notas promissórias e esperar pela aprovação. Para encaminhar o pedido de financiamento, o presidente da COAMO, Fiovaranti João Ferri, e o extensionista da Acarpa José Aroldo Galassini, viajaram a Curitiba, onde pediram ao deputado estadual Armando Queiroz que o acompanhasse ao BRDE, *dando peso político ao pedido de financiamento* (op.cit. p.45, grifo nosso).

A primeira safra (1971) foi grande e com ela vieram os primeiros problemas com a demora na recepção e a falta de armazéns. Para resolver a situação e prevendo o aumento de área e produtividade a diretoria promoveu em 06 de novembro de 1971 a sua primeira Assembleia Geral Extraordinária (AGE) com o objetivo de obter autorização para contratação de financiamento junto ao BRDE para a construção de um armazém de fundo plano com 2.250 metros quadrados, além de escritório, secadores e balança. Com grande número de autoridades, os 68 cooperados presentes à assembleia aprovaram a contratação do financiamento que foi liberado sem restrições, tendo em vista o conceito e a organização da COAMO. (COAMO, 2014).

No ano de 1972 a cooperativa contava com 529 cooperados e 19 funcionários. Com os recursos do BRDE do ano anterior, foi inaugurado o primeiro armazém próprio no município de Campo Mourão, recebendo 137.150 sacas de soja e 92.534 sacas de trigo (SETTI, 2010). No ano seguinte (1973), a cooperativa inaugurou o Laboratório de Análise de Sementes. Ao término do ano, a cooperativa havia aumentado seu número de cooperados em 80% em relação ao ano anterior e já recebia produtos a granel (OLIVEIRA; MEDEIROS, 2014). Em entrevista em 08 de Maio de 2015, ZXY05 admitido como sócio da COAMO em 1971. Relata que:

Naquela época era o seguinte, para ela se fixar, para ter crédito no governo – a COAMO tinha que ter certa quantia de associados, para se fixar como cooperativa. Então tinha os amigos, que convidavam para entrar na COAMO. A COAMO pegava sócios de 3 alqueires, tudo que aparecia. Para entrar de sócio, tinha que fazer um cadastro, que garantisse a cooperativa, e naquela época pagava uma jóia de 100 mil cruzeiros [subscrição de capital] para que a cooperativa pudesse ter crescimento, desenvolvimento. (ZXY05, 2015)

Segundo Setti (2010) com o número de associados em crescente, a produção de trigo e soja sendo cada vez mais ampliada, houve em julho de 1973, o segundo financiamento junto ao BRDE, para fortalecer a armazenagem da cooperativa, possibilitando assim a construção do segundo armazém graneleiro (com capacidade para 500 mil sacas) e um segundo armazém sementeiro (80 mil sacas).

Já no período de 1974, a COAMO após aprovação da assembleia dos cooperados, amparados no estudo de viabilidade econômica, construiu entrepostos em mais dois municípios, Engenheiro Beltrão e Mamborê. “Esses dois municípios, assim como Campo Mourão, são grandes produtores de soja e milho” (ANDRADE, 2013, p. 169). Sobre essa base ela vai se desenvolvendo e crescendo, possuindo ao final do ano de 1974, o total de 953 cooperados.

Segundo Setti (2011) no ano de 1974, as cooperativas paranaenses investiram o montante da ordem de Cr\$ 134 milhões (ou R\$ 177 milhões), para ampliarem a infraestrutura de armazenagem e beneficiamento, (os projetos permitiram uma ampliação da ordem de 5.994.000 sacas na capacidade de armazenamento e a granel e 1.291.000 sacas em armazéns convencionais para sementes e outros insumos). Os investimentos recebidos num total de 26 projetos foram elaborados pela Coordenadoria de elaboração de projetos (COELPRO), da ACARPA, com financiamento liberados pelos bancos BRDE, Badep, Banco do Brasil e Banco Nacional de Crédito Cooperativo. Destaca-se que a COAMO estava entre as cooperativas que foram beneficiadas pelos projetos.

Com o falecimento do então presidente Fiovaranti João Ferri em 1974, têm-se no ano seguinte (1975), após aprovação em Assembleia Geral Ordinária, a eleição de José Aroldo Galassini, presidente da COAMO pela primeira vez. Dentre os objetivos que a diretoria eleita buscava encontravam-se três principais: “conscientização dos cooperados através de cursos, reuniões, palestras e assistência técnica; dominar o armazenamento na área de atuação da cooperativa procurando a interiorização das atividades e especializar funcionários da COAMO em comercialização” (PEDROZO, 1991, p.249, grifo nosso).

Tal objetivo de dominar o armazenamento na área de atuação da COAMO, procurando a interiorização das atividades, Andrade (2013), Fajardo (2008), Onofre (2011), Pedrozo (1991) e Rocha (1999), compreendem que estava presente desde a sua constituição, através da expansão horizontal. Sobretudo tendo em vista que em sua área de atuação na década de 70 “existiam 55.000 propriedades agrícolas, sendo apenas 2.000 cadastradas na cooperativa e na sua maior parte ligadas a grandes propriedades”⁸². Estes autores compreendem que o processo de expansão territorial mais efetivo da COAMO ocorreu desde o início da década de 70, com a implantação das unidades administrativas e de armazenamento de grãos por via da expansão horizontal, principalmente através de construção de novas unidades, e também uma estratégia clara de aquisições e incorporação de cooperativas em vias de liquidação. (sobre este último iremos ver com mais detalhes no capítulo 4).

No final da década de 1970, a COAMO atuava (responsabilidade) em 13 municípios, tendo criado 12 entrepostos, conforme Quadro 3, possibilitando à cooperativa conquistar

⁸² “Era necessário interiorizar e oferecer os serviços, se possível ampliando-os, a esses pequenos proprietários. Dentre os serviços oferecidos cita-se: armazéns para entrega de produtos; compras de máquinas, implementos agrícolas, peças e acessórios; compras de insumos a preços mais baixos; assistência técnica agrônômica; reuniões no campo; educação cooperativista e diversificação no recebimento de produtos” (PEDROZO, 1991, p. 252).

frações dos territórios onde estava espacializada desde seu início (com o forte apoio da ACARPA). No fim de 1979, já tinha tomado toda “porção leste da Microrregião de Campo Mourão”, contribuindo fortemente ao processo mais amplo de territorialização (ANDRADE, 2013; OLIVEIRA; MEDEIROS, 2014; ONOFRE, 2011).

Raffestin (1993) compreende que o espaço a partir de suas bases materiais é tecido por um quadro de relações sociais de produção, de troca e consumo. Para o autor é

[...] essencial compreender que o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. *Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator, ‘territorializa’ o espaço. [...] O território, nessa perspectiva é um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que por conseqüências, revela relações marcadas pelo poder*”. (RAFFESTIN, 1993, p.143, grifo nosso).

Quadro 3 - Entrepostos criados pela COAMO na década de 1970

Entreposto	Inauguração
Engenheiro Beltrão	06 de setembro de 1974
Mamborê	06 de setembro de 1974
Fênix	06 de março de 1976
Boa Esperança	16 de fevereiro de 1978
Peabiru	16 de fevereiro de 1978
Palmas*	11 de julho de 1978
Iretama	15 de setembro de 1978
Roncador	15 de setembro de 1978
Mangueirinha*	01 de janeiro de 1979
Juranda	05 de janeiro de 1979
Barbosa Ferraz	17 de setembro de 1979
Pitanga**	17 de setembro de 1979

Fonte: Adaptado de (OLIVEIRA e MEDEIROS, 2014)

* Através da incorporação da Cooperativa Agropecuária Palmense Ltda (COPALMA)

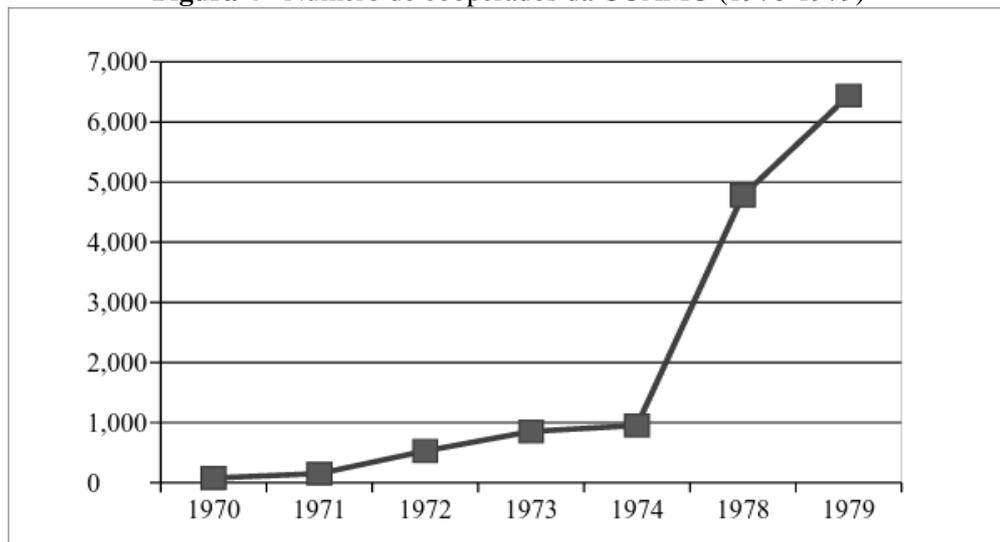
** Através da incorporação da Cooperativa Agropecuária Centro do Paraná (COOPERCENTRO)

indagado sobre o porquê da cooperativa migrar para uma área fora de seus domínios territoriais, o depoente é enfático: “Foi uma questão de estratégia, aquela região Mangueirinha, Palmas, Abelardo luz eram regiões extremamente ótimas para produzir sementes”. ZXY10 reforça que a COAMO através do seu laboratório de sementes, somadas a pesquisas de órgãos do Estado referendavam este estudo das sementes propicias para a soja naquela região.

Por ora, destacamos que neste período começa a se desenhar a estratégia da COAMO em incorporar/adquirir cooperativas em processo de dificuldades financeiras. Outra cooperativa, localizada na Mesorregião Centro Sul Paranaense, porém próxima da área de atuação da COAMO também foi incorporada - a Cooperativa Agropecuária Centro do Paraná Coopercentro - com sede em Pitanga/PR em 1979⁸⁵.

Conforme Figura 3 no final da década de 1970, percebe-se que a quantidade de cooperados da COAMO salta de 79 em 1970 para 6.439 em 1979. Um aumento significativo de 6.360 cooperados.

Figura 4 - Número de cooperados da COAMO (1970-1979)



Fonte: Elaborado pelo autor, com base nos dados de Pedrozo (1991), Rocha (1999), Setti (2010) e na base de dados cooperativista da OCEPAR (1979)

⁸⁵ “Operando há poucos anos entrou em dificuldades e as instituições de representação do cooperativismo [leia-se OCEPAR] sugeriram que a COAMO a incorporasse em função da proximidade geográfica [...]. Com a incorporação a COAMO passaria a atuar também em Palmital e Cândido de Abreu, dois municípios vizinhos”. (SETTI, 2010, p. 116).

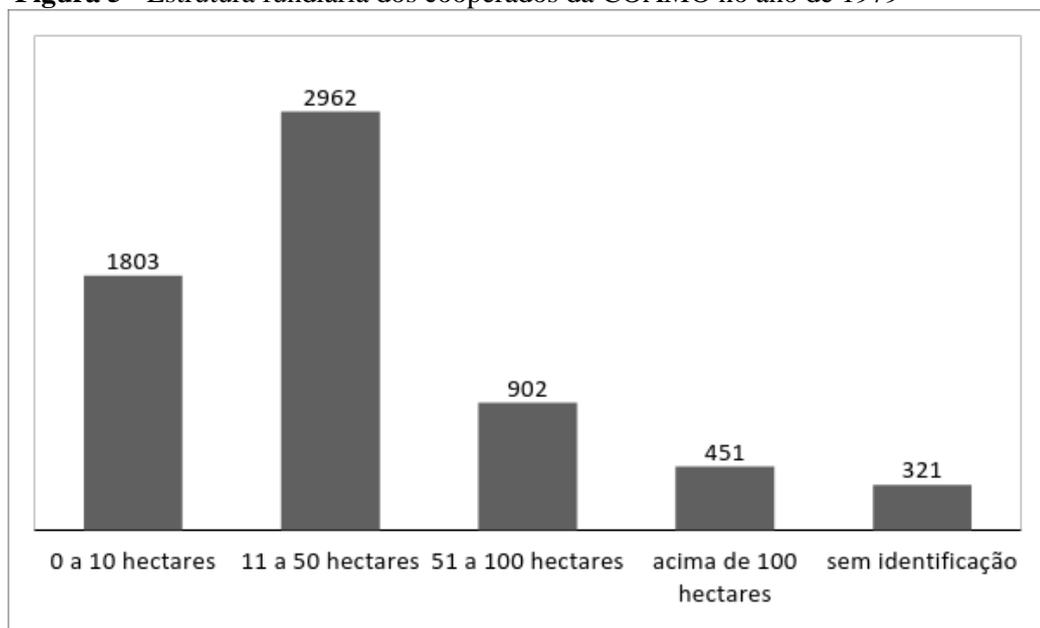
“Eu entrei na COAMO em XXXX quando houve a expansão territorial aqui no Paraná [...]. A nossa região era área de atuação da COAMO e antigamente tinha uma restrição que as cooperativas tinham áreas de atuação e não podiam atuar em outras áreas. Naquela época havia essa limitação. A COAMO estava nos municípios muito bem estruturada! A partir daí começou a expansão através da incorporação”. (entrevista com ZXY10, 2015).

Pode-se afirmar que o aumento de cooperados, teve como fatores, além das incorporações das cooperativas de Palmas e Pitanga e concomitante aumento da base de cooperados, também a construção de diversas estruturas de armazenamento⁸⁶.

Segundo estudo da base de dados da Ocepar (1979), a área de atuação da COAMO em 1979 englobava 36.897 produtores agrícolas. Destes, a COAMO já englobava 6.439 cooperados, representando 17% dos produtores agrícolas da respectiva área de atuação.

Destaca-se na Figura 5, que a estrutura fundiária destes 6.439 cooperados da COAMO no ano de 1979, era de 28 % minifundiários com faixas de terras de 0 a 10 hectares; 46% pequenos proprietários com faixas de terra de 11 a 50 hectares; 14% médios proprietários com faixas de terra de 51 a 100 hectares; e 7% grandes proprietários com faixas de terra de mais de 100 hectares. Os dados que apresentamos revelam que em 1979 74% dos cooperados da COAMO se configuravam como proprietários de terra entre 0 a 50 hectares. Contudo, não estão disponíveis dados que informem sobre a importância econômica para a cooperativa desses diversos estratos de cooperados.

Figura 5 - Estrutura fundiária dos cooperados da COAMO no ano de 1979



Fonte: Elaborado pelo autor, com base de dados cooperativistas da OCEPAR (1979)

⁸⁶Em 1975 os entrepostos de Mamborê e Engenheiro Beltrão entraram em pleno funcionamento. Também nesse mesmo ano foi aprovada a construção do Terminal Ferroviário de Maringá, com a construção de um armazém graneleiro para 500.000 sacas e outras instalações. Também, foi autorizada a construção de mais 4 armazéns graneleiros: um em Mamborê, dois em Campo Mourão e um em Fênix. Em 1976 teve início às atividades do Centro de Treinamento Agrícola da COAMO (CTA), com objetivo de capacitar os cooperados no uso correto dos equipamentos, maquinários e insumos (PEDROZO, 1991).

Neste contexto do desenvolvimento da COAMO durante a década de 1970, enfatizamos que esta cooperativa teve uma estratégia inicial de espacialização, vindo a acarretar uma territorialização agressiva especialmente no Centro Ocidental Paranaense, propiciando por meio de unidades de recebimento de grãos, assistência técnica, etc. um papel significativo na influência/estímulo da modernização da dinâmica agrícola dos territórios. Essa prática reflete um sistema de ações ou de comportamentos que traduz uma "produção territorial" materializada pela tessitura, nós e redes, aqui interpretado pelos entrepostos cooperativos (forma de capital fixo), de acordo com o que propugna Raffestin (1993).

Pedrozo (1991) menciona que as condições favoráveis do trigo e da soja na década de 1970⁸⁷ (em 1974, esses dois produtos representavam cerca de 70% do faturamento e o restante da receita advinha dos insumos vendidos para estes dois produtos) foram fatores que influenciaram o fato da diversificação da cooperativa ganhar pouco espaço. Já Rocha (1999, p.122) menciona que na COAMO “embora exista uma diversificação no que se refere ao setor de grãos, existe uma preocupação por parte da cooperativa no que diz respeito à diversificação da propriedade agrícola com o objetivo de fixar o produtor no campo apresentando-lhes alternativas econômicas viáveis”.

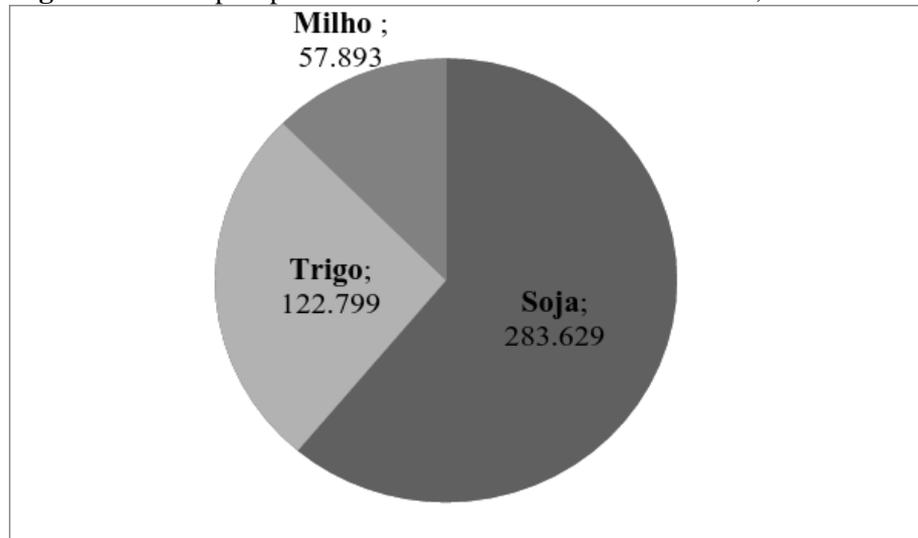
Os dados encontrados em nossa pesquisa possibilitam discordar completamente deste relato de Rocha (1999) e parcialmente de Pedrozo (1991), pois, o que veremos no decorrer desta dissertação é que a COAMO, ao invés de diversificar, se especializou desde a sua constituição e tem diretrizes que buscam assegurar sua eficiência econômica especialmente pelo plantio da soja, fazendo sucumbir outras atividades agrícolas dos cooperados. Veremos com mais detalhes no capítulo 4 que para legitimar esta eficiência, a cooperativa utiliza de métodos controladores e reprodutores de relações de poder do capital que privilegia a monocultura da soja⁸⁸.

⁸⁷ Em 1974 o Governo americano decide embargar as exportações de soja para a Europa, a fim de preservar os estoques para seu consumo doméstico. Com isso os países europeus buscam novas fontes de abastecimento para produção de rações. Num curto espaço de tempo, os preços sobem exponencialmente. Esse primeiro *boom* da soja dura um tempo relativamente pequeno. Ainda que tenha havido uma recuperação de preços no final dos anos 1990, nunca os preços reais da soja no país retornaram aos patamares dos anos 1970. A partir dessa crise, a produção cresce nos estados de Rio Grande do Sul, Santa Catarina (SC) e Paraná (PR). O Brasil chega a assumir, temporariamente, o posto de maior exportador de soja, porém no final da década, os EUA retomam a dianteira nas exportações, e o Brasil volta a ser o segundo maior produtor e exportador.

⁸⁸ De maneira geral, o aumento da produção brasileira de soja, em especial a partir do final da década de 1960, pode ser atribuído à conjugação de uma série de fatores, entre os quais alguns podem ser considerados como decisivos: a crescente internacionalização da economia da soja — conjugado com

No ano de 1979, de acordo com a Figura 6, a soja, o trigo e o milho mantiveram-se como carros chefe da cooperativa, tendo a soja recebimento duas vezes maior do que o trigo. Neste ano a COAMO tinha a capacidade de armazenamento de 501.800 toneladas.

Figura 6 - Principais produtos recebidos na COAMO em 1979, em toneladas



Fonte: Elaborado pelo autor, com base nos dados cooperativistas da OCEPAR (1979)

A fazenda experimental da COAMO criada em 1975⁸⁹, através de parcerias com instituições oficiais do Estado (Embrapa) fosse com instituições privadas (COODETEC) entre outras, permitiu configurar uma base tecnológica propícia para o desenvolvimento da cooperativa, com impactos diretos na produtividade dos cooperados (ÁVILA, 2002; PEDROZO, 1991; ROCHA, 1999; SETTI, 2011).

Outro elemento de grande importância para o aumento gradativo da produtividade da COAMO está ligado à influência da sua assistência técnica para com os cooperados. Em linhas gerais, para nós essa importância não se dava tanto pela capacidade operacional e acompanhamento da produção de todos os cooperados (e sim uma seletividade como veremos

o fato de a soja brasileira ser colhida na entressafra dos maiores produtores mundiais; a política brasileira de incentivo à sua produção e exportação; a consolidação da indústria de processamento e da agroindústria em geral; o baixo custo da força de trabalho e da terra, comparativamente aos maiores produtores mundiais; e, no caso das regiões produtoras de trigo, a complementaridade existente ao nível da produção (insumos, tecnologia, sazonalidade), comercialização (ocupando praticamente a mesma estrutura montada para o trigo, como as cooperativas) e da política de incentivos a esses dois produtos. (CORADINI; FREDERICO, 2009, p.29)

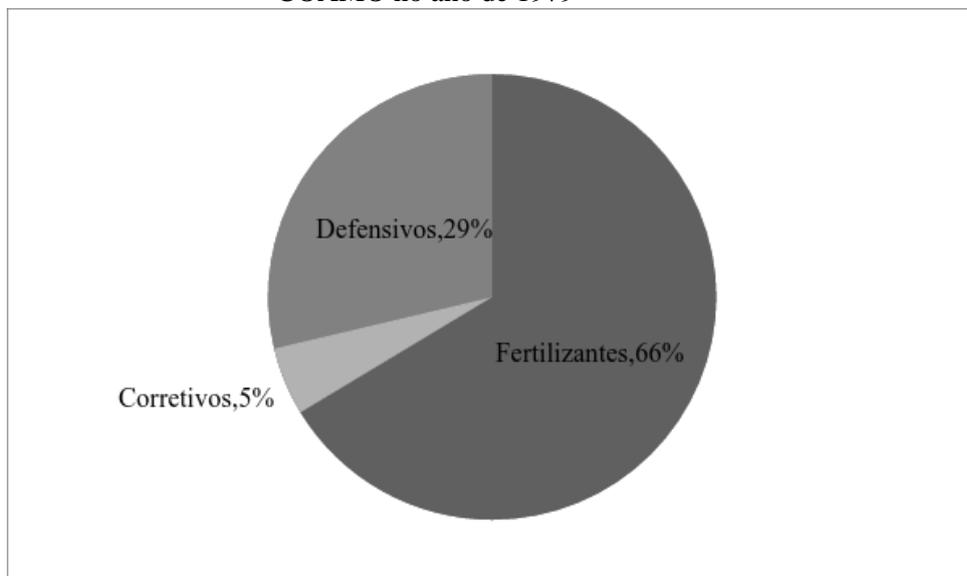
⁸⁹ O campo de experimentação da COAMO foi inaugurado através de convênios com o Instituto Agrônomo do Paraná (IAPAR) sendo um espaço de diversos experimentos como: - Competição de herbicidas em plantio direto na cultura da soja; - Ensaio de adubação do milho; - Ensaio de adubação na soja; - Ensaio de herbicidas no plantio convencional de soja; - Experimento com fungicidas para tratamento de semente de soja. (PEDROZO, 1991)

mais adiante), tendo em vista que no final dos anos 1979 a COAMO possuía 40 funcionários na área de assistência técnica, uma proporção de 160 cooperados para cada 1 funcionário da assistência técnica. Destacamos as habilidades comerciais desta equipe técnica. Pois, como menciona Pedrozo (1991) na COAMO as necessidades de assistência ao cooperado⁹⁰ estavam centradas especialmente na parte de vendas, sendo de extrema importância e funcionalidade para a cooperativa.

Conforme Figura 7, essas habilidades comerciais desempenharam papel fundamental em 1979 pela venda de:

- 15.917 toneladas de fertilizantes. Representando 66% do faturamento da COAMO com venda de insumos químicos no respectivo ano;
- 12.404 toneladas de corretivos. Representando 5% do faturamento da COAMO com venda de insumos químicos no respectivo ano;
- 242 toneladas de defensivos. Representando 29% do faturamento da COAMO com venda de insumos químicos no respectivo ano.

Figura 7 - Porcentagem na venda (faturamento) de insumos químicos pela COAMO no ano de 1979



Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados cooperativistas da OCEPAR (1979)

⁹⁰ O correto seria afirmar que as necessidades empresariais da COAMO levaram a equipe técnica a se concentrar em aumentar as vendas do pacote tecnológico preconizado e, conseqüentemente, assegurar lucratividade à cooperativa tanto na venda de insumos como na compra da produção dos associados. Esse foco em resultados econômicos, ainda nos anos 1970 é que levará futuramente à irrelevância da extensão rural pública para as cooperativas capitalistas.

Em 1975 começa a funcionar o moinho de trigo (industrialização de farinha) com capacidade de moagem de 9 toneladas/8 horas, na cooperativa. Entretanto, percebe-se que até o ano de 1979, o maior índice percentual de faturamento da cooperativa estava ligado diretamente à venda de produtos *in natura*, especialmente soja, trigo e milho, e dos insumos a eles vinculados, sem qualquer representação significativa da indústria no faturamento (COAMO, 2015; PEDROZO, 1991; SETTI, 2010).

3.2.2 COAMO durante a década de 1980

A década de 1980 marcará o início da implantação dos complexos industriais da COAMO, com a inauguração em 1981 da indústria de óleo de Soja. A experiência anterior em avançar para a industrialização do trigo frustrou-se devido à baixa qualidade do trigo nacional. Já a destilaria de álcool e a fiação de algodão iniciaram-se em 1985/1986 (FAJARDO, 2008; ROCHA, 1999). Esses aspectos serão melhor analisados no capítulo 4.

Segundo Onofre (2011, p.50) “a expansão territorial da COAMO assegura o controle da apropriação, distribuição, alocação do espaço, permitindo a coesão e integração dos territórios”. A autora é enfática em seu estudo em revelar que a territorialidade desta cooperativa, se for concebida apenas enquanto uma simples ligação com o espaço seria fazer renascer um determinismo sem interesse. Seguimos a pista de que tais interesses da territorialidade geográfica da COAMO, até o final da década de 1970 e na década de 1980 estiveram focados no aumento da base de cooperados e incorporação de novas áreas agrícolas para garantir o controle de uma rede estratégica que pudesse receber um maior volume de grãos (leia-se soja), destinados, sobretudo a reforçar sua estratégia de comoditização⁹¹. Essa estratégia não confrontava com a das empresas transnacionais, que então já dominavam a agricultura, enfrentando apenas o pequeno capital comercial regional que se apropriava de parte do valor gerado na agricultura.

O processo de circulação produz a acumulação, e assim o capital internacional começou a ter interesse no agronegócio comandando pela COAMO. E no interior dessa organização, o capital internacional representado pelas grandes multinacionais e outras empresas privadas vendedoras de produtos agrícolas adentra nessa cooperativa passando a

⁹¹ Mesmo com a implantação das primeiras agroindústrias, pode-se afirmar que a cooperativa não se afasta de sua estratégia de comoditização, visto que as agroindústrias implantadas são indiferenciadas, o que as situa dentro da mesma estratégia.

exercer influência tanto nos representantes administrativos como na vida dos cooperados. (ONOFRE, 2011, p.124).

A COAMO para superar as barreiras espaciais e potencializar o seu processo de acumulação criou estruturas que se “manifestam na forma fixa e imóvel de recursos de transporte, instalações fabris e outros meios de produção e consumo, impossíveis de serem movidos sem serem destruídos” (HARVEY, 2005, p.53). Chamamos a atenção que a territorialização da COAMO através do seu capital fixo (entrepósitos, caminhões, etc.) foi um produto necessário de extrema operacionalidade no processo de aperfeiçoamento de acumulação de capital, especialmente para a circulação dos produtos (leia-se grãos)⁹². Do ponto de vista do capital enquanto totalidade⁹³ (GERMER, 1981), “a redução dos custos da circulação real (no espaço) faz parte do desenvolvimento das forças de produção pelo capital⁹⁴” (MARX, 1973, p. 533-534 apud HARVEY, 2005, p.49).

Salientamos que na década de 1980, a COAMO continuou a expandir sua atuação na construção de estrutura física, com a criação/incorporação de 17 novos entrepostos, conforme Quadro 4.

⁹² Em pesquisa da tese de doutorado de Onofre (2011, p.145) os administradores da COAMO, explicam que a “expansão das unidades responsáveis pelo atendimento aos cooperados demonstra a preocupação da cooperativa em propiciar uma localização estratégica para facilitar o desenvolvimento de suas atividades, proporcionando aos cooperados e sociedade um barateamento dos custos de transporte que serão integrados aos custos gerais da produção, agilizando a comercialização e circulação dos produtos”

⁹³ Marx nunca cansa de enfatizar, o capital não é uma coisa ou um conjunto de instituições; o capital é um processo de circulação entre produção e realização. Segundo o próprio Marx, parece que as etapas intermediárias principais abrangem a teoria da localização e a análise dos investimentos fixos e imobilizados e a criação obrigatória da paisagem geográfica para facilitar a acumulação através da produção e da circulação. (HARVEY, 2005, p.73).

⁹⁴ A redução nos custos de realização e circulação ajuda a criar espaço novo para a acumulação de capital. Reciprocamente, a acumulação de capital se destina a ser geograficamente expansível, e faz isso pela progressiva redução do custo de comunicação e transporte. No entanto, o acesso a mercados mais distantes, a novas fontes de matérias-primas e a novas oportunidades para o emprego da mão-de-obra sob relações sociais capitalistas possui o efeito de aumentar o tempo de giro do capital, a menos que haja melhorias compensatórias na velocidade de circulação. O tempo de giro de um determinado capital é igual ao tempo de produção mais o tempo de circulação. (MARX, 1967, p. 248 apud HARVEY, 2005, p.50).

Quadro 4 - Entrepostos criados pela COAMO na década de 1980

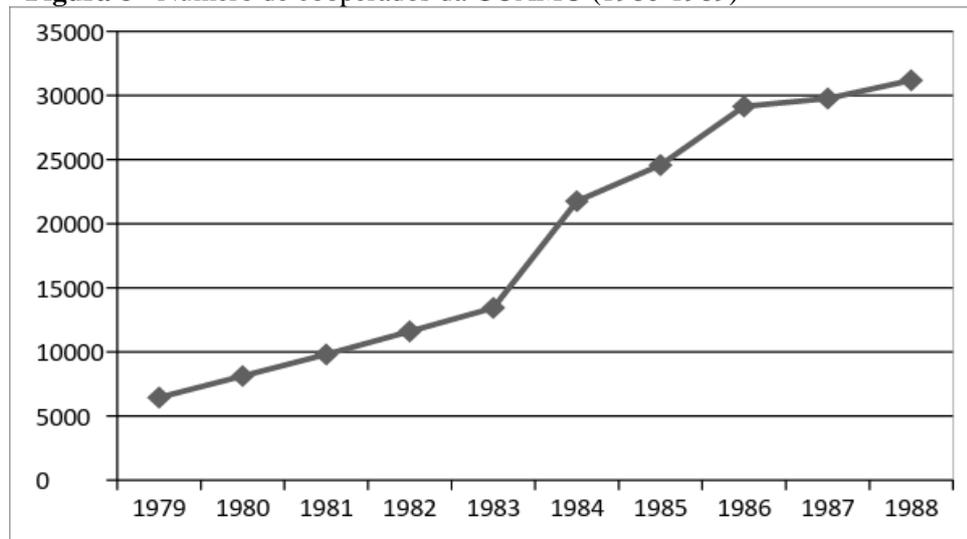
Entreposto	Inauguração
Altamira do Paraná	11 de junho de 1982
Palmital	11 de junho de 1982
Campo Mourão - adm. Central	02 de fevereiro de 1983
Corumbatai do Sul	17 de novembro de 1983
Araruna	13 de março de 1984
Honório Serpa	13 de março de 1984
Abelardo Luz* (SC)	19 de outubro de 1984
Ouro Verde * (SC)	19 de outubro de 1984
São Domingos * (SC)	19 de outubro de 1984
São João do Ivaí **	06 de março de 1986
Quinta do Sol	06 de março de 1986
Nova Tebas	06 de março de 1986
Manoel Ribas	03 de julho de 1986
Boa Ventura de São Roque	26 de setembro de 1986
Ipuacu* (SC)	01 de janeiro de 1989
Luiziana	16 de agosto de 1989
Candido de Abreu	22 de dezembro de 1989

Fonte: Adaptado de (OLIVEIRA; MEDEIROS, 2014; ONOFRE, 2011; COAMO, 2015)

* Através da incorporação Cooperativa de Abelardo Luz em Santa Catarina (COOPERAL)

** Através da aquisição da Cooperativa Mista do Vale do Ivaí (COPIVA)

Neste período a quantidade de cooperados da COAMO saltou de 6.439 cooperados em 1979 para 31.175 em 1988. Um aumento impressionante de 24.736 cooperados, conforme Figura 8. Segundo base de dados da Ocepar (1988), a área de atuação (de responsabilidade) da COAMO em 1988 englobava 48.056 produtores agrícolas. Reforçamos que neste ano, a COAMO já incorporava 65% do total de produtores agrícolas em sua base de cooperados.

Figura 8 - Número de cooperados da COAMO (1980-1989)

Fonte: Elaborado pelo autor, com base nos dados cooperativistas da OCEPAR (1980-1988)

A estrutura fundiária destes 31.175 cooperados da COAMO no ano de 1988, tinha a seguinte representação: 48% eram minifundiários com faixas de terras de 0 a 10 hectares; 52% eram pequenos proprietários com faixas de terra de 11 a 50 hectares e 624 médios proprietários com faixas de terra entre 51 a 100 hectares. No entanto, chamamos a atenção que tais dados divulgados pela Ocepar (1988), requerem melhor investigação. Isto porque se considerarmos os dados de dois anos antes (1986), verificamos que a COAMO tinha naquele ano 29.145 cooperados, que tinham a seguinte representação: 26% minifundiários com faixas de terras de 0 a 10 hectares, 58% de pequenos proprietários com faixas de terra de 11 a 50 hectares, 9% de médios proprietários com faixas de terra entre 51 a 100 hectares e 7% de grandes proprietários.

Para Ávila (2002, p.89), esse vertiginoso crescimento de cooperados na década de 1980 “deveu-se, em grande parte, aos pequenos agricultores que aderiram à cultura do algodão e, filiaram-se à cooperativa para a entrega da produção. Graças a esta adesão, a cotonicultura da microrregião geográfica de Campo Mourão, registrou um crescimento, tanto na área cultivada como na produção e na produtividade”. Outra variável que consideramos para explicar o crescimento de cooperados da COAMO está na ampliação (territorialização) de sua área geográfica, especialmente no Centro Ocidental Paranaense e avanço no Centro Sul Paranaense.⁹⁵ Também se destaca a terceira incorporação pela COAMO, a Cooper-

⁹⁵O processo de apropriação do território na lógica econômica das empresas realiza-se via produção de matéria prima, mercado de trabalho, mercados consumidores, etc. As cooperativas, enquanto

Cooperativa Agropecuária Abelardense Ltda do município de Aberlardo Luz em Santa Catarina em 1984 e dos seus 4 entrepostos. Esta foi a primeira espacialização da COAMO fora do Paraná. Para José Aroldo Gallassini, o objetivo da cooperativa era a produção de sementes de soja que, na época, se desenvolvia melhor na região Sul do Paraná e Santa Catarina⁹⁶.

Vale ressaltar que em nível internacional esta década é marcada por uma nova realidade produtiva na Europa e safras crescentes de soja nos EUA e América do Sul⁹⁷ o que acarretaria grande mudança na estrutura produtiva da soja em todo o mundo (CHRISTOFFOLI, 2009)⁹⁸. Como veremos no capítulo 5, este período no Brasil, é marcado pela retirada dos subsídios (especialmente crédito)⁹⁹ por parte do Estado, sendo um dos fatores que contribuiu significativamente para a mudança do perfil dos sojicultores brasileiros, sobrevivendo os mais especializados e capitalizados¹⁰⁰.

Por ora, enfatizamos que mesmo nas intempéries da produção de soja neste período, a COAMO reforça uma estratégia clara de seletividade de produtos (tendo a soja na dianteira) e sendo agente importante no difusionismo da produção agrícola¹⁰¹ nas propriedades dos

empresas, representam essa ação territorial. No Paraná, a atuação das cooperativas traduz-se em estratégias de controle econômico do território”. (FAJARDO, 2012, p.8).

⁹⁶Houve uma significativa evolução no recebimento de sementes próprias pela COAMO. Em 1978 (antes de incorporação da cooperativa de Palmas e seus respectivos entrepostos), a COAMO recebia 9.895 toneladas de sementes próprias de soja, saltando para 22.894 toneladas no ano seguinte. (2,3 vezes maior recebimento de sementes próprias). Depois de consolidada em Santa Catarina, (Abelardo Luz e região a partir de 1984), a COAMO chegou a produzir em 1990, 44.863 toneladas de sementes próprias de soja.

⁹⁷Nos anos 1980 o setor enfrenta grave crise com redução de preços motivada pelo excesso de produção no mercado internacional. Os EUA retomam as exportações e a Europa busca reagir aos preços elevados e à sua extrema dependência externa estabelecendo um amplo programa de subsídios que levará ao aumento exponencial de sua produção interna de soja. (op.cit. p.29).

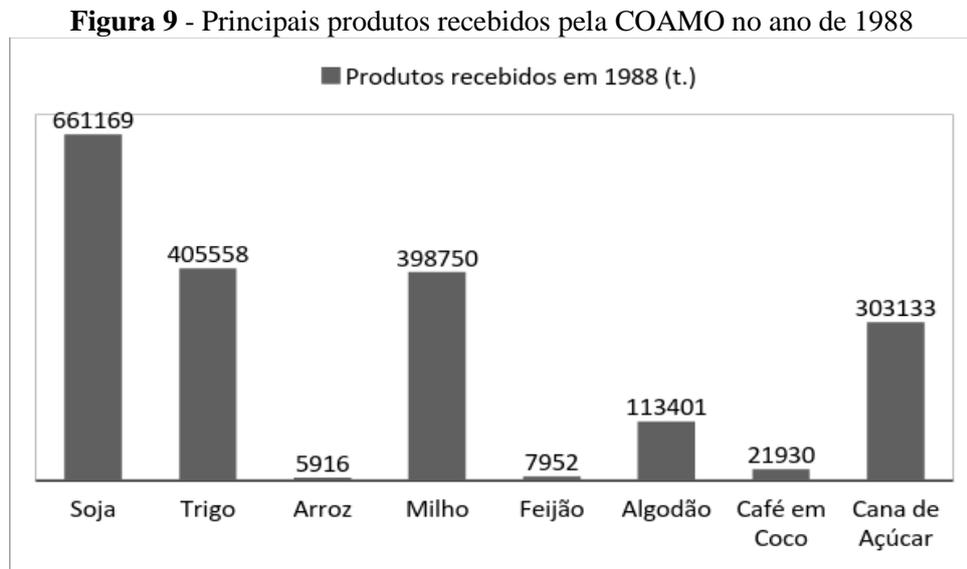
⁹⁸Com o barateamento da soja, a indústria lança novos produtos derivados (óleo de soja, margarinas, proteína texturizada de soja (PTS), lecitina de soja, ...) que levam a mudanças nos hábitos alimentares da população, favorecido pela crescente urbanização. Há também um aumento na produção animal (carnes de aves e suínos, leite e derivados) puxando a demanda interna por proteína de soja para as fábricas de rações. (CHRISTOFFOLI, 2009, p. 29).

⁹⁹Os recursos para financiamento da atividade agrícola, além de insuficientes, tiveram taxas muito elevadas, se considerarmos os níveis inflacionários, os prazos de pagamento de importações e as taxas praticadas nessas operações. (COAMO, 1998).

¹⁰⁰Quanto a estrutura agrária o tamanho da propriedade vem aumentando, mostrando que a soja é uma cultura de grande escala, sendo desaconselhável a produção em pequenas propriedades, pelo menos para fins comerciais. Analisando-se os censos de 1980 e 1985 nota-se que a parcela produzida em grandes propriedades vem aumentando bastante (SANCHES et.al, p.11).

¹⁰¹Pelos textos do Jornal COAMO de novembro de (1990, p.16): O trabalho da equipe técnica através de cursos, palestras, reuniões e assistência ao campo aperfeiçoou os agricultores, a produtividade e qualidade das lavouras aumentaram e, como resultado da eficiência desse trabalho, a COAMO

cooperados da COAMO. Tal constatação corrobora com a Figura 9, onde verificamos que por mais que o café, o milho, o algodão e a cana de açúcar tivessem certa quantidade de recebimento dos produtos, o recebimento de soja, trigo e milho ocupavam as posições principais.

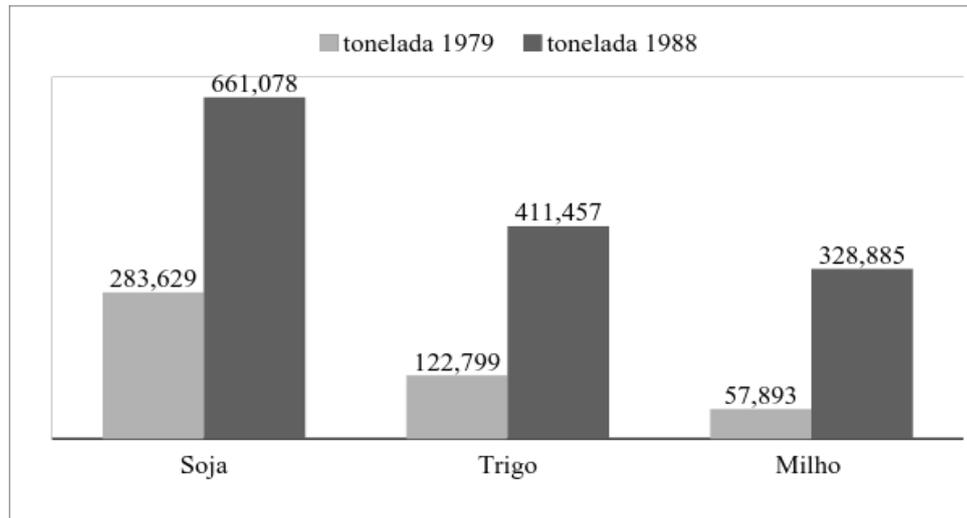


Fonte: Pedrozo (1991)

Em comparativo da evolução dos principais produtos recebidas pela COAMO no ano de 1979 e de 1988, conforme Figura 10, percebe-se que: - a soja teve aumento de recebimento de 377.449 toneladas; - o trigo aumento de recebimento de 288.658 toneladas; e - o milho aumento de recebimento de 270.992 toneladas.

expandiu e cresceu, [...]. À medida que a agricultura foi tecnicada a produtividade aumentou, e a crescente participação dos associados na entrega da produção fez crescer quantitativamente (e qualitativamente) os recebimentos de grãos da COAMO"

Figura 10 - Comparação dos principais produtos recebidos da COAMO: em toneladas nos anos 1978 e 1988



Fonte: Elaborado pelo autor, com base nos dados cooperativistas da OCEPAR (1979 e 1988)

Pizaia et al. (2005) afirma que a evolução, em especial da soja, materializa a concretização do processo de modernização da agricultura brasileira (leia-se Revolução Verde), uma vez que ele põe em evidência a implantação de modernos equipamentos de infraestrutura nas áreas produtoras; b) alterações na base técnica da produção (utilização de máquinas e insumos industriais); c) processo de concentração fundiária; d) mudanças nas relações de trabalho (tendência à incorporação crescente do trabalho assalariado); e) articulação dos produtores rurais com as cooperativas e as agroindústrias, com sistema bancário, com organismos de assistência técnica especializadas, com representantes de indústrias de máquinas, implementos, fertilizantes, defensivos, etc.¹⁰²

No final desta década, em 1988, a COAMO possuía 123 funcionários na área de assistência técnica aos cooperados (numa proporção de 194 cooperados para cada 1 funcionário da assistência técnica). Visivelmente o aumento de cooperados não foi acompanhado pelo aumento de funcionários da área de assistência direta aos cooperados. No entanto, reforçamos que tanto a influência da assistência técnica para com os cooperados (com destaque para a sua atuação em vendas) e sobretudo o fato de que os principais cultivos propagados pela cooperativa estarem atrelados aos pacotes tecnológicos da Revolução Verde, fizeram com que a cooperativa tivesse aumentos consideráveis de insumos químicos

¹⁰²Com o aumento do mercado externo, houve significativos acréscimos na infra-estrutura de transportes, armazenagem e secagem nas cooperativas, em parte devido ao conhecimento técnico e empresarial acumulado ao longo do tempo pelos agricultores que lideraram a formação das cooperativas. Entre 1950 e 1980, grandes incentivos federais foram oferecidos para estimular a agricultura de exportação com abundante oferta de crédito. (FARIAS, 2015, p.52).

comercializado neste ano. Na Figura 11, verificamos que 9% do faturamento total da COAMO em 1988 foram advindos de tal receita. Destas:- 50% do faturamento da COAMO na venda de insumos químicos foram referentes a defensivos; 41% do faturamento da COAMO na venda de insumos químicos foram referentes a fertilizantes; 9% do faturamento da COAMO na venda de insumos químicos foram referentes a corretivos.

Figura 11 - Porcentagem na venda (faturamento) de insumos químicos pela COAMO no ano de 1988

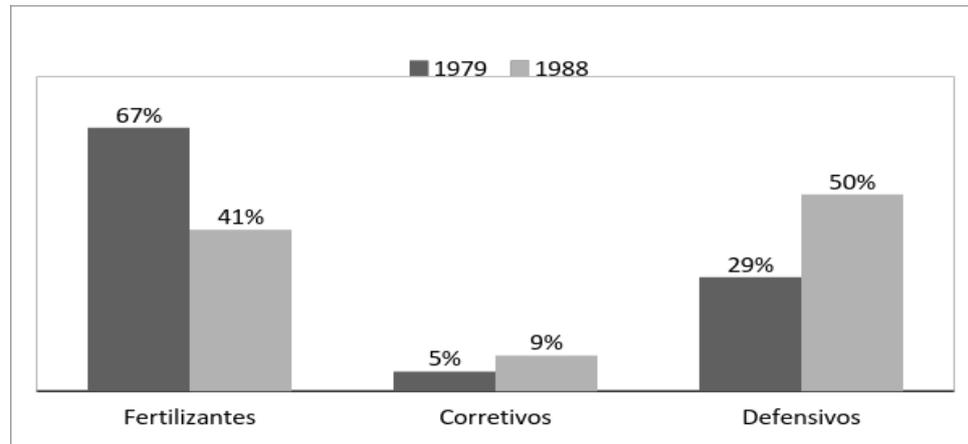


Fonte: Elaborado pelo autor, com base nos dados cooperativistas da OCEPAR (1988)

De acordo com a Figura 12, entre 1979 e 1988 o percentual do insumo fertilizante diminuiu 26%, enquanto que o insumo corretivo aumento 4% e principalmente o insumo defensivo aumentou em 21% suas respectivas participações no faturamento advindo da venda de insumos químicos da COAMO.

Tal dado poderia indicar o surgimento e agravamento das consequências já descritas por vários autores da adoção dos métodos produtivistas da revolução verde: proliferação de pragas e doenças que a cada ano exigem novos e/ou maiores volumes de aplicações de agrotóxicos. Também deve indicar a crescente utilização de herbicidas, em substituição à capina manual, visando redução de custos com mão de obra.

Figura 12 - Comparativo de percentual de insumos químicos vendidos pela COAMO nos anos de 1979 e 1988.



Fonte: Elaborado pelo autor, com base nos dados cooperativistas da OCEPAR (1979 e 1988)

No final de 1989, a COAMO tinha uma capacidade de armazenamento de 1.124.460 toneladas, 224% maior em comparação ao ano de 1979. Tal fato demonstra que a territorialização da COAMO possibilitou que a cooperativa fortalecesse uma rede estratégica de armazenamento de grãos¹⁰³ e que, se não a tivesse, possivelmente teria um problema logístico¹⁰⁴ que inviabilizaria a aquisição dos grãos. No caso de algumas intempéries no mercado financeiro, destaca-se o poderio (pela sua capilaridade em grãos) para competir, barganhar e se relacionar com as grandes tradings internacionais instaladas no Brasil¹⁰⁵.

¹⁰³ A posse do sistema de armazenamento conferiria a esses investidores a possibilidade de manter os estoques para venda futura, auferindo assim maiores lucros do que a venda imediata para atender à demanda corrente. Ou, caso haja preços divergentes em partes diferentes do mundo, estoques podem ser enviados para os mercados mais lucrativos. Os especuladores também podem fornecer aos armazenadores o dinheiro necessário para sobreviverem aos mercados de *commodities* mais voláteis, aguardando melhores preços. (FREDERICO, 2010, p. 57).

¹⁰⁴ Com base de dados da OCEPAR (1988) no final do ano de 1988, a COAMO tinha montando uma frota própria que chegava ao número de 197 caminhões e 253 automóveis que foram fundamentais para agilizar a distribuição de produtos. Para Pedrozo (1991) a cooperativa também investiu grande quantidade de recursos para resolver o problema de logística, de produzir e distribuir produtos e/ou serviços tão eficientemente quanto possível.

¹⁰⁵ Cabe explicitar, entretanto, que não se trata de buscar, no relacionamento entre cooperativas e outras formas de capital, uma luta entre dois modos de desenvolvimento socioeconômico — onde o capital nacional apareceria como vítima da rapina internacional — mas formas de capital em articulação, concorrência e complementaridade na emergência e consolidação do capitalismo associado-dependente. A ênfase ao capital transnacional justifica-se pelo poder dessa forma de capital em impulsionar e moldar o avanço do capitalismo associado-dependente, isto é, pela sua maior potencialidade enquanto capital com interesses específicos e não pela sua nacionalidade. (CORADINI; FREDERICO, 2009, p.5).

Por mais que a COAMO nessa década tenha tido faturamento crescente com a industrialização (veremos no capítulo 4), sua perspectiva de “expansão real está centrada na produtividade, que esteve sempre voltada para o cultivo da soja” (ONOFRE, 2011, p.136).

3.2.3 COAMO durante a Década de 1990

Para Fajardo (2008; 2012) a participação das cooperativas agropecuárias foi de extrema funcionalidade no processo de modernização da agricultura paranaense, servindo como agentes estratégicos do Estado na ocupação das fronteiras agrícolas e na estruturação da economia regional. Neste sentido, compreendemos que o caso da COAMO não é isolado. Esta cooperativa teve papel de destaque enquanto difusora de relações sociais do capital no campo, e sedimentação das culturas ditas “modernas” (leia-se soja), durante as décadas de 1970 e 1980, sobretudo nas regiões do Centro Ocidental Paranaense e Centro Sul Paranaense.

De acordo com o Quadro 5, chamamos exaustivamente a atenção para o fato de que, durante a década de 1990¹⁰⁶, num período em que as cooperativas agropecuárias passaram por profundas dificuldades financeiras, ocasionadas por diversas naturezas (mais detalhes no capítulo 5), a COAMO continuou uma forte política de expansão territorial, agora focada na região Oeste do Paraná, continuando com um padrão de crescimento que Bialoskorski et al. (1996) e Rocha (1999) consideram como predominantemente horizontal, especialmente na aquisição/incorporação de cooperativas¹⁰⁷.

¹⁰⁶O período coberto pelos anos 1990 viu a maior expansão territorial do cultivo da soja no país, alimentado pela forte demanda mundial do produto, e pelas taxas favoráveis no câmbio. É também nessa década que o país passa por um importante processo de estabilização econômica e desregulamentação de políticas públicas, que iria representar um ponto de clivagem na atuação do Estado Brasileiro em relação à agricultura e induziria os agentes econômicos privados à busca de maior eficiência econômica. (CHRISTOFFOLI, 2009, p.35).

¹⁰⁷Em Toledo/PR destaca-se a incorporação da COOPAGRO (Cooperativa Agropecuária Mista do Oeste Ltda) “As reações locais em Toledo [na época] tenha sido muito forte, especialmente lideradas pelos antigos dirigentes da cooperativa local, que sugerem que a COAMO está intervindo no município. (ZYLBERSZTAJN et al, 1996, p.17-18). “Em 1998, expandimos nossa área de ação, com a locação de Unidades pertencentes à Cooperativa Agropecuária Mista do Vale do Ivaí Ltda.- Copiva [... também] foi concluído o processo de aquisição das unidades pertencentes à Cooperativa Agropecuária Mista do Oeste Ltda – Coopagro[...] Com a locação das unidades da Copiva e a aquisição, no Oeste do Estado do Paraná, de mais uma unidade de recebimento de produtos, foram agregadas à nossa capacidade de recebimento mais 736 mil sacas”. (COAMO, 1999). “Expandimos nossa área de atuação para os municípios de Guarapuava, Candói e Pinhão, com a locação dos armazéns da Coamig, acrescentando a nossa capacidade de armazenagem mais 86,76 mil toneladas”. (COAMO, 1999).

Esta década também marca, nas palavras da diretoria da cooperativa, a estratégia da cooperativa no “olho além-mar” (fortalecer a exportação/internacionalização) concretizando-se com a aquisição de uma indústria de óleo de soja que pertencia à Cooperativa Central Agropecuária do Paraná Ltda. – COCAP, no Porto de Paranaguá (COAMO, 2015; DENKER, 2009; SETTI, 2010; ZANDONADI, 2011).

Quadro 5 - Entrepósitos criados pela COAMO na década de 1990

Entrepósitos	Inauguração
Paranaguá*****	26 de novembro de 1990
Coronel Vivida*	26 de março de 1993
Farol	28 de julho de 1994
Bragantina**	29 de dezembro de 1994
Assis Chateaubriand**	29 de dezembro de 1994
Ouro verde do Oeste**	29 de dezembro de 1994
São Pedro do Iguaçu**	29 de dezembro de 1994
Toledo**	29 de dezembro de 1994
Tupãssi**	29 de dezembro de 1994
Nova Santa Rosa**	02 de janeiro de 1995
Ivaiporã***	15 de setembro de 1998
Jardim Alegre***	15 de setembro de 1998
Candói*****	05 de fevereiro de 1999
Guarapuava*****	05 de fevereiro de 1999
Pinhão*****	13 de outubro de 1999

Fonte: Adaptado de (COAMO, 2015; OLIVEIRA; MEDEIROS, 2014; ONOFRE, 2011)

* Através da aquisição da Cooperativa Agropecuária Guarany (CAPEG)

** Através da incorporação da Cooperativa Agropecuária Mista do Oeste Ltda (COOPAGRO)

*** Através da aquisição da Cooperativa Mista do Vale do Ivaí Ltda. (COPIVA)

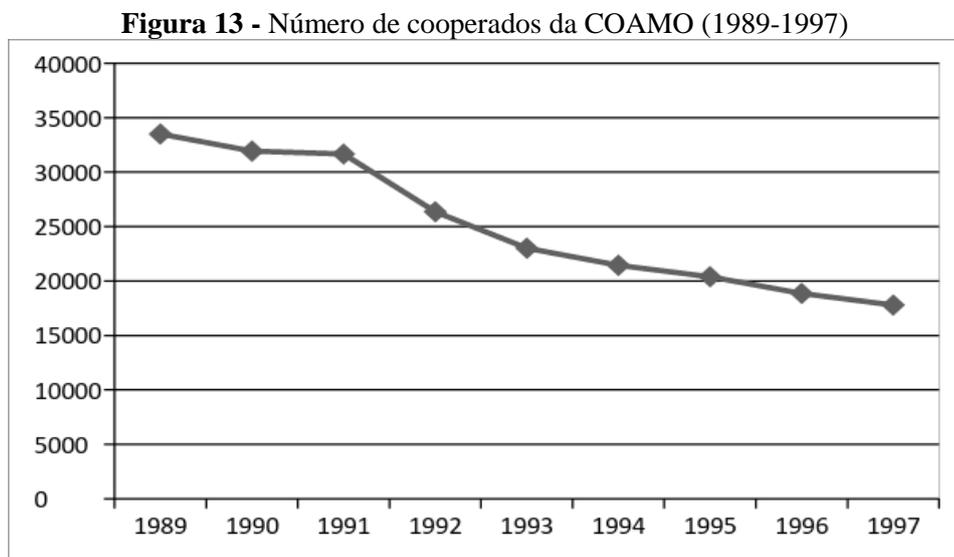
**** Através da aquisição da Cooperativa Agropecuária Mista Guarapuava Ltda (COAMIG)

***** Através da aquisição da Cooperativa Central Agropecuária do Paraná Ltda (COCAP)

Diferentemente de outras cooperativas agropecuárias que entraram em dificuldades financeiras e se desintegraram durante a década de 1990, a COAMO fortaleceu suas estratégias empresariais (tema a ser aprofundado com maiores detalhes nos capítulos seguintes), explicitando uma lógica de modelo de produção de junção entre racionalidade

administrativa (eficiência econômica) e foco em cooperados com grandes áreas para a produção (burguesia agrária), e fortemente vinculado com o capital financeiro, legitimando o conceito de Agronegócio.

Neste período (1988-1997), embora a COAMO tenha aumentando sua área geográfica com a construção/incorporação/aquisição de entrepostos (fortalecendo o capital fixo) em 16 municípios e solidificado sua presença nas áreas existentes, percebe-se conforme Figura 13, uma drástica redução em sua base de cooperados. Dos 31.175 cooperados em 1988, a COAMO passou a ter 17.788 cooperados em 1997¹⁰⁸ (diminuição de 43%).



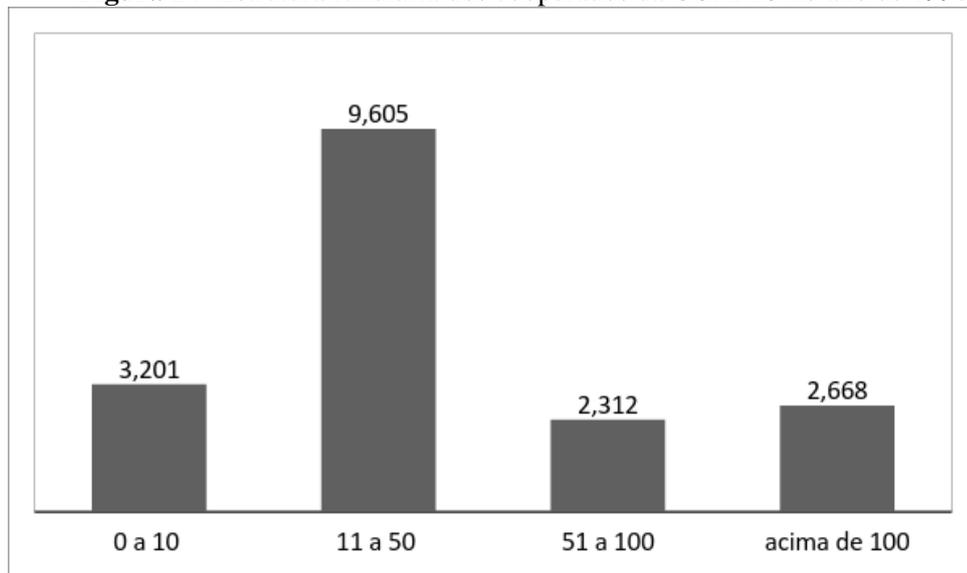
Fonte: Elaborado pelo autor, com base nos dados cooperativistas da OCEPAR (1988-1997)

Para nós, o período descrito acima, demonstra com clareza que o crescimento da COAMO (de acordo com as leis do capital sob a ótica marxista) confirma uma tendência à centralização e concentração de capitais na agricultura, em que a produção das culturas ditas “modernas” – especificamente a soja – combina a) maior quantidade de área fundiária, b) melhores condições financeiras dos cooperados e c) inviabilização e/ou expropriação dos pequenos cooperados.

¹⁰⁸A COAMO atingiu 20,3 mil cooperados na década de 90, sendo 80% representados por pequenos produtores. A incorporação de Toledo adicionou mais 1.400 membros aos 2.500 da fronteira Catarinense e 16.400 da região de Campo Mourão”. (ZYLBERSZTAJN et al, 1996). Chamamos a atenção da solidez da territorialização da COAMO na década de 1990 no Centro Ocidental Paranaense e Centro Sul Paranaense e na região catarinense de Abelardo Luz.

Ávila (2002, p.89) compreende que esta redução da base de cooperados da COAMO teve como principal fator a “desvinculação do produtor de algodão do quadro de associados da COAMO, devido ao declínio da cotonicultura por questões macroeconômicas”. Tal informação, entendemos responder parcialmente a problemática (veremos no capítulo 5 outros fatores da crise deste período). Primeiramente vale destacar a Figura 16, em que a estrutura fundiária destes 17.788 cooperados da COAMO no ano de 1997, tinha a seguinte representação: 18% eram minifundiários com faixas de terras de 0 a 10 hectares; 54 % eram cooperados pequenos proprietários com faixas de terra de 11 a 50 hectares; 13% eram cooperados com faixas de terra entre 51 a 100 hectares e 15% eram cooperados com faixas de terra de mais de 100 hectares.

Figura 14- Estrutura fundiária dos cooperados da COAMO no ano de 1997



Fonte: Elaborado pelo autor, com base nos dados cooperativistas da OCEPAR (1997)

Comparando a estrutura fundiária dos cooperados COAMO nos anos de 1988 e 1997, temos as seguintes configurações:

- Houve uma desvinculação de 11.752 cooperados que possuíam faixas de terra entre 0 a 10 hectares. (diminuição de 79%);
- Houve uma desvinculação de 6.048, que possuíam faixas de terra entre 11 a 50 hectares. (diminuição de 39%);
- Houve uma vinculação (acrécimo) de 1.706 cooperados que possuíam faixas de terra entre 50 a 100 hectares.

- Houve uma vinculação (acréscimo) de 2.707 de cooperados na COAMO, que possuíam faixas de terra de mais de 100 hectares¹⁰⁹.

Baseado nos dados da OCEPAR (1988 a 1997) enfatizamos que durante este período, foram dizimados da COAMO os cooperados que eram minifundiários (de 0 a 10 hectares), havendo também uma exclusão significativa do quadro associativo dos produtores de até 50 hectares. Portanto, neste período se reforça e consolida uma tendência da cooperativa em agregar grandes produtores (ROCHA, 1999), visando melhorar sua viabilidade econômica em detrimento de sua função social.

Para nós, a COAMO diferentemente das décadas de 1970 e 1980, quando, segundo o entrevistado XZY05 (2015) “a COAMO pegava sócios até com 3 alqueires, ou seja, tudo que aparecia”, utilizou na década de 1990 uma estratégia clara de *territorialização seletiva*, priorizando agricultores com áreas maiores de 50 ha, onde a ampliação e/ou concentração de terras é uma das exigências¹¹⁰ para a produção dos novos cultivos agrícolas e da tecnologia incrementada ao processo produtivo do novo modelo de produção, ou seja, uma opção “classe média rural” e pela burguesia agrária¹¹¹. Entretanto, além de seletiva, era uma estratégia claramente excludente.

Eles [diretoria da COAMO] te falavam: ACOAMO te convidava a se retirar do quadro de associado da cooperativa, porque hoje a COAMO não tem interesse no seu perfil de associado! [...] Assim a cooperativa começou a cortar os pequenos produtores [...] não tinham mais necessidade, não davam futuro a COAMO [...] produtores de 2 alqueires a 5 alqueires já não tinha mais valor. Esse corte foi em toda região que a COAMO abrangesse. (XZY05, 2015).

¹⁰⁹ Rocha (1999, p.124) fez tal análise na COAMO do período de 1990 a 1997, e constatou que “No módulo de até 10 ha, o número de associados foi reduzido em 88%. Para o módulo de 11 ha a 50 ha, o número de associados foi elevado em 199%. Também no módulo de 51 ha a 100 ha, houve acréscimo de 82%. Nas propriedades de área maior, onde os grandes produtores se inserem (módulo de área acima de 101 ha), houve uma elevação de 34% no número de associados.

¹¹⁰“Somente 4,76% dos proprietários [cooperados da COAMO] reduziram sua unidade produtiva; 26,19% continuaram com a mesma área e, 69,05% ampliaram a propriedade rural. [...] até o final de 1980 era viável economicamente as unidades produtivas de 50 a 80 hectares, no entanto, a partir de 1990, tornou-se inviável esta prática, em virtude das culturas de exportação. [...] [Diante disso] as posses fundiárias dos cooperados, quando da aquisição, constituíam-se em área média de 130,48 há que, foi ampliada para 213,36 há, em média, uma ampliação da unidade produtiva de 63,52%”. (ÁVILA, 2002, p. 109).

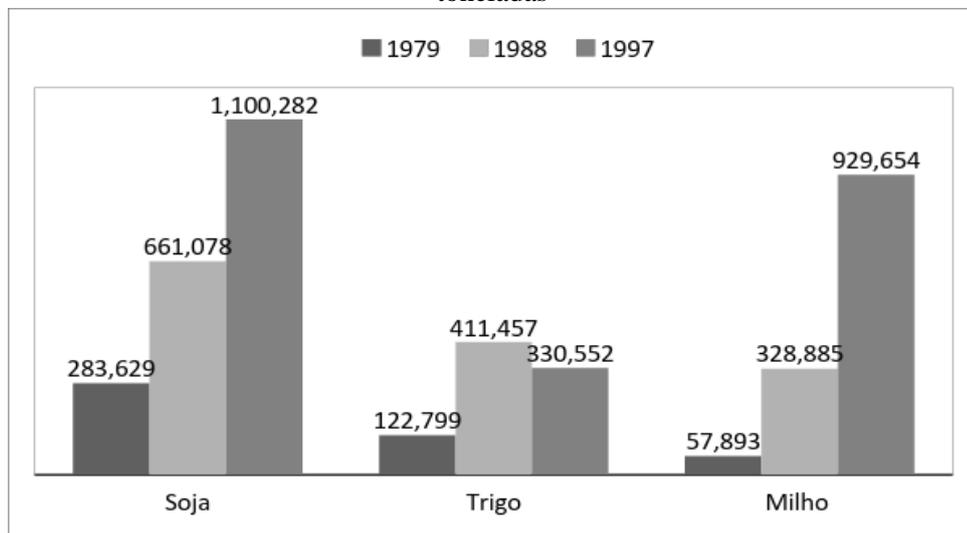
¹¹¹ “No transcorrer da sua evolução histórica, acompanhando todas as vicissitudes da política econômica do país e do exterior, a COAMO estruturou-se como uma mega empresa capitalista, distanciando-se do dogma do cooperativismo. Como empresa capitalista o seu principal objetivo é obter lucro em seus empreendimentos”. (ÁVILA, 2002, p.100).

As transformações mediadas pela COAMO representaram as mais significativas alterações em termos de estrutura fundiária, econômica, demográfica, social, distribuição de renda, advento de tecnologia e utilização do solo agrícola, entre outros fatores que transformaram o espaço de Campo Mourão em um espaço regido pelo capital e sua movimentação (ONOFRE, 2011).

De acordo com a Figura 15, podemos verificar que por mais que entre 1988 a 1997, a COAMO tenha reduzido drasticamente sua base de cooperados, a quantidade de soja¹¹² recebida pela cooperativa continuou a ter aumento vertiginoso, seguida pelo milho. Já o trigo apresentou uma redução de quantidade recebida em 1997 em comparação ao recebimento em 1988.

No final desta década, em 1997, a COAMO possuía 137 funcionários na área de assistência técnica aos cooperados (numa proporção de 126 cooperados para cada 1 funcionário da assistência técnica), demonstrando aumento da eficiência técnica desse serviço (redução do número de agricultores atendidos/técnico, com aumento na produção recebida pela cooperativa).

Figura 15 - Evolução do recebimento da soja, trigo e milho nos anos de 1979,1988 e 1997, em toneladas



Fonte: Elaborado pelo autor, com base nos dados cooperativistas da OCEPAR (1979,1988 e 1997)

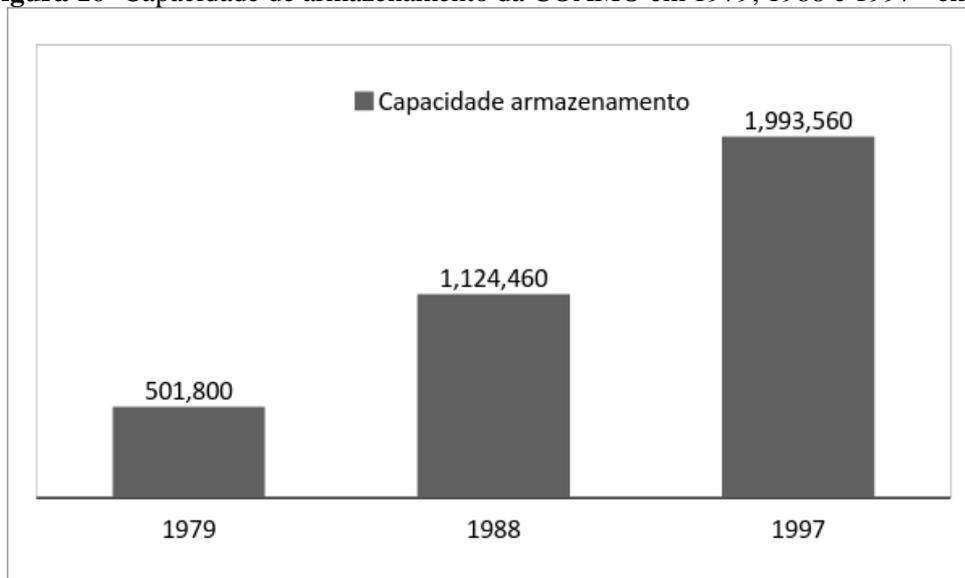
Para maior nitidez da importância dos principais produtos comercializados pela cooperativa em 1997, em porcentagem sobre o faturamento, temos a seguinte configuração:

¹¹² “Na década de 1990, no Paraná e Mato Grosso o volume produzido de soja tem aumento de mais de 100%. No final da década o ranking de principais estados produtores da soja se inverte, com o Mato Grosso assumindo a dianteira”. (CHRISTOFFOLI, 2009, p.36).

60% originados da soja, 15% do milho e 12,8% do trigo. Juntos estes produtos representaram 87,8% dos produtos comercializados pela COAMO (ROCHA, 1999). Segundo a autora, em 1997, a produção recebida pela cooperativa equivalia a 3,5% de toda a produção nacional de grãos e fibras e 16% da produção do Paraná. Como veremos no capítulo seguinte, a industrialização ganha corpo neste período na cooperativa.

De acordo com a Figura 16, no final de 1997, a COAMO tinha uma capacidade de armazenamento de 1.993.560 toneladas de produtos, cerca de 4 vezes a mais do que em 1979.

Figura 16- Capacidade de armazenamento da COAMO em 1979, 1988 e 1997 - em toneladas



Fonte: Elaborado pelo autor, com base nos dados cooperativistas da OCEPAR (1979, 1988 e 1997)

Em 1999, a COAMO atingiu 3,03 milhões de toneladas de produtos recebidos dos cooperados. Com este recebimento, a COAMO participou com 5,2% da produção de soja brasileira e 20,0% da produção paranaense; 2,5% da produção de milho brasileira e 9,5% da produção paranaense; 4,2% da produção de algodão brasileira e 34,1% da produção paranaense; 10,2% da produção de trigo brasileira e 17,0% da produção paranaense. No final do ano, a COAMO tinha uma capacidade estática de armazenagem de 2,38 milhões de toneladas (COAMO, 1999).

3.2.4 COAMO durante a década de 2000

Na década de 2000, destacamos o agronegócio¹¹³, enquanto elemento importante na pauta das políticas públicas de crescimento, a partir do primeiro Governo Lula (2002). Segundo Padilha (2014), este período é considerado como uma nova fase do cooperativismo, onde há a retomada do fornecimento de crédito rural para as cooperativas por parte do Estado. Tal fato coincide com a expansão da soja nos anos 2000¹¹⁴.

Sem entrar em maiores detalhes da relação entre COAMO e Estado (pois iremos detalhar no capítulo 5), salientamos que, como vimos nas décadas anteriores, a COAMO construiu ao longo de sua existência uma estrutura erigida por intermédio de incorporações/aquisições e construções de entrepostos (leia-se capital fixo). Adiantamos que tal política de financiamentos subsidiados durante o regime militar brasileiro, possibilitou aprofundar o desenvolvimento de relações capitalistas no campo paranaense (sobretudo a internacionalização via *commodities*), permitindo a COAMO consolidar uma rede logística e sociotécnica, que a permitiu uma distribuição de insumos químicos e maquinário, assistência técnica, armazenagem e comercialização (preços), industrialização (BENETTI, 1992; PADILHA, 2014).

Conforme visto no Quadro 6, a COAMO dá sequência ao seu processo de crescimento via expansão territorial, crescendo para a região de fronteira agrícola do Mato Grosso do

¹¹³ A importância do agronegócio para o país foi vista pela resposta rápida aos investimentos efetuados, foi reconhecida pelo Governo através da elevação dos recursos destinados ao financiamento do setor agropecuário de R\$14,70 bilhões, na safra 2001/2002, para o valor de R\$21,70 bilhões, na safra 2002/2003. Estes recursos propiciaram o aumento da produtividade e competitividade da agricultura brasileira (COAMO, 2002). “A expressividade que o agronegócio está representando para o País e pela resposta aos valores investidos, novamente o setor foi reconhecido pelo Governo Federal através da elevação dos recursos destinados ao seu financiamento, passando de R\$25,87 bilhões, na safra 2002/2003, para R\$32,55 bilhões, na safra 2003/2004. No entanto ainda não é suficiente, frente a abertura de novas fronteiras agrícolas e da elevação dos custos de produção”. (COAMO, 2003).

¹¹⁴ Nas comparações de 2001 com 2002, de 2002 com 2003 e de 2003 com 2004, os sojicultores se beneficiam com ganhos expressivos, trazidos em grande parte pelo mercado internacional. A onda de expansão da cultura da soja no período foi em grande parte fruto da conjugação de dois aspectos: num primeiro momento, a ligeira queda nos preços internacionais da soja foi compensada pela valorização cambial e, num segundo momento, houve um duplo efeito favorável que turbinou os preços da soja no mercado interno: a retomada dos preços internacionais aliado a uma valorização cambial interna (BRANDÃO; REZENDE; MARQUES, 2005 apud CHRISTOFFOLI, 2009, p.33).

Sul¹¹⁵, com a construção de novos entrepostos e aquisição de três unidades da Cooperativa Agropecuária e Industrial (COOAGRI), liquidada em 2008¹¹⁶.

Quadro 6 - Entrepostos criados pela COAMO na década de 2000

Entrepostos	Inauguração
Moreira Sales	16 de maio de 2002
Coronel Domingues Soares	03 de setembro de 2002
Cantagalo	05 de março de 2003
Faxinal	05 de maio de 2003
Marilândia do Sul	29 de julho de 2003
Amambaí**	10 de outubro de 2003
Caarapó**	09 de dezembro de 2003
Aral Moreira**	27 de setembro de 2004
Laguna Carapã **	27 de setembro de 2004
Quarto Centenário*	16 de julho de 2008
Brasilândia do Sul*	30 de abril de 2009
Goioerê*	30 de abril de 2009
Janiópolis*	30 de abril de 2009
Mariluz*	30 de abril de 2009
Ponta Porã**	26 de Novembro de 2010
Maracaju **	11 de junho de 2012
Dourados **	27 de novembro de 2012
Xanxerê (SC)	04 de fevereiro de 2014

Fonte: Adaptado de (COAMO, 2015; OLIVEIRA; MEDEIROS, 2014; ONOFRE, 2011)

*através de incorporação da Coagel Cooperativa Agroindustrial (COAGEL)

** municípios do Mato Grosso do Sul

¹¹⁵Para Christoffoli (2009) O efeito no campo foi imediato: expansão do cultivo da soja em praticamente todas as regiões do país, porém com características diferenciadas em vista da disponibilidade de terras para cultivos. Segundo o autor, houve uma expansão da soja em área cultivada em mais de 100% da soja nas faixas de terras disponíveis (caso das regiões centro-oeste, norte e regiões de cerrados do Nordeste). Já nas regiões do centro sul do país onde as terras já estavam ocupadas por outras atividades produtivas rentáveis (ou pela própria soja) essa expansão se dá com menor amplitude e em áreas marginais.

¹¹⁶ (COOPERATIVAS..., 2015).

Percebe-se ao longo da década de 2000, que a COAMO adota o mesmo padrão da década de 1990, uma lógica produtiva capitalista¹¹⁷ com seletividade de cooperados (leia-se burguesia agrária)¹¹⁸. Percebe-se que até 2002, a COAMO continuou a por em prática uma política de redução da base de cooperados¹¹⁹. Em 1997 a cooperativa tinha 17.788 cooperados, passando em 2002 para 16.986 cooperados¹²⁰, o que significou uma diminuição de 802 cooperados de seu quadro social.

Somente a partir de 2002 a COAMO retomaria o crescimento na sua base de cooperados, saltando de 16.986 cooperados neste ano, para 27.398 cooperados em 2014, correspondente a um aumento de 10.412 cooperados. No entanto, chamamos a atenção que apenas a incorporação da COAGEL Cooperativa Agroindustrial (e seus 5 respectivos entrepostos) em 2011, resultou em quase 2.000 novos cooperados na base de cooperados da COAMO.

No intervalo de 2002 a 2014, a COAMO continua com enorme estrutura de armazenagem estática, saltando de 2,59 milhões de toneladas para 5,8 milhões de toneladas. Para receber a produção de seus cooperados, a COAMO mantém mais de 110 unidades estrategicamente localizadas nos estados do Paraná, Santa Catarina e Mato Grosso do Sul. Em 2014, a cooperativa contava com 270 profissionais da área de assistência técnica aos cooperados (proporção de 101 cooperados para 1 funcionário) e recebeu 7,00 milhões de toneladas de produtos agrícolas (com destaque para a soja, seguido do trigo e milho), cerca de 3,6% da produção agrícola brasileira e 16% da produção paranaense (COAMO, 2015).¹²¹

¹¹⁷Para Fajardo (2008) durante as primeiras décadas do século XXI, em geral, as cooperativas paranaenses mantiveram desempenho econômico significativo. Entretanto, ocorre um processo de concentração a partir do crescimento de algumas cooperativas que incorporam vastas áreas do território paranaense, como foi o caso da COAMO.

¹¹⁸ “Em entrevista de campo, em 2009, em uma das unidades da COAMO, localizada na cidade de Caarapó, Mato Grosso do Sul, Genciano (gerente de unidade), disse que a cooperativa chegou ao Centro-Oeste em 2005, com o objetivo de explorar a cultura e milho e soja da região. No início da atuação, a estrutura tinha capacidade para 100.000 sacas armazenadas. Quando da visita realizada, sua capacidade foi ampliada para 600.000 sacas. Sua área de atuação representa aproximadamente um raio de 100 km. Possuía 320 cooperados, cada um com área de aproximadamente 400 ha”. (FARIAS, 2015, p.187)

¹¹⁹Na pesquisa de campo em 2002, de elaboração de sua dissertação, Stela (2003, p.67) verificou que dentre os pontos negativos levantados pelos cooperados estavam “desconfiança nos pequenos agricultores e poucos incentivos para os pequenos e médios cooperados”.

¹²⁰Destes cooperados: 66% eram cooperados de até 50 hectares (15% apenas até 10 hectares), 14% eram cooperados de até 100 hectares e 20% eram cooperados de mais de 100 hectares (GASQUES, et al, 2004).

¹²¹O escoamento da produção é feito com uma frota própria de 270 carretas e caminhões, e mais 350 veículos de terceiros. A frota própria oferece agilidade nas remoções estratégicas de produtos de um

Ressaltamos que em 2011, dos 1,618 milhão de hectares que os cooperados da COAMO destinaram ao plantio de soja, 93% foram de variedades geneticamente modificadas (transgênicas)¹²². Para o presidente José Aroldo Gallassini,¹²³ “a decisão foi tomada porque os prêmios pagos pelos grãos convencionais não vêm compensando os ganhos de produtividade conferidos por novas variedades transgênicas lançadas no mercado brasileiro” (COAMO, 2011). Tal fato mostra os limites da visão estratégica da cooperativa que se resume à busca de competitividade econômica¹²⁴, secundarizando questões ambientais e de sustentabilidade.

Consideramos que, na década de 2000, a COAMO consolidou sua estratégia agressiva de territorialização nas áreas geográficas do Oeste Paranaense, Centro Ocidental Paranaense, Centro Sul Paranaense, Paranaguá e região catarinense de Abelardo Luz. Ao mesmo tempo percebe-se uma gradativa ofensiva territorial de suas bases no Norte Central Paranaense e especialmente nas áreas de fronteira agrícola, a exemplo do Mato Grosso do Sul. Esta última vem se destacando tanto para a ampliação da área de produção, tanto quanto para novas plantas industriais da cooperativa¹²⁵.

armazém para outro como forma de garantir a abertura de espaços e assegurar, sem transtornos, o fluxo de recebimento da produção dos cooperados (COAMO, 2015)

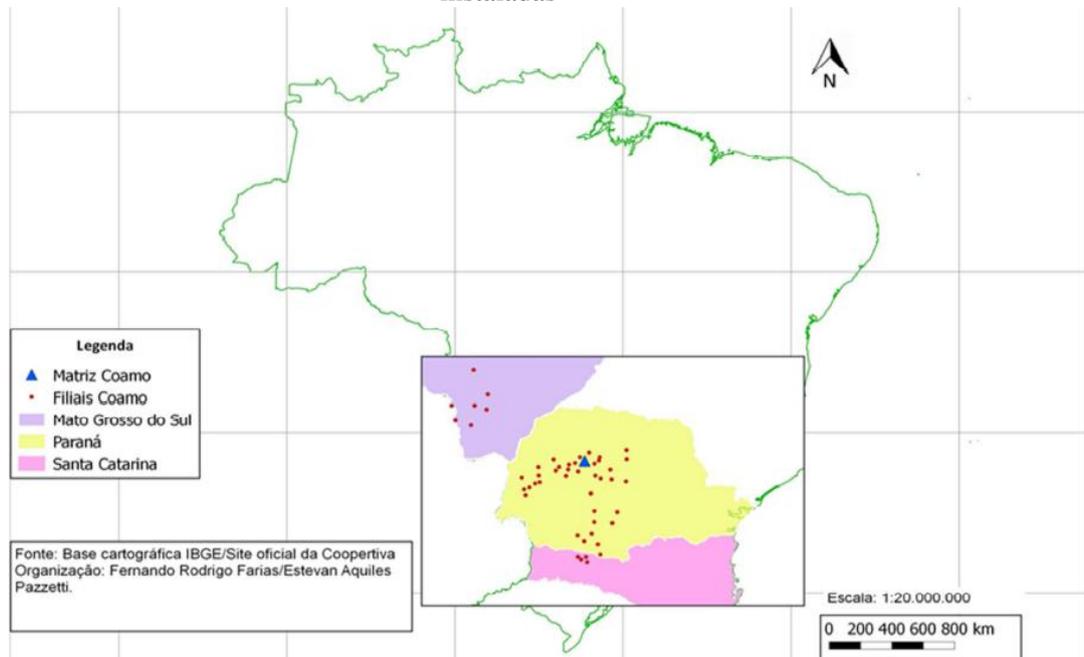
¹²²Em matéria publicada em 2005 José Aroldo Galassini, já tinha previsto que de dois ou três anos, o plantio da soja modificada geneticamente deverá atingir entre 90% e 95% da área plantada no Brasil. (COOPERATIVAS, 2005). Em 2006, 50% da área do plantio da soja dos cooperados da COAMO, eram destinadas as variedades geneticamente modificadas, com destaque para a variedade RR (COAMO, 2006).

¹²³ José Aroldo Galassini, principal estrategista da COAMO recebeu o título de cidadão honorário do Paraná em 1990. Também recebeu o título de cidadão honorário em mais de 25 municípios paranaenses. Em 2015 foi homenageado como Herói da Revolução Verde no Brasil pela FAO – Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação. Talvez, os milhares de pequenos agricultores excluídos da COAMO não concordassem com isso.

¹²⁴ Ainda que essa questão da soja transgênica ser mais produtiva tenha sido um prognóstico equivocado. Ao menos se considerarmos o ponto de vista dos agricultores. Já a COAMO pode ter se beneficiado pela venda de mais herbicidas e do ganho de parcela dos royalties recebidos pela Monsanto com a venda da soja RR. A esse respeito ver Christoffoli (2009).

¹²⁵Em matéria publicada em 07 de maio de 2015: "Entre 2013 e 2015, investimos R\$ 93 milhões em grandes unidades em Mato Grosso do Sul", conta José Aroldo Gallassini, diretor-presidente da COAMO. Hoje, a cooperativa detém 12 unidades de recebimento de soja, milho e trigo no Estado, distribuídas em oito cidades. E outros números ajudam a explicar a importância da operação: cerca de 18% da produção de 7 milhões de toneladas de grãos recebida pela COAMO vêm do Estado, que abriga 12% da capacidade de armazenagem do grupo paranaense, que no total chega a 5,8 milhões de toneladas. (CAETANO, 2015).

Figura 17 - Espacialização geográfica da Cooperativa Agroindustrial COAMO com filiais instaladas



Fonte: (FARIAS,2015, p189)

Compreendemos que o Estado, suas agências e todo seu aparato, contribuíram significativamente para a criação e consolidação do poder político e econômico da COAMO em sua estratégia de expansão territorial. Foi neste percurso de estreita relação, aglutinando de um lado pequenos e médios agricultores modernizados, subordinados à liderança de segmentos de grandes produtores rurais capitalistas, ancorados em uma tecnocracia produtivista, que a COAMO vem buscando constantemente elevar a eficiência empresarial desse modelo que se constitui em grande capacidade produtiva, sendo contudo, concentrador da renda e riqueza no meio rural¹²⁶.

3.3 Aspectos conclusivos do capítulo

Amparado nos autores e nos eventos que marcam a trajetória da COAMO, podemos concluir que sua estratégia de territorialização é organizada para a produção de mercadorias, que visam a acumulação na perspectiva de auferir maiores lucros, mesmo às custas da exclusão social e de incertezas ambientais. Foi com este delineamento estratégico que ao

¹²⁶“Monopolizando o mercado, a COAMO passou a controlar a estrutura econômica regional, sendo que esse fato ocorreu e ocorre camufladamente, de forma a nem mesmo os associados conseguirem perceber a imensa influência que a cooperativa exerce sobre suas vidas”. (ONOFRE 2011, p.55).

longo dos anos esta cooperativa agroindustrial se expandiu geograficamente, influenciando diretamente os territórios em que se inseria, por meio de aquisições/incorporações de cooperativas, criação de infraestrutura, entrepostos, plantas industriais, etc. (capital fixo), provocando uma reorganização do espaço rural. Assim a COAMO pôde materializar uma relação social de dominação, controle e grande supremacia por seu poderio político e barganha econômica com os agricultores/cooperados e *tradings* agroindustriais internacionais, contribuindo fortemente para a consolidação do agronegócio cooperativo nesses territórios.

Destacamos neste capítulo a ofensiva territorial da cooperativa no território do Mato Grosso do Sul, além de solidificar as bases existentes no Paraná e Santa Catarina. Vimos que os interesses da territorialização da COAMO, estavam até o final da década de 1970, centrados no aumento da base de cooperados e incorporação de novas áreas agrícolas para garantir o controle de uma rede estratégica capilarizada que pudesse receber um maior volume de grãos (principalmente soja), destinado, sobretudo a comoditização, combinado a um princípio de verticalização da produção. Se na década de 1980 permanece a mesma estratégia descrita na década anterior, somada a guinada à industrialização da cooperativa, na década de 1990, há uma inflexão na estratégia da cooperativa na seletividade dos cooperados, priorizando agricultores com áreas maiores de 50 [ou 100?] ha, onde a ampliação e/ou concentração de terras é uma das exigências para a produção rentável dos cultivos agrícolas comoditizados e da tecnologia incrementada ao processo produtivo do novo modelo de produção, ou seja, configurando na prática uma opção pela classe média rural e pela burguesia agrária.

Adiantamos que a territorialização da COAMO durante estas décadas, possibilitou-a gerenciar uma extensão territorial de 4 milhões de hectares em 2014 (quase o tamanho do Estado do Rio de Janeiro), que apesar de estar sob domínio dos cooperados, compreendemos que estes, ou parte deles, estão alienados¹²⁷ e totalmente subordinados aos ditames do corpo técnico. Devemos compreender com mais detalhes no próximo capítulo, que por mais que a COAMO seja considerada um exemplo de cooperativa que atua com profissionalização na gestão, sendo este o segredo para o sucesso, não se pode furtar dos métodos e as respectivas contradições desta tecnocracia gerencial.

¹²⁷Em verdade, afirma-se que nesse processo os cooperados da COAMO, perderam a ideologia social, deixando a história da cooperativa com amor de lado, distanciando um dos outros, agindo como trabalhadores oprimidos pela ordem vigente, perdendo o controle do processo produtivo, objetivando aumentar cada vez mais sua produtividade e quantidade de terra. Para tanto, trabalham cada vez mais para obter capital, tornando-se alienados do trabalho (ONOFRE, 2011, p.123).

4 EFICIÊNCIA GERENCIAL DA COAMO - CONTRADIÇÕES POR TRÁS DO APARENTE SUCESSO

A cooperação¹²⁸ na agricultura baseia-se no princípio elementar de que a junção dos esforços individuais dos trabalhadores cria uma força produtiva superior, onde a estrutura cooperativa seria a soma destas unidades. As cooperativas agrícolas emergidas com e para o projeto da Revolução Verde, como foi o caso da COAMO, materializam a cooperação enquanto um vetor para o capital, atingindo através de sua estratégia de crescimento, altos índices de acumulação/produtividade e reprodução de relações sociais capitalistas no campo. Contudo, chamamos a atenção nesta dissertação, que a cooperação consolidada pela COAMO, não se baseia na promoção da emancipação humana, e sim como elemento de alienação/espoliação/exploração de boa parte dos cooperados associados a ela.

Como visto nos capítulos anteriores, a morfologia do agronegócio cooperativo paranaense é ufanisticamente propagado enquanto centro de excelência em eficiência gerencial¹²⁹, na qual a COAMO representaria com afinco tal prática. Esta, neste capítulo, será analisada sob a ótica duma gestação tecnocrática gerada no seio do Estado (Acarpa)¹³⁰ que, aliada à burguesia agrária (e com forte apoio da OCEPAR, etc.), manteve-se e aperfeiçoou-se no comando estratégico da cooperativa, em detrimento dos pequenos cooperados¹³¹ e de seus funcionários assalariados.

O processo metodológico do capítulo baseou-se especialmente nos documentos oficiais da base de dados da OCEPAR, demonstrativos financeiros e também em entrevistas com ex-funcionários e cooperados da COAMO.

¹²⁸ A aplicação da cooperação ao processo de trabalho permite: (a) um encurtamento do tempo necessário à produção de determinado produto, isto é, confeccionam-se mais produtos em menos tempo. Permite distribuir as diversas operações entre diversos trabalhadores, e, por conseguinte executá-las simultaneamente e, com isso, reduzir o tempo necessário para a produção do produto total; (b) uma extensão do espaço em que se pode realizar o trabalho; (c) um aumento de produção num menor tempo e espaço de ação (no caso da agricultura) MARX.

¹²⁹ Conforme apresentado por Gonçalves (2006), citado por Fajardo (2007), “A racionalidade empresarial há muito domina as gestões e ações das cooperativas agropecuárias no Paraná”, onde cada vez mais segundo os autores a cooperativa se assemelha a uma empresa comercial.

¹³⁰ Cristalizada no seu principal gestor - José Aroldo Galassini, presidente a 40 anos da COAMO e Cláudio Francisco Bianchi Rizzatto, atual vice-presidente.

¹³¹ Delgado (1985, p.175), menciona que na multicooperativa “o associado detém pouca influência na gestão da empresa”.

4.1 Territorialização com estratégia agressiva de aquisição e incorporação de cooperativas agrícolas

Vimos que a expansão territorial da COAMO ocorreu desde o seu nascedouro, com a implantação das unidades administrativas e de armazenamentos de grãos por via da expansão horizontal, principalmente através de construção de novas unidades, e também numa estratégia pioneira no Paraná (dentre as cooperativas), de aquisições e incorporação de cooperativas em vias de liquidação¹³², conforme listado abaixo.

- Incorporação da Cooperativa Agropecuária Palmense Ltda (COPALMA), com sede em Palmas/PR, em 1978, localizada na Mesorregião Centro Sul Paranaense
- Incorporação da Cooperativa Agropecuária Centro do Paraná (COOPERCENTRO), com sede em Pitanga/PR em 1979, localizada na Mesorregião Centro Sul Paranaense;
- Incorporação da Cooperativa Agropecuária Abelardense Ltda (COOPERAL) do município de Aberlardo Luz em Santa Catarina em 1984;
- Aquisição dos entrepostos da Cooperativa Mista do Vale do Ivaí Ltda. (COPIVA) a partir de 1986.
- Incorporação da Cooperativa Agropecuária Palmense Ltda (COPALMA), com sede em Palmas/PR, em 1978, localizada na Mesorregião Centro Sul Paranaense
- Aquisição da indústria e terminal portuário da Cooperativa Central Agropecuária (COCAP) com sede em Paranaguá/PR;
- Aquisição de entreposto da Cooperativa Agropecuária Guarany (CAPEG) com sede em Coronel Vivida/PR, localizada na Mesorregião Sudoeste Paranaense;
- Incorporação da Cooperativa Agropecuária Mista do Oeste Ltda (COOPAGRO) com sede em Toledo/PR, localizada na Mesorregião Oeste Paranaense;
- Aquisição de entrepostos da Cooperativa Agropecuária Mista Guarapuava Ltda (COAMIG) com sede em Guarapuava, localizada na Mesorregião Centro Sul Paranaense;
- Incorporação de entrepostos da Coagel Cooperativa Agroindustrial (COAGEL), com sede em Goioerê, localizada na Mesorregião Centro Sul Paranaense;

¹³²“A COAMO vai construir entreposto onde há possibilidade de volume significativo de recebimento de grãos. É uma estratégia clara a expansão nessas áreas. Ou você se organiza para ter escala ou seria engolida pelo mercado”. (entrevistado ZXY07).

- Aquisição de entrepostos da Cooperativa Agropecuária e Industrial (COOAGRI), localizada em Mato Grosso do Sul.

Ao assumir a estrutura e parte dos cooperados destas cooperativas em processo de quebra/liquidação, e ampliar a base geográfica de atuação, a COAMO pode aproveitar-se de fato de ser uma entidade cooperativa para suplantar possíveis concorrentes privados em sua expansão geográfica. Essa estratégia agressiva levou inclusive que outras cooperativas se queixassem à OCEPAR quanto à prática de cooperativas como a COAMO, de forma que se chegou a um acordo de cavalheiros entre as cooperativas, para conter a expansão da COAMO e outras cooperativas com estratégia similar, de forma que cooperativas menores tivessem seus territórios reconhecidos e respeitados.

Por fim, como vimos no capítulo anterior, salienta-se que a COAMO adotou desde o início de sua constituição, uma estratégia clara de expansão (territorialização) e especialização econômica buscando ganhos de escala com os grãos, permitindo atingir um crescimento exponencial na produtividade dos cooperados, grande capacidade de recebimento de grãos, em espaços geográficos ampliados, que contribuíram para sedimentar relações sociais capitalistas no campo (projeto da Revolução Verde). Entendemos que tal estratégia se configura numa tendência do capitalismo (sob a ótica marxista) de concentração e centralização de capitais. Esta se acelera nos tempos atuais, devido à apropriação agressiva do capital em territórios e da alta concorrência no mercado de *commodities*, onde as maiores rentabilidades econômicas aliada a uma eficiência gerencial são de extrema funcionalidade para a manutenção da organização capitalista.

4.2 Burocratização e o tecnicismo em prol da eficiência

A burocracia¹³³ é considerada um sistema social racional, em que a dominação política e econômica é dirigida por um corpo gerencial eficiente, que orchestra através da impessoalidade e de relações sociais heterogeridas, mecanismos em que o principal objetivo é alcançar a eficiência econômica. Isso não significa que a ideologia tecnocrática não admita outros valores, ela os admite, mas sempre os subordina à eficiência econômica e ao desenvolvimento econômico (TRAGTEMBERG, 2006). Para nós, compreender em linhas

¹³³ Para maiores detalhes ver Maurício Tragtemberg (2006)

gerais os mecanismos burocráticos, guiado pela tecnocracia da COAMO, no contínuo aperfeiçoamento da ampliação da produtividade e extração de mais valia dos cooperados¹³⁴ e funcionários é o desafio a percorrer.

A COAMO construiu no percorrer da sua existência uma estrutura erigida por intermédio de aquisições e/ou incorporações de cooperativas em processos de liquidação, além de permanentemente solidificar as bases existentes nos seus territórios de origem, o que a permitiu atuar rigorosamente através do seu quadro técnico, desde o plantio, acompanhamento da produção/produtividade até a comercialização de grãos (DENKER, 2009; PEDROZO, 1991).

Pedrozo (1991) e Onofre (2011) partilham do pensamento de Setti (2010, p.65, grifo nosso) que é enfático ao descrever que “não é segredo que a COAMO sempre administrou com mãos de ferro os bens dos seus associados, e essa é uma das principais razões do seu sucesso”¹³⁵. Alguns ex-funcionários da cooperativa entrevistados (ZXY06; ZXY07; ZXY08; ZXY10; ZXY11) são categóricos em afirmar que o que diferencia a COAMO de outras cooperativas é a sua gestão/estrutura organizacional¹³⁶.

A estrutura organizacional da COAMO criada desde os seus primeiros anos de existência foi fundamental para que a cooperativa pudesse definir suas atividades, estruturar-se tecnicamente e obter gradativo crescimento econômico (PEDROZO, 1991)¹³⁷. Salienta-se

¹³⁴ Portanto, no território capital e COAMO, mesmo trabalhando coletivamente, os cooperados são explorados não mais por capitalistas, mas agora a exploração está na própria organização cooperativa, que incentiva o progresso econômico. E, almejando resultados, seus cooperados aumentam cada vez mais a quantidade de trabalho e de produção por meio da incorporação de novas técnicas que são vendidas na cooperativa ou subsidiada por ela (ONOFRE, 2011, p.123)

¹³⁵ No entanto, Bernardo (1998), salienta que a burocratização nunca se deve à mera iniciativa dos dirigentes. Apoiamo-nos no autor, no sentido de que para José Aroldo Galassini estar há 40 anos na presidência, se deu em certa medida porque a anuência do quadro de cooperados permitiu tal processo. Investigar a forma como se construiu tal consenso/hegemonia entre os cooperados, considera-se ser importante para compreender a dinâmica da maior cooperativa brasileira. Aqui apontaremos apenas algumas pistas.

¹³⁶ A gestão profissionalizada e a orientação para o mercado passaram a ser tratadas de forma prioritária pelos empreendimentos desta natureza. Deste modo, houve uma quebra dos paradigmas até então estabelecidos pelos princípios doutrinários do cooperativismo. Por meio de modernas ferramentas organizacionais, entre as quais se destaca a governança corporativa, as cooperativas passaram a incorporar uma visão empresarial (CASAGRANDE e MUNDO NETO, p.13, 2012).

¹³⁷ A cooperativa possuía, em 1974, 7 departamentos: transportes, técnico, produção de Campo Mourão, administrativo/financeiro, fornecimento de insumos, produção/administração dos entrepostos e comercialização interna [...] [em 1975] a cooperativa foi reestruturada em diversas áreas, inclusive, criando-se um novo organograma, onde propunha se incluir cinco gerências angulares: administrativa, financeira, operacional, insumos e crédito/assistência técnica. A cooperativa passava a ter 15 departamentos, que se subdividiam em setores e secções [...] Anunciou-se uma competição entre os

que os funcionários¹³⁸ da COAMO não podem ser cooperados, nem ter parentesco com cooperados, configurando-se numa “estratégia de não misturar as coisas, sendo uma questão de segurança¹³⁹” (Entrevistado ZXY07, 2015).

Na figura 18, pode-se verificar que as funções administrativas e de supervisão são desempenhadas por funcionários qualificados em diferentes níveis, dentro do arcabouço hierárquico (DENKER, 2009). Em cada setor, as métricas de resultados são constantes, assim como métricas comportamentais, éticas¹⁴⁰.

A COAMO cresceu com uma estrutura que pode ser considerada tradicional, com um diretor presidente que responde ao Conselho de Administração, eleito pelos cooperados. Abaixo do diretor presidente estão os superintendentes que representam o primeiro escalão contratado de profissionais. As superintendências estruturam-se por áreas administrativas e não por produtos ou unidades de negócio, embora a cooperativa mantenha todos os controles por produtos, podendo identificar as sobras a nível de cada atividade. (ZYLBERSZTAJN et al, p.20, 1996).

Um aspecto interessante sobre a estrutura organizacional da COAMO são os processos gerenciais bem definidos, materializados nas Circulares (os procedimentos) e Normativas (as políticas). Por exemplo, a COAMO vai vender calcário, então define-se como é a política da venda de calcário (normativa) e qual o procedimento da venda deste produto (circular)¹⁴¹.

departamentos: os cinco que mais se destacassem em liderança, assumiriam as gerências angulares que se pretendia implantar. (op.cit. p.250-251).

¹³⁸ No âmbito interno, a cooperativa preza por um gerenciamento qualificado. Ao enfatizar o quadro de funcionários da COAMO, foi possível obter os seguintes dados sobre o mesmo: 29% dos colaboradores possuem ensino superior, 23% têm o ensino fundamental completo e 48% efetuaram o ensino médio integralmente. A COAMO adota uma política salarial que visa premiar a competência e a eficiência de seu quadro de pessoal. Desde o início de suas atividades, a COAMO não permite que cooperados atuem como funcionários. Já a alta direção é composta apenas por associados, respeitando as normas da legislação cooperativista. (CASAGRANDE; MUNDO NETO, p.12, 2012).

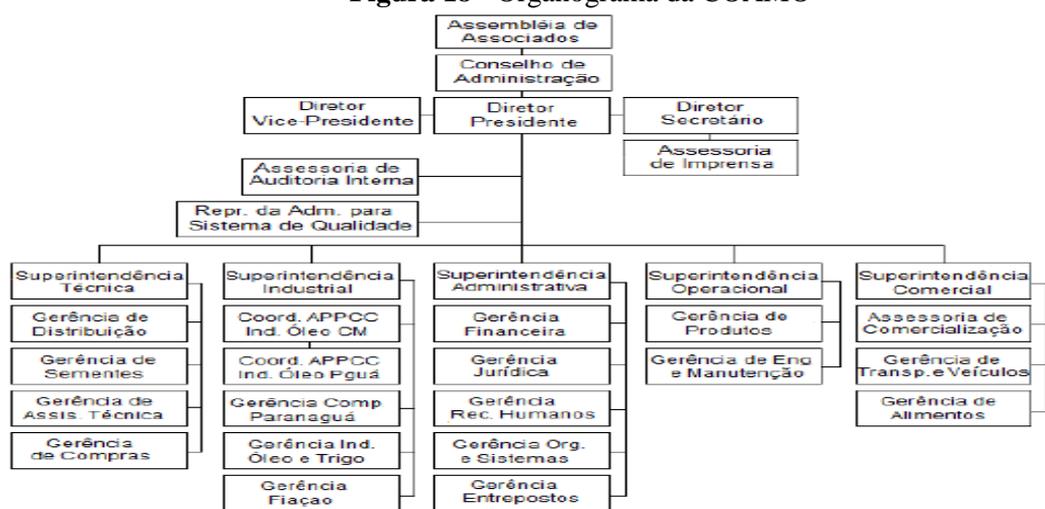
¹³⁹ Um aspecto interessante da estrutura organizacional tecnocrática é que sua ideologia não admite o questionamento e as contradições. Não por acaso, segundo ZXY08, quando indagado sobre os perfis de funcionários a serem contratados pela cooperativa é enfático a responder - “que não seja muito questionador, ou contra algum princípio da cooperativa”.

¹⁴⁰ “O perfil COAMO” é assim que os funcionários da cooperativa são vistos no município de Quarto Centenário. Têm-se uma política interna na cooperativa que preza que os funcionários não se envolvam em determinadas situações: questão de endividamento, questão de bares, etc. Sendo recomendado aos funcionários frequentar espaços de sociabilização da própria cooperativa [...]. Teve casos que por motivos extra-espço de trabalho, funcionários foram demitidos”. (entrevistados ZXY06 e ZXY08).

¹⁴¹ Para aperfeiçoar os seus processos gerenciais internos, a cooperativa conta com um sistema de informação ERP (*Enterprise Resource Planning*), desenvolvido internamente por equipe específica. A COAMO conta também com os serviços da empresa de auditoria externa Nardon&Nasi Auditores Independentes, que atua no processo de fiscalização do conselho fiscal (CASAGRANDE; MUNDO NETO, p.12, 2012).

Para o entrevistado XYZ10, para eles terem esta organização forte, o primeiro princípio foi ter por escrito, bem definida a política “se é A é A, se é B é B, ou seja, já está tudo escrito o que vai ser feito ou não vai ser feito, independente das pessoas¹⁴²”. Outro princípio que fortaleceu a organização, foram os quadros de nível superior (especialmente engenheiros agrônomos, economistas, administradores e contadores) e os processos de treinamento e formação contínua do corpo técnico da cooperativa¹⁴³.

Figura 18 - Organograma da COAMO



Fonte: Denker (2009)

Dentre os diversos quadros técnicos da COAMO, chamamos a atenção para os funcionários da assistência técnica aos cooperados do município de Quarto Centenário/PR. Segundo ZXY06, na época em que ali trabalhava, a COAMO tinha cerca de 400 cooperados e apenas 3 funcionários (agrônomos) ligados diretamente à assistência técnica aos cooperados, além de poucos funcionários administrativos, o restante era proveniente da parte operacional (faturistas, balanceiros, etc.). O entrevistado é enfático ao descrever que “em entrepostos menores há um acúmulo de funções e a média salarial continuava a mesma”.

Nesse sentido, afirmamos que o enxugamento de custos nos entrepostos menores, é uma política estratégica de cunho gerencial da cooperativa que afeta sobremaneira a extração

¹⁴² “Tem instrução normativa até sobre conflitos de interesse. Tudo está no papel, não está na cabeça de ninguém” (entrevistado XYZ10).

¹⁴³ Desta forma, a qualificação dos gestores assume um papel importante, já que é a função destes planejar, coordenar e executar as diretrizes estratégicas das cooperativas. A tendência, neste caso, é o aumento da busca por profissionais qualificados, consolidando assim o recrutamento de uma administração tecnoburocrática (CASAGRANDE; MUNDO NETO, p.7.2012).

da mais valia dos funcionários. Interessante observar que o entrevistado (agrônomo) ¹⁴⁴ ZXY08, tinha em sua carteira de atendimento cerca de 80 cooperados em Quarto Centenário. A tipologia desta carteira se dava em três níveis: nível A (com uma visita a cada 10 dias) ¹⁴⁵, nível B (com uma visita a cada mês) e nível C (que eram cooperados abaixo de 30 hectares, com visitas mínimas). Como vimos no capítulo anterior, esta equipe técnica (especialmente agrônomos) tinha habilidades comerciais concentradas em aumentar as vendas do pacote tecnológico preconizado e, conseqüentemente, assegurar lucratividade à cooperativa tanto na venda de insumos como na comercialização da produção dos cooperados ¹⁴⁶.

Enfatizamos que a COAMO tem uma estratégia de espremer os produtores cooperados para que negociem somente com a cooperativa, combinada com a lógica de desestímulo e exclusão dos cooperados menores e mais fragilizados. De acordo com os entrevistados, os funcionários são treinados e focados em atingir tais metas, por exemplo, escrutinando o cadastro (movimentação) dos cooperados e estabelecendo metas de compras de insumos e venda de produtos agrícolas, numa política de controle dos mesmos ¹⁴⁷.

Chamamos a atenção para o fato de que esta política de controle dos cooperados é de extrema importância para a cooperativa. Apontamos que em futuras pesquisas sobre a COAMO, possa se ter uma análise das métricas do corpo técnico no tocante ao ato cooperativo, que para alcançarem pujança econômica, permeiam contradições no tocante a

¹⁴⁴“Os engenheiros agrônomos [da COAMO] querem vender produtos, ofertando até mesmo produtos desnecessários para a produção, o que encarece o processo produtivo. Havendo necessidade de ter uma assistência técnica, além da ofertada pela cooperativa” (ONOFRE, 2011, p.124).

¹⁴⁵A COAMO fazia questão que você se deslocasse o mais distante da sua base familiar. Você não pode voltar todo final de semana para sua casa. Ela entende que você tem que no final de semana, fazer amizade e se relacionar especialmente com o cooperado de Nível A. Isso é estratégico para a cooperativa. É uma política clara! (ZXY08).

¹⁴⁶Ainda tomando como base as entrevistas do agrônomo ZXY08, “A COAMO faz uma pressão tão grande com o funcionário em nível de entreposto (a exemplo do agrônomo), que ele não consegue fazer amizade com o agrônomo de outra cooperativa. A doutrinação é diariamente. Um exemplo é a campanha de venda de insumos, quando mostra dados de outro agrônomo, coloca o concorrente como inimigo. [...] A COAMO tem uma visão muito egoísta do associado. Ela entende que o cooperado é uma propriedade dela. Por isso que o agrônomo quando está lá dentro, fica bitolado. Há uma pressão enorme que aquele produtor é teu”

¹⁴⁷A diversificação não é bem quista pela COAMO. Não é interessante! Ela não incentiva!. Também destaca-se a forte política de fidelizar o cooperado (nas operações de compra e venda) com a cooperativa. (entrevistado ZXY08). ZXY05, relata um caso emblemático de um atual cooperado da COAMO, que em sua área produtiva, iniciou uma diversificação da produção, produzindo mandioca. E de vez ou outra, o agrônomo da COAMO fazia o seguinte questionamento – O senhor tem X tamanho de área, poderia está aumentando a produtividade (leia-se soja), deveria está comprando X quantidade de insumos, deveria está entregando X quantidade de soja.

seus métodos organizacionais adotados¹⁴⁸. A título de exemplo em 2002, 88% das receitas totais da cooperativa foram advindas de ato cooperativo.

Por fim, destacamos que o grande número da base de cooperados e produção especializada e volumosa de recebimento de grãos, garantiu/garante a cooperativa barganhar com fornecedores suas compras¹⁴⁹, especialmente os insumos químicos¹⁵⁰. Como afirma Zandonadi (2011) o fator de grande ganho para cooperativa “é saber comprar devido aos grandes volumes e o fato da mesma ser capitalizada, a cooperativa efetua pagamento antecipado de suas compras”. Neste ponto Galassini em entrevista ao autor citado, faz uma analogia com uma toalha molhada, sobre o diferencial da COAMO durante o processo de negociação para compras da cooperativa junto a seus fornecedores:

[...] nosso processo de compra é como uma toalha molhada, após torcê-la e sair toda a água desta toalha e nada mais sair, podemos torcê-la mais um pouco que alguma gota de água ainda sairá e esta gota que a COAMO quer e consegue. Esta gota só a COAMO tem e consegue tirar, porque o mercado sabe que a COAMO vai pagar, é séria e tem volume, comprar todo mundo compra, o essencial que a COAMO faz é comprar bem e poucos o fazem. Então se ganha em escala e na forma de compra, seja pagamento à vista, antecipado ou outra forma de pagamento. (ZANDONADI, 2011, p. 36).

No entanto, apesar da COAMO, através do seu volume de compras, ter barganhando preço final dos insumos, o entrevistado ZXY08 discorre que a política de preços iguais por parte dos cooperados (seja pequenos ou grandes) na compra desses insumos, em certa medida, não é 100%. Esta é exemplificada através da política dos cooperados VIP¹⁵¹, onde o preço

¹⁴⁸ O entrevistado ZXY09 comprou insumos/bens de fornecimento na cooperativa em torno de umas 5 ou 6 vezes. Em todas essas vezes, os funcionários perguntaram se o comprador tinha algum nome de cooperado, para que a venda fosse realizada no nome deste cooperado. Quando comprou em Candoi/PR, forneceu o nome de um parente, que é cooperado da COAMO. Quando comprou em Pinhão/PR, por não ter nenhum conhecido que tenha relação com a aquela unidade da COAMO, o próprio vendedor apresentou o nome e, pois na nota o nome de um cooperado. (ZXY09, 2015).

¹⁴⁹ ZXY11 possuiu cargo no departamento administrativo da COAMO. Setor que centralizado em Campo Mourão, negociava toda a parte de suprimento para todos os entrepostos da cooperativa (desde sabonete, papéis fita, material de uso, etc.). Reforçando a política rigorosa de controle e redução de custos.

¹⁵⁰ Pelo fato da cooperativa efetuar compras em grandes volumes de insumos agrícolas, o principal produto adquirido pela cooperativa, esta possui poder de barganha frente a fornecedores, mesmo efetuando compras de diversas empresas, seus valores expressivos, seu conceito no mercado e as condições de pagamento a diferenciam no mercado, existindo produtos substitutos no mercado o poder de negociação da cooperativa é ainda maior. (ZANDONADI, 2011, p. 36)

¹⁵¹ A COAMO engloba cerca de 10 grandes cooperados em cada cidade, e tem um agrônomo que irá atendê-los uma ou duas vezes por semana. Esse cooperado que foi convidado para ser VIP ele tem que comprar e entregar 100% na COAMO, fazer projetos, etc. Têm essa regalia, mas paga um valor

mais baixo dos insumos é transferido para os grandes cooperados da COAMO, através de descontos concedidos em nível de gerência do entreposto. Esta política gerencial explica, em parte, o porquê dos 20% dos cooperados movimentarem 80% do faturamento da cooperativa em Quarto Centenário (tanto por comprarem mais insumos, como entregarem mais grãos). Concomitantemente, entendemos que, a mercê dos elevados preços dos insumos (repassados pelo valor cheio) aos pequenos cooperados, aliados com a escassa assistência técnica da cooperativa a este perfil¹⁵² e os ditames tecnocráticos impostos pela cooperativa, são fatores que consideramos parte da explicação sobre a enxurrada de cooperados excluídos/expropriados da COAMO entre 1988 e 1997 e conseqüentemente a admissão de novos cooperados com perfis associados a burguesia agrária, vista no capítulo anterior.

4.3 Breves considerações sobre a estratégia de mercado externo da COAMO

Como vimos no capítulo 2, as cooperativas agrícolas paranaenses estiveram no transcorrer do projeto da Revolução Verde fortemente imbricadas num modelo agrícola centrado em culturas de exportação, sobretudo a soja. Em linhas gerais, o transcurso da década de 90 acelerou em grande medida a internacionalização do agronegócio brasileiro, com a crescente entrada do capital estrangeiro nas cadeias agroalimentares, quanto da instalação de unidades e aquisição de terra (SAUER; LEITE, 2012). Já o capital nacional agrícola - especialmente as cooperativas agrícolas paranaenses (criadas e apoiadas continuamente pelo Estado) e no caso específico a COAMO, teve desde seu nascedouro uma estratégia clara de comoditização, e para isso a capilaridade (volume) no recebimento de grãos era fundamental. Destacamos que tal objetivo foi obtido ao longo de décadas, amparadas em metas estritas de produtividade de seu corpo técnico, em ações agressivas de territorialização e exclusão do campesinato pobre de seu quadro social, e na adoção de métodos organizacionais burocráticos, que aperfeiçoaram nos moldes capitalistas, a inserção da cooperativa no mercado internacional para alocação de sua produção especializada (leia-se grãos)¹⁵³, permitindo uma posição privilegiada no conjunto do agronegócio brasileiro e

mensal. Esse grupo tem desconto nos insumos e não pagam para elaboração de projeto de custeio da safra.

¹⁵²“Quando os cooperados da classe C reclamava ao entreposto, o gerente nem cobrava o agrônomo, o convite para sair é proposital. O produtor grande é a chave.” (ZXY08).

¹⁵³ A contradição desencadeada entre a agricultura tradicional e a agricultura capitalista, sua movimentação financeira e capacidade de produção o fator responsável pela inserção dos agricultores

mundial¹⁵⁴. Obviamente essa estratégia poderia ter sido malsucedida, mas não o foi. As razões para isso se ancoram em um conjunto de fatores, alguns deles aprofundados neste estudo de mestrado.

Entendemos em linhas gerais, que o patamar de extrema inter-relação da COAMO com as grandes corporações do capital agro-industrial-financeiro do agronegócio, intensificou-se com:

- A aquisição da faixa do terminal portuário em Paranaguá¹⁵⁵, adquirida no início da década de 90, como parte das negociações com a COCAP. Além do terminal, a cooperativa dispõe de três armazéns, duas linhas de embarque e duas moegas. Por mais que a maior exportação de grãos e produtos industrializados¹⁵⁶ seja via Paranaguá, a cooperativa utiliza os portos de São Francisco do Sul (SC) e Rio Grande (RS), usando também a estrutura de outras empresas parceiras que possuem terminais próprios. Para Gallassini, “são inúmeras as vantagens das exportações pelo Porto de Paranaguá, como a redução da distância e do frete, bem como a agilidade nas operações para exportação dos produtos agrícolas”. (COAMO, 2010).
- Criação, em 1994 da *Trading COAMO Internacional*¹⁵⁷, com sede em Aruba, no mar do Caribe, com a “necessidade de ser ágil nos negócios [...]. Os clientes querem comprar com contrato antecipado de um ano, antes do plantio, de forma que, todo mês, a cooperativa tem que mandar um ou dois navios de farelo de soja para clientes europeus, o que exige que as operações sejam cobertas na Bolsa de Chicago”. A COAMO foi a primeira cooperativa (em 1999) a assumir a exportação na modalidade CIF - onde se responsabiliza com todos os custos para

no modelo produtivo capitalista e conseqüentemente no agronegócio que propiciou a sustentação da COAMO e seu grande desenvolvimento econômico. (ONOFRE, 2011, p.118)

¹⁵⁴A COAMO opera há 30 anos [desde 1979] na Bolsa de Chicago (COAMO, 2013).

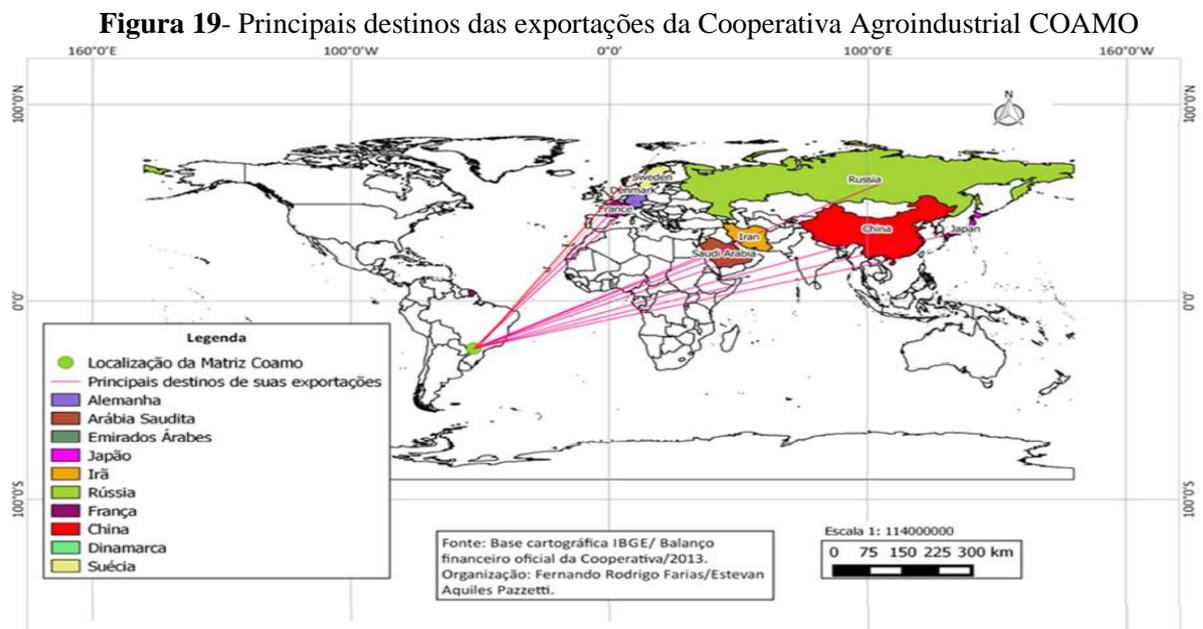
¹⁵⁵ Ver ABRAHÃO e CANEPARO, 2014

¹⁵⁶ Em 2009, dos produtos exportados pela COAMO por meio do Porto de Paranaguá, cerca de 75% foi de farelo de soja. (ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA, 2009).

¹⁵⁷A COAMO *International A.V.V.* sediada em Aruba é a subsidiária da COAMO Agroindustrial Cooperativa. Tem a missão de operacionalizar as negociações de exportação, com respeito a: hedge de preços, como por exemplo na bolsa de futuros de Chicago; contratação de fretes marítimos; contratação de terminais portuários em outros países e contratação de serviços pagos em moeda estrangeira. (COAMO, 2011).

colocar a mercadoria no destino¹⁵⁸, permitindo assim realizar negócios por demanda, programando a entrega dos produtos de acordo com a sua disponibilidade¹⁵⁹. Para isto, a profissionalização do corpo técnico era um dos requisitos principais (SETTI, 2010).

Conforme demonstra Denker (2009) e Farias (2015) pode-se observar que a COAMO teve um volume de exportação significativo, principalmente originários do complexo soja (produtos agrícolas e/ou industrializados associados)¹⁶⁰, tendo conforme Figura 19 seus principais destinos das exportações da COAMO¹⁶¹.



Fonte: Farias (2015, p.204)

¹⁵⁸ Foi uma visão do Galassini de fazer vendas CIF, pois as empresas que atuavam FOB foram desaparecendo. Além disso, há outros produtos e as grandes operadoras selecionam o que querem, forçando o desaparecimento de alguns produtos que não são do seu interesse. (SETTI, 2010, p.146).

¹⁵⁹ No primeiro ano, a COAMO vendeu 135 mil toneladas, no segundo, 400 mil toneladas e para 2010 fechou contratos totalizando 750 mil toneladas.

¹⁶⁰ No mês de julho de 2016, a COAMO embarcará um navio com 54 mil toneladas de milho em grão, venda CIF para os Estados Unidos. (COAMO, 2015).

¹⁶¹ No mercado externo são comercializadas as *commodities* agrícolas nos sistemas FOB e CIF, com certificado de rastreabilidade, que garante o controle do produto COAMO do campo até o seu destino. Anualmente, a COAMO exporta grandes volumes de farelo de soja, milho e algodão, entre produtos próprios e de terceiros, sendo destaque como grande exportadora de produtos. Cerca de 18,6% das exportações de todas as cooperativas brasileiras cabe à COAMO, que está entre as maiores empresas exportadoras do país. Para dar suporte as suas exportações, a COAMO conta com um terminal portuário próprio em Paranaguá, no estado do Paraná, com capacidade de embarque de até três mil toneladas de produtos por hora. Parte das exportações também são realizadas pelo porto de São Francisco do Sul, no estado de Santa Catarina. (COAMO, 2015)

Na virada para o século XXI, ancorado na pesquisa de Denker (2009), Farias (2015) e nos relatórios de gestão da COAMO, percebe-se que os índices financeiro-econômicos da cooperativa apresentaram gradativo crescimento, influenciados pelo câmbio favorável dos preços das *commodities*¹⁶². Com base nos dados apresentados, a Figura 20, analisa a evolução nas receitas via exportações entre 2002¹⁶³ a 2014. Percebe-se uma evolução crescente desta receita a partir de 2007¹⁶⁴. Em 2008¹⁶⁵:

a evolução foi significativa. A principal razão disso está ligada ao fato de os preços das *commodities* agrícolas estarem elevados. A COAMO, como se sabe, é grande exportadora de soja, é a principal cooperativa do Sul do Brasil em participação no mercado externo em concorrência com os grandes grupos privados. Em 2009, representou 5,9% do total exportado pelo Paraná, sofrendo uma evolução de 45,2% na relação 2008/2009, e manteve-se até a atualidade próxima aos 5% de participação no mercado externo. (FARIAS, 2015, p.202).

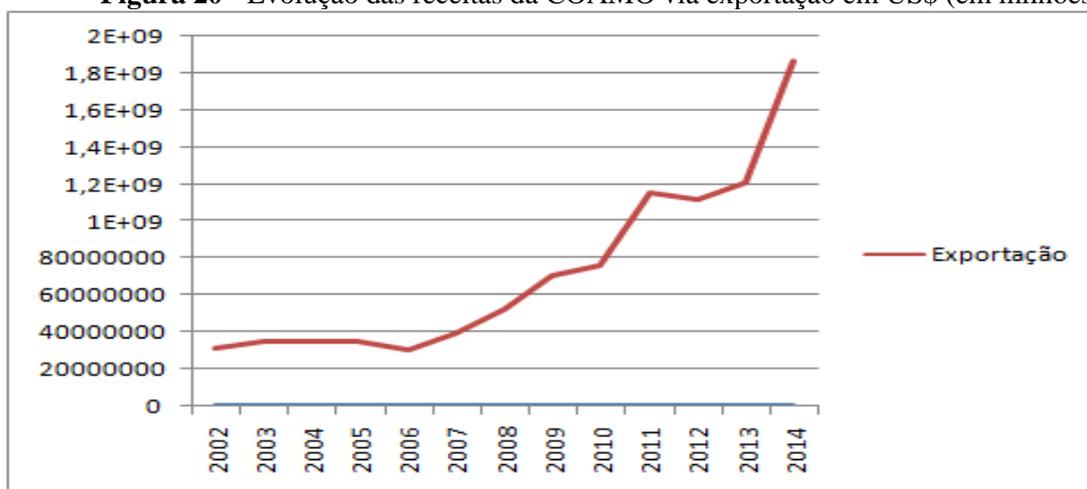
¹⁶²Já na década de 1990, com os preços baixos das *commodities* agrícolas, mesmo a cooperativa aumentando o volume de produtos recebidos, saltando de 1,91 milhões de toneladas de produtos agrícolas em 1993 para 2,38 milhões de toneladas em 1995, as receitas globais decresceram de US\$ 797,53 milhões em 1994 para US\$ 687,84 milhões em 1995. (ZYLBERSZTAJN et al, 1996).

¹⁶³ Uma mudança importante se verifica nos anos 2000. Nas comparações de 2001 com 2002, de 2002 com 2003 e de 2003 com 2004, os sojicultores se beneficiam com ganhos expressivos, trazidos em grande parte pelo mercado internacional. A onda de expansão da cultura da soja no período foi em grande parte fruto da conjugação de dois aspectos: num primeiro momento, a ligeira queda nos preços internacionais da soja foi compensada pela valorização cambial e, num segundo momento, houve um duplo efeito favorável que turbinou os preços da soja no mercado interno: a retomada dos preços internacionais aliado a uma valorização cambial interna (BRANDÃO; REZENDE; MARQUES, 2005 apud CHRISTOFFOLI, p.33, 2009).

¹⁶⁴ O relatório de gestão (2007) aponta alguns dos pontos positivos que se tornaram favoráveis. A valorização constante do real em relação ao dólar fez com que facilitasse a rentabilidade do setor de produtos agrícola levando em consideração os preços internacionais das *commodities* agrícolas que se encontravam em alta (principalmente no 2º semestre).

Segundo o parecer da gestão 2008, esse cenário favorável à evolução de seus indicadores econômicos – em especial os produtos industrializados, configurou-se a partir das previsões lançadas no mercado de que haveria uma possível escassez de produtos agrícolas no mundo. Manteve os preços agrícolas em alta, principalmente no 2º semestre, em razão de ter havido valorização cambial e estiagem em importantes regiões produtoras no mundo, o que reduziu a oferta de produtos agrícolas mantendo os preços em alta. (FARIAS, 2015, p.205).

¹⁶⁵ Neste ano, 3,23% das exportações do Paraná foram feitas pela COAMO. Já em 2014 4,6% das exportações do Paraná foram feitas pela COAMO. (FARIAS, 2015, p. 203)

Figura 20 - Evolução das receitas da COAMO via exportação em US\$ (em milhões)

Fonte: Elaborado pelo autor, com base nos Relatório de Gestão da COAMO (2002-2014)

Vimos no capítulo 3, que a territorialização e expansão territorial articulada a estratégia de comoditização, é a principal estratégia para contínua pujança da COAMO. Apontamos que a internacionalização do mercado agrícola, impulsionou uma tendência e fortalecimento do crescimento vertical (industrialização) a partir de 1981 na cooperativa. Conforme dados dos demonstrativos financeiros da COAMO e da pesquisa de Farias (2015), constata-se que a partir de 2001, o setor industrial cresceu significativamente, sendo responsável pela maior parcela das receitas da cooperativa.

Adiantamos que a industrialização para o consumidor final não é o principal foco da cooperativa, o que constatamos ao perceber o percentual ínfimo deste item perante as receitas globais da cooperativa. No entanto, chamamos a atenção que no decorrer da sua expansão, a COAMO desenvolveu e desenvolve claramente uma estratégia de comoditização¹⁶⁶ e com uma tentativa, a ela associada, de industrialização/agregação de valor do complexo soja, especialmente com o farelo de soja¹⁶⁷. A título de exemplo, em 2011, a COAMO exportou 2.590.000 toneladas de produtos agrícolas industrializados e in natura, alcançando uma receita

¹⁶⁶ Quando o assunto são os produtos mais básicos da pauta brasileira [leia-se soja], outras grandes economias europeias também se destacam como compradoras, entre elas a Alemanha, a França, a Espanha e a Itália. A COAMO, maior cooperativa brasileira, com sede em Campo Mourão, é uma das principais exportadoras de soja e milho para esses países. Em volume nossa maior compradora é a China, com os clientes europeus logo em seguida. Mas, em valor, a Europa representa cerca de 50% das nossas exportações, porque os países de lá encomendam não só o grão, mas também o farelo e o óleo de soja, que têm maior valor agregado, explica o presidente da COAMO, Aroldo Gallassini. (MENEZES, 2013).

¹⁶⁷ Sem nos furtamos de sua profunda articulação às grandes empresas internacionais do agronegócio, especialmente as vendedoras de insumos/sementes.

de US\$ 1,15 bilhão¹⁶⁸, representando cerca de 30% da receita total da cooperativa neste ano. Deste total de produtos exportados, o farelo de soja representava 39% (com 1,00 milhão de toneladas), a soja in natura 43% (com 1,11 milhão de toneladas), o óleo de soja bruto 2% (com 55,81 mil toneladas) e o milho com 5% (com 128,20 mil toneladas). Do total das exportações da COAMO neste ano, 92,35% foram através da trading COAMO Internacional A.V.V.

4.4 Breves considerações sobre a estratégia de industrialização da COAMO

Como vimos até o ano de 1979, o maior índice percentual da receita da cooperativa estava ligado diretamente à venda de produtos *in natura*, especialmente soja, trigo e milho, e dos insumos a eles vinculados, sem qualquer representação significativa da indústria nas receitas totais¹⁶⁹. Apenas em 1981 a COAMO inicia o processamento da industrialização da soja na unidade construída em Campo Mourão (ÁVILA, 2002; PEDROZO, 1991; ROCHA, 1999).

Ressaltamos que o processo de agroindustrialização (em especial do complexo da soja) da COAMO, não se afastou de sua estratégia principal de comoditização. No entanto na década de 1980, a COAMO procurou também desenvolver outros processos de industrialização, como a Destilaria de Álcool e a Fiação de Algodão cujas atividades iniciaram-se em 1986 (FAJARDO, 2008; ROCHA, 1999). Tal estratégia iria de encontro aos preceitos discutidos na OCEPAR (1986), em que por mais que o processamento de óleos vegetais e farelo fosse uma das primeiras estratégias das cooperativas paranaenses na agroindustrialização decorrente da expansão da soja, era importante ter outras iniciativas¹⁷⁰, que tivessem preços satisfatórios na demanda internacional-nacional, como o caso do

¹⁶⁸ Liderando neste ano o ranking de exportadores do Paraná, e a nível nacional ocupou a 35ª posição entre as maiores exportadoras do país envolvendo empresas de diferentes segmentos da economia brasileira, pelo terminal Portuário próprio e de terceiros no Porto de Paranaguá/PR e pelo Porto de São Francisco do Sul em Santa Catarina. (COAMO, 2011).

¹⁶⁹ Em 1975 a COAMO já detinha em funcionamento o moinho de trigo, mas sem representação na receita até o presente momento.

¹⁷⁰ Desde o final da década de 1970 e todo transcorrer dos anos 1980, a cotonicultura paranaense ocupou lugar de destaque no cenário nacional. Nesse período, registrou-se um crescimento no uso da terra para o cultivo do algodão e, conseqüentemente na produção. O Paraná passou a ser o grande produtor nacional. A microrregião geográfica de Campo Mourão teve uma participação marcante nesta evolução da cotonicultura paranaense através da COAMO. (ÁVILA, 2002, p.94).

algodão¹⁷¹. Para Andrade (2013) o apoio à industrialização do setor têxtil no território paranaense foi fortemente amparado pelo Estado. Este promoveu por meio da Secretaria de Estado da Indústria e Comércio e pelo Banco de Desenvolvimento do Paraná (BADEP), um Programa de Apoio ao Desenvolvimento do Setor Têxtil Paranaense, o que estava fundamentado na pretensa verticalização do setor, conforme diretrizes da Secretaria de Estado da Indústria e Comércio. Em 1985, a COAMO, entre outras cooperativas paranaenses assinaram convenio com o BRDE, o BNCC e o BADEP, para financiar a instalação de unidades de fiação de algodão.

No município de Campo Mourão, algumas empresas atuavam no beneficiamento do algodão, Sanbra e Algolim, bem como a COAMO¹⁷² que iniciava seu processo de industrialização, tanto com beneficiamento, como na fiação¹⁷³, tendo importante representatividade nos percentuais da receita, conforme dados apresentados abaixo:

- Em 1984, os produtos derivados da soja (com destaque para o óleo degomado) representavam 44% das receitas via industrialização, seguido pelos derivados de algodão que representavam 15%.
- Em 1985, os produtos derivados da soja (com destaque para o óleo degomado) representavam 36% das receitas via industrialização, seguido pelos derivados de algodão que representavam 31%.
- Em 1987, os produtos derivados da soja (com destaque para o farelo) e algodão empataram com a mesma representação perante as receitas via industrialização, com 44% cada.
- Em 1988, os produtos derivados de algodão representavam 47% das receitas via industrialização, seguido pelos produtos derivados da soja (com destaque para

¹⁷¹ A filosofia da ação para apoio aos investimentos fundamentou-se na necessidade do estado ter unidades industriais modernas que, utilizando tecnologias apropriadas permitissem, de forma gradativa, futura verticalização setorial, com a obtenção nas diversas fases de processamento, de níveis de produtividade e qualidade que viessem a contribuir para que os produtos têxteis e confeccionados paranaenses fossem mais competitivos nos mercado nacional e internacional. (MASSUDA, 2005, p. 64 Apud Andrade, 2013, p.186)

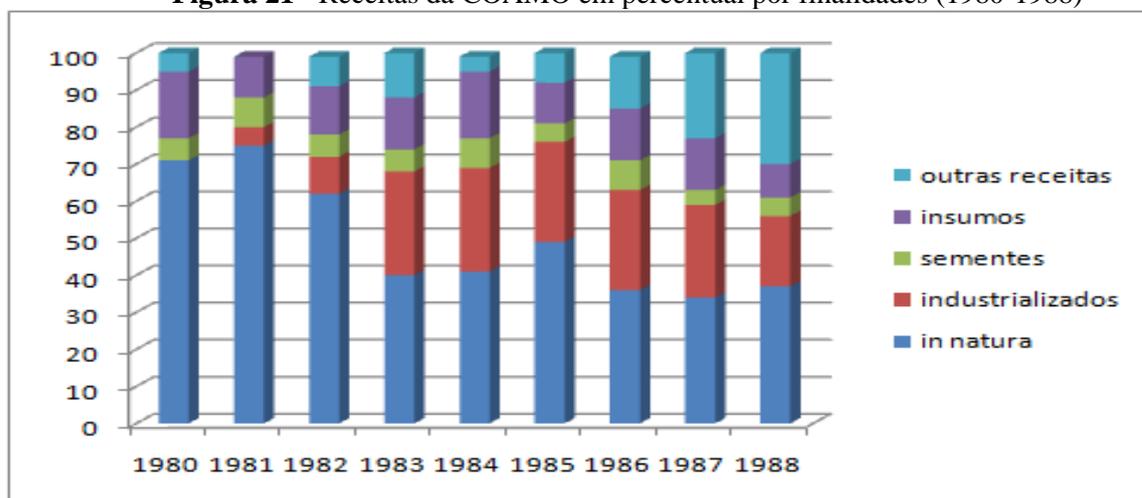
¹⁷²No período em que atuavam essas algodoeiras na Microrregião de Campo Mourão, entre os anos de 1985/86, a COAMO beneficiava cerca de 34% do algodão caroço no município de Campo Mourão. (ANDRADE, 2013, p.187).

¹⁷³ Este crescimento deveu-se a uma série de fatores, podendo destacar: boas perspectivas do algodão no mercado internacional; queda dos preços do complexo da soja (grãos, farelo e óleo) no mercado internacional; retirada progressiva dos subsídios de crédito rural, o que inviabilizou uma grande parcela de pequenos produtores do binômio soja/trigo que passaram a ter como opção a produção de algodão (HESPANHOL, 1990, p.147).

farelo) que representavam 38% . Neste ano, percebe-se o auge da industrialização do algodão.¹⁷⁴

Verifica-se conforme figura 21 que durante todos os anos da década de 1980, a receita advinda de produtos *in natura* obteve os maiores percentuais perante as receitas globais. Ao mesmo tempo, percebe-se que a partir de 1982 a industrialização começa a ter participações significativas na receita, com destaque para os derivados da soja e do algodão. Destaca-se também que nos anos de 1987 e 1988 as receitas provenientes de “outras receitas” praticamente se igualam as receitas de produtos *in natura*.

Figura 21 - Receitas da COAMO em percentual por finalidades (1980-1988)



Fonte: Elaborado pelo autor, com base nos dados cooperativistas da OCEPAR (1980-1988)

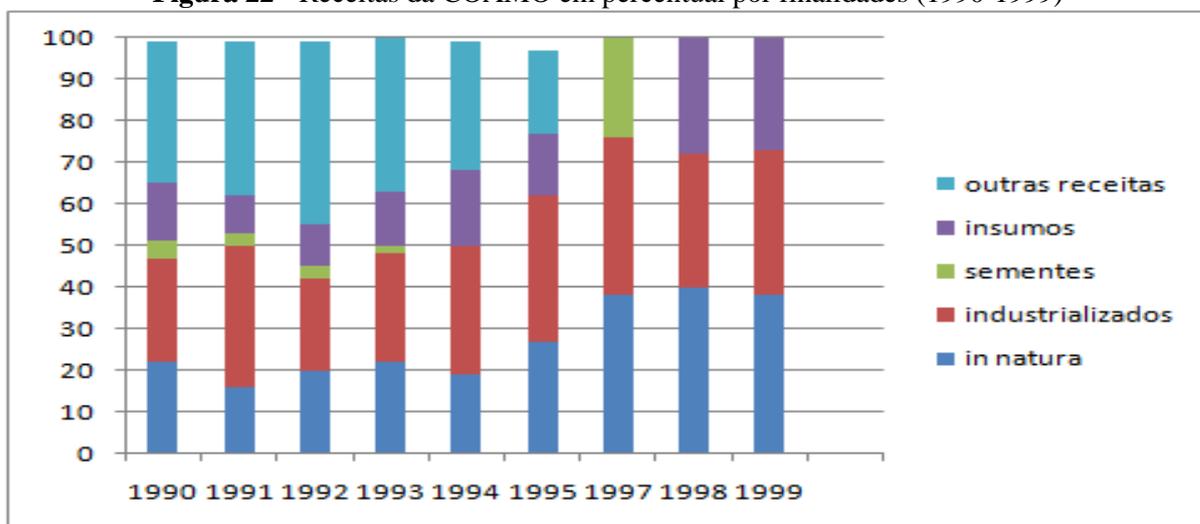
Já na década de 1990, com a aquisição da indústria de óleo no Porto de Paranaguá, através da negociação com a COCAP e fortalecendo a industrialização através de contínuos investimentos¹⁷⁵, conforme Figura 22, percebe-se que a industrialização passaria a ocupar

¹⁷⁴ O carro chefe da COAMO sempre foi grãos. O algodão foi importante na região, mas com a crise da praga, preços internacionais e mão de obra (associada ao êxodo) as terras do algodão foram cedendo espaço para a soja (ZXY07, 2015).

¹⁷⁵ Rocha (1999) menciona que em 1995, a COAMO em assembleia realizada pelos cooperados, aprovaram um volume de US\$52 milhões para a implantação de três novas indústrias - Indústria de Produção de Açúcar, Indústria de Milho e Indústria de Refino de Óleo de Soja, das quais, somente a refinaria de óleo de soja foi implantada e funciona dentro de modernas instalações. A COAMO no ano de 1999 participou com 4,9% da produção de soja brasileira e 2,9% da paranaense. Este alto volume recebido de grãos fez com que ela realizasse parcerias com a COCAMAR e a COOPERSUL - Cooperativa Central Agropecuária Campos Gerais Ltda, com sede em Ponta Grossa - PR, para industrialização de óleo de soja, como também duplicou a capacidade de produção da

maior representatividade nas receitas globais da COAMO entre 1990 a 1995¹⁷⁶, em relação aos produtos *in natura*. Esses números iriam se alternar até o final da década, agora novamente os produtos *in natura* assumindo a dianteira na representação das receitas totais. Percebe-se ao mesmo tempo, que nos dois últimos anos da década, as receitas advindas da venda de insumos tiveram percentuais significativos de crescimento¹⁷⁷, o que revelava a importância deste eixo para a pujança da cooperativa, mas também o peso crescente dos insumos no custo de produção dos cooperados e, portanto, o ganho crescente das empresas agroquímicas. Também nos últimos anos da década, a participação das receitas provenientes de “outras receitas” que tinham representação significativa até 1995, desaparece.

Figura 22 - Receitas da COAMO em percentual por finalidades (1990-1999)



Fonte: Elaborado pelo autor, com base nos dados cooperativistas da OCEPAR (1990-1997) e nos Demonstrativos financeiros da COAMO (1998-1999)

indústria de soja de Paranaguá, melhorando e ampliando sua estrutura portuária. A COAMO conta com duas indústrias de esmagamento de soja e a refinaria de óleo de soja. (RODRIGUES, 2000 apud PAULA, 2001, p.66)

¹⁷⁶A cooperativa tem a sua atividade centrada na produção e industrialização da soja, que representou 44% do total de sobras geradas em 1995. A segunda atividade é a comercialização de insumos e outros produtos (chamada de “consumo” pela cooperativa), atividade esta que gerou cerca de 28% das sobras no mesmo período, percentualmente o dobro do terceiro produto em importância, o milho, que gerou R\$ 4 milhões de sobras. Outros produtos são o algodão, o trigo, o álcool, o feijão e o café. (ZYLBERSZTAJN et al, 1996, p. 5)

¹⁷⁷ Os dados da Cooperativa Agroindustrial COAMO entre 1997 a 2000 mostram que, mesmo assim, na COAMO, houve expansão moderada dos indicadores econômicos que compõe a base de suas receitas. Nesse período, o setor com maior percentual de participação financeira em suas receitas fora a venda de produtos agrícolas. (FARIAS, 2015, p.192).

Em um estudo de caso, realizado em 1996 pelo Programa de Estudos e Negócios do Sistema Agroindustrial (PENSA) – vinculado diretamente a ABAG¹⁷⁸ - Zylbersztajn et al. (1996) colocaram como pistas futuras sobre a COAMO, que a industrialização ganharia força nos anos seguintes na cooperativa, onde a mesma atuaria/fortaleceria as marcas próprias com produtos voltados para a indústria alimentícia. De fato, a pista levantada pelos autores veio a ocorrer na virada do século XXI, que por diversos fatores do cenário nacional (especialmente o retorno do crédito as cooperativas, como veremos com mais detalhes no capítulo seguinte) e internacional (associado aos preços favoráveis das *commodities* e demandas do complexo soja), a COAMO veio a intensificar ainda mais a industrialização com gradativa expansão de suas bases industriais¹⁷⁹, com a industrialização passando a ocupar maior representatividade nas receitas globais da COAMO de 2003 a 2011, seguido das receitas de produtos *in natura* e da vendas dos insumos atrelados as culturas agrícolas (especialmente soja) conforme Figura 23.

Contudo chamamos a atenção que durante estes anos, os alimentos industrializados destinados diretamente ao consumidor (óleo de soja refinado, margarinas, gorduras vegetais, café torrado e moído e farinhas de trigo) não chegou ao patamar de 11% de receitas, perante as receitas globais da COAMO¹⁸⁰. Ao contrário, como vimos na seção anterior, a industrialização da cooperativa está centrada na estratégia de comoditização e internacionalização.

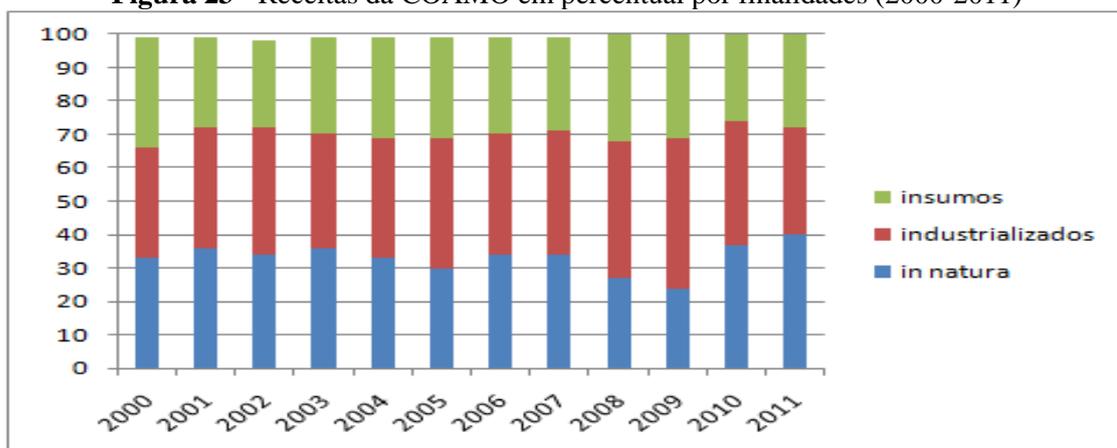
¹⁷⁸ Sobre o PENSA e sua função de intelectual orgânico do agronegócio, ver PINTO (2010).

¹⁷⁹ As vendas de produtos agrícolas e a venda de insumos continuam sendo importantes, contudo, houve a substituição, como setor mais importante na renda financeira, por novos e “estratégicos segmentos da agroindústria” que concentram os esforços nos setores industriais à jusante em junção com o capital financeiro (GONÇALVES, 2005).

Em 2000, inauguração da fábrica de margarina. Em 2009, houve ampliação da estrutura vertical e horizontal da COAMO Agroindustrial tais como: inauguração da indústria de torrefação de café, lançamento da margarina COAMO sob nova embalagem (potes e saches) e da indústria de fiação de algodão; lançamento do café *sollus* torrado e moído;

¹⁸⁰ Em 2002, os alimentos COAMO representaram uma receita de 7,9% perante as receitas globais do ano. Em 2007, os alimentos COAMO representaram uma receita de 8,3% perante as receitas globais do ano.

Em 2012, os alimentos COAMO representaram uma receita de 10,2% perante as receitas globais do ano. Em 2014, os alimentos COAMO representaram uma receita de 8,8% perante as receitas globais do ano.

Figura 23 - Receitas da COAMO em percentual por finalidades (2000-2011)

Fonte: Elaborado pelo autor, com base nos dados dos demonstrativos financeiros da COAMO (2000 a 2011)

Por fim, Farias (2015) discorre que os investimentos da base industrial na COAMO e sua respectiva ampliação das receitas proveniente desse setor sobretudo a partir do séc. XXI, se deram mediante maior captação de recursos financeiros (necessidade do crédito). Neste sentido procuremos no capítulo seguinte, analisar em linhas gerais, quais foram às estratégias de financiamento de capital, seja com fontes de terceiros ou fontes próprias que a possibilitam construir tal pujança.

4.5 Aspectos conclusivos do capítulo

Vimos ao longo do capítulo, que a COAMO desde seu início, se embasou numa estratégia de crescimento visando o mercado externo, e para isso especializou-se em poucos produtos, associados a políticas rigorosas de baixar custos e ampliar cada vez mais o volume de produtos recebidos. Para isso, a cooperativa utilizou de agressiva expansão horizontal/territorialização assumindo a estrutura e parte dos associados de cooperativas em processo de quebra/liquidação.

Ademais, a COAMO optou claramente por verticalizar sua atuação em vistas do mercado internacional, destino principal da soja colhida no Brasil. Essa estratégia buscou se apropriar dos ganhos obtidos com variações cambiais, bem como do acesso a mercados e, possivelmente, de condições financeiras favoráveis obtidas internacionalmente. Para isso criou trading própria, sediada em conhecido paraíso fiscal (o que nos permite colocar uma interrogação acerca de possíveis ganhos com sonegação fiscal), de forma a se tornar

independente das grandes *trading companies*. A julgar pelos dados econômico-financeiros da cooperativa, foi plenamente sucedida em seu intento.

Salienta-se também que por mais que a industrialização da cooperativa esteja concentrada na internacionalização e comoditização, percebe-se que a partir da década de 2000, a cooperativa vem fazendo um movimento no sentido de reduzir sua dependência do mercado externo e aumentar a margem dos produtos comercializados, através da industrialização e criação de marcas com venda aos consumidores finais. Essa inflexão pode ainda não ser o foco e dominante, mas já é clara. Os produtos COAMO já são reconhecidos pelos consumidores internos (por exemplo, pesquisas recentes indicam 3a posição como marca mais lembrada para óleos e margarinas).

No tocante à propalada eficiência econômica da COAMO, além dos fatores descritos durante o capítulo, ressaltamos o controle draconiano da cooperativa sobre a produção dos cooperados e em sua fidelidade à mesma, aliada a uma estrita vigilância e disciplina laboral sobre seus assalariados, e a um programa de metas audacioso e crescente visando melhorias estruturais em sua posição competitiva. A título de exemplo, esta possui um programa persistente de pesquisa e difusão tecnológica (herança dos tempos de ligação com a ACARPA/EMATER) possibilitando permanente elevação da produtividade e controle de custos de produção, assegurando margens e competitividade.

5 ESTRATÉGIAS DE ACUMULAÇÃO DE CAPITAL DA COAMO

Este capítulo reforça a tese segundo a qual, no processo da Revolução Verde, a necessidade do crédito foi colocada como axioma fundamental para a criação, manutenção e alavancagem da taxa média de lucro da produção agrícola. Neste sentido, analisamos o processo de acumulação de capital da COAMO e suas respectivas estratégias de financiamento, através de capital de terceiros e via capital próprio.

Procuraremos através do método, analisar detalhadamente quais foram as estratégias de financiamento de capital da COAMO ao longo das décadas, quais foram as mais importantes, quais contradições emergiram etc. que permitiram criar e solidificar o seu processo de territorialização e construir tal pujança econômica-política. A metodologia adotada no capítulo baseou-se especialmente nos documentos oficiais da base de dados da OCEPAR, demonstrativos financeiros da cooperativa e outras fontes bibliográficas.

5.1 Acumulação de capital via agências financeiras

Permeado transversalmente por toda a dissertação, e nesta seção com mais fôlego de análise, enfatizamos que o papel do Estado para a constituição e desenvolvimento das cooperativas agrícolas, através da concessão de volume de crédito por finalidade e a taxas reais negativas, além de outras condições favoráveis de financiamentos (prazos e carências elásticas) constituíram no principal mecanismo dos interesses agroindustriais/cooperativas e da política estatal a partir da década de 60¹⁸¹.

Por meio dessa política expansionista, cresceu rapidamente a demanda por insumos modernos, criando-se um espaço de mercado para consolidação do chamado Complexo Agroindustrial (DELGADO, 1985)¹⁸². Vale salientar que todo esse conjunto de ações configurou um crescente domínio financeiro e estatal (bancado por financiamentos do Banco do Brasil e demais bancos oficiais, com participação muito pequena do sistema bancário

¹⁸¹A evolução do cooperativismo agropecuário brasileiro entre as décadas de 1950 e 1970 teria sido completamente diferente na ausência do forte amparo fornecido pelo Estado ao setor. Na opinião de Schneider (1991), sem o apoio legal, técnico e financeiro do Estado, principalmente no período de implantação das cooperativas, o seu surgimento não teria sido possível. (ALVES, 2003, p.29).

¹⁸² Em 1980, enquanto a inflação anual era de 110%, a taxa de juros cobradas das cooperativas era de 45%, ou seja, a taxa real paga pelas empresas era subsidiada em 65%. Conforme Benetti (1985), o dinheiro era repassado às cooperativas com taxa de juros que após a correção monetária, ficavam abaixo da inflação, portanto, não havia custo real para as empresas.

privado) que regulavam e davam condições à formação de renda no setor, especialmente para as cooperativas.

Nesse sentido, afirmamos que o capitalismo mundializado¹⁸³, inseriu de forma plena a agricultura na lógica da financeirização, onde a condicionante mais relevante era a exigência de crédito para sua manutenção e o resultado esperado passa a ser a rentabilidade do capital financeiro.

Para tanto, no Brasil em 1965 foi criado o Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), que visava estruturar um sistema bancário unificado e sob controle central, e na agricultura visava unificar e em certo sentido ampliar o acesso ao crédito a todo o país. Para assegurar o aumento da produção agrícola e viabilizar o processo de substituição de importações industriais, o Estado ditatorial buscou repassar recursos com juros subsidiados aos produtores e/ou cooperativas dispostas a aderir ao novo padrão técnico da Revolução Verde (DELGADO, 1985; PADILHA, 2014). A título de exemplo, a relevância que assume o crédito rural no financiamento das atividades agrícolas pode ser indicada pela intensidade de crescimento dos empréstimos bancários no período de 1969-76 que atinge a média de 23,8% ao ano de crescimento real (DELGADO, 1985).¹⁸⁴

Benetti (1992) e Padilha (2014) mencionam que a partir da concessão dos financiamentos estatais que tinham por finalidade¹⁸⁵ suportar o capital de giro (custeio e comercialização) e o investimento das cooperativas agrícolas, estas puderam fornecer condições para a atividade agrícola dos cooperados e conseqüentemente fortalecer suas estruturas para maior recebimento dos produtos.

Foi na década de 1970, que o crédito rural atingiu o ponto culminante no Brasil, onde foram disponibilizados durante a década R\$ 875 bilhões, sendo que em 1979 houve o maior

¹⁸³ Ver Chesnais (1996)

¹⁸⁴ O crédito oficial era repassado às cooperativas pelo Banco do Brasil, BNDE, BRDE e BNCC. As taxas de juros eram subsidiadas, ou seja, os custos reais eram negativos. O subsídio era concedido da seguinte maneira: os valores dos juros pagos pelo empréstimo ficavam bem abaixo da taxa de inflação, a diferença entre eles é o subsídio. Em 1965 os subsídios chegaram a 65% para as cooperativas (BENETTI, 1992 apud PADILHA, 2014).

¹⁸⁵ O crédito para custeio tem como finalidade cobrir as despesas normais do ciclo produtivo de lavouras periódicas; O crédito para comercialização tem o objetivo de assegurar ao produtor rural ou a suas cooperativas os recursos necessários à comercialização de seus produtos no mercado; O crédito para investimentos financia tanto investimentos fixos quanto semifixos. Os recursos do crédito para investimentos também podem ser destinados a despesas com projetos ou plano (custeio e administração); à manutenção do beneficiário e de sua família (salvo quando se tratar de grande produtor); e ainda à recuperação ou reforma de máquinas, tratores, embarcações, veículos e equipamentos

valor registrado, cerca de R\$ 140 bilhões. Nos anos da década de 1970, as cooperativas agrícolas receberam R\$ 118,8 bilhões em crédito (PANZUTTI, 2008; PADILHA, 2014).

Um detalhe interessante apresentado por Padilha (2014), ancorado no estudo de Panzutti (2008), é que até o ano de 1974 houve no cenário nacional, um aumento gradativo de financiamento de custeio para as cooperativas agrícolas e por outro lado, financiamentos tímidos para investimento e comercialização. Complementando os recursos de custeio disponibilizados diretamente aos agricultores via Banco do Brasil, a COAMO, entretanto, utilizou-se até 1974 de financiamentos voltados quase que exclusivamente para investimento¹⁸⁶. Como vimos, logo no seu primeiro ano de vida (em 1971), a cooperativa contraiu um volumoso financiamento junto ao BRDE¹⁸⁷ de Cr\$ 675.861,00 (ou R\$ 1.805.017,82¹⁸⁸) para a construção do seu primeiro armazém, secadores, escritório e balança. No ano de 1973 houve o segundo financiamento junto ao BRDE, para a construção do segundo armazém graneleiro e um segundo armazém sementeiro. No ano de 1974, a COAMO dentre outros projetos, recebeu financiamentos liberados pelos bancos BRDE, BADEP, Banco do Brasil e Banco Nacional de Crédito Cooperativo (SETTI, 2010). Pode-se afirmar que os dois primeiros entrepostos da COAMO, em Mamborê e Engenheiro Beltrão criados em 1974, foram erguidos também através dos financiamentos da modalidade investimento citados acima.

Conforme a Figura 24 percebe-se que, do montante de Cr\$ 692.444,00 (ou R\$ 252.906,30¹⁸⁹) de financiamentos contraídos pela COAMO com terceiros, em 1979, tinham a seguinte distribuição em percentuais, de acordo com suas finalidades: 34% para custeio/repasso aos associados, 37% para capital de giro, 7 % para comercialização, 22% para investimento e 0% para aquisição de insumos.

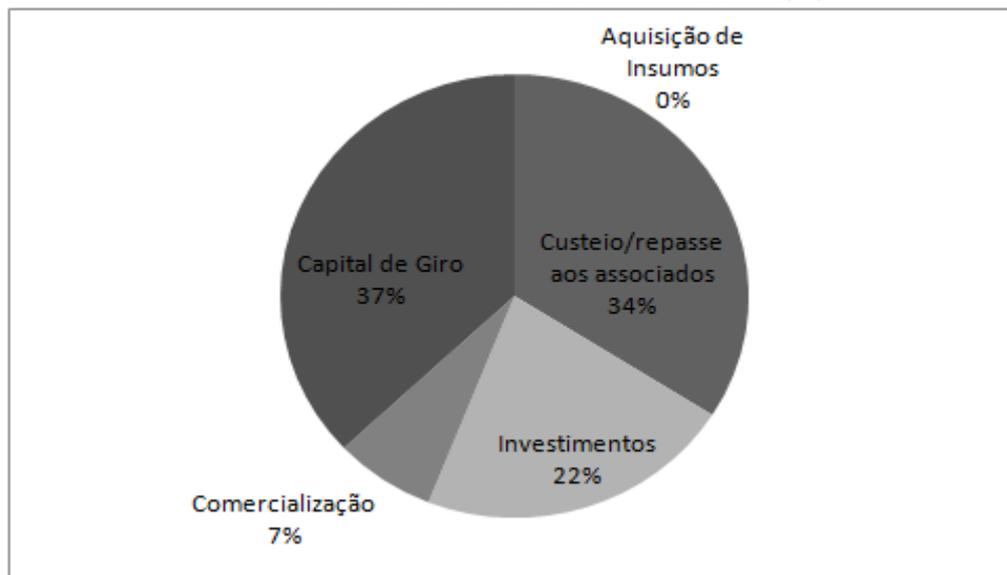
¹⁸⁶ Esta informação é corroborada pelo fato que apenas em 1976 a COAMO implantou o Crédito de Repasse para cooperados de até 140 hectares, através de convênio com o Banco do Brasil.

¹⁸⁷ A COAMO é cliente do BRDE desde 1971. Nos últimos 20 anos, o banco financiou mais de R\$ 500 milhões em projetos de ampliação da capacidade de armazenagem e expansão de indústrias da cooperativa. (PESSUTI, 2015)

¹⁸⁸ Atualizado pelo IGP-DI, para dezembro de 2015

¹⁸⁹ Atualizado pelo IGP-DI, para dezembro de 2015

Figura 24 - Financiamentos da COAMO contraídos com terceiros, em porcentagem, de acordo com as suas finalidades - Ano de 1979



Fonte: Elaborado pelo autor, com base nos dados cooperativistas da OCEPAR (1979)

Já na passagem da década de 1970 para a de 1980, os governos do regime militar brasileiro adotaram políticas¹⁹⁰ que esgotaram o “milagre econômico” gerando, em consequência, uma política macroeconômica pautada pela recessão, aumento de juros¹⁹¹, corte de gastos, que afetaram diretamente a agricultura. No cooperativismo agropecuário verificou-se um reflexo direto desta alteração¹⁹² (DELGADO, 1985; PADILHA, 2014).

A partir de 1981, o Brasil passou a sofrer constantes perdas das suas reservas internacionais devido à alta dos juros praticados no exterior. Hermann (2011 apud Gonçalves, 2012) descreve que a “moratória do México a partir de 1982, elevou ainda mais o risco de crédito já considerado alto para os países endividados, como o Brasil, o que não atraía capital suficiente para cobrir as novas despesas”. Tal contexto, segundo o autor, fez com que na

¹⁹⁰ Nos anos oitenta a economia brasileira entrou em recessão interna, conhecida como “Crise da Dívida”. A crise foi acentuada, pois coincidiu com a recessão no plano internacional. Isso provocou uma reestruturação na atuação do Estado, havendo diminuição dos recursos para a política de crédito oficial. (PADILHA, 2014, p.48).

¹⁹¹ O governo restringiu a oferta monetária (com uma liquidez limitada) e elevou as taxas reais de juros (entre 40% a 45% ao ano). Observa-se uma redução da produção das empresas com o intuito de reduzir estoques dispendiosos, além de uma queda dos investimentos privados e das estatais. A taxa de juros passou de 77,2% para 110,2% ao ano entre 1979 e 1980, reduzindo os subsídios implícitos nos empréstimos rurais (FISHLOW, 1986 apud GONÇALVES, 2012).

¹⁹² Devido à falta de uma estrutura organizacional bem preparada, as cooperativas acabam enfrentando grandes dificuldades econômicas no decorrer da década de 1980 e no início da década de 1990.

década de 1980 o Brasil passasse a se tornar consideravelmente dependente dos empréstimos do Fundo Monetário Internacional¹⁹³.

Neste sentido, Alves (2003) enfatiza que o rápido crescimento ao longo dos anos 1970 dos ativos das cooperativas agrícolas, deu-se sob o uso intensivo de capital de terceiros. O autor ressalta que parte significativa deste capital de terceiros era composta por recursos onerosos (citados acima), “muitas vezes contratados no exterior a taxas de juros flutuantes”. A elevação das taxas de juros interna e externa bem como as duas máximas desvalorizações cambiais ocorridas em 1979 e 1983 elevaram fortemente as despesas financeiras das cooperativas endividadas, levando várias delas à situação de insolvência¹⁹⁴.

Neste cenário, os valores do crédito rural para as cooperativas começaram a diminuir consideravelmente na década de 1980 (PANZUTTI, 2008). É exatamente em 1986¹⁹⁵ que as cooperativas atingiram o menor percentual de recursos do SNCR, decrescendo 40,3% em relação a 1980. (PADILHA, 2014). Segundo Padilha (2014, p.47) “em 1980 os recursos do crédito rural eram de R\$ 133,8 bilhões, caindo em 1989 para R\$ 56 bilhões”.

Neste cenário de recessão de crédito das cooperativas agrícolas, conforme Figura 25, percebe-se que a COAMO contraiu contínuos débitos com instituições financeiras, alocando expressivos percentuais para a finalidade comercialização. O que reforça a tese de que a cooperativa fortaleceu durante as décadas o seu capital fixo, seja através de capital próprio,

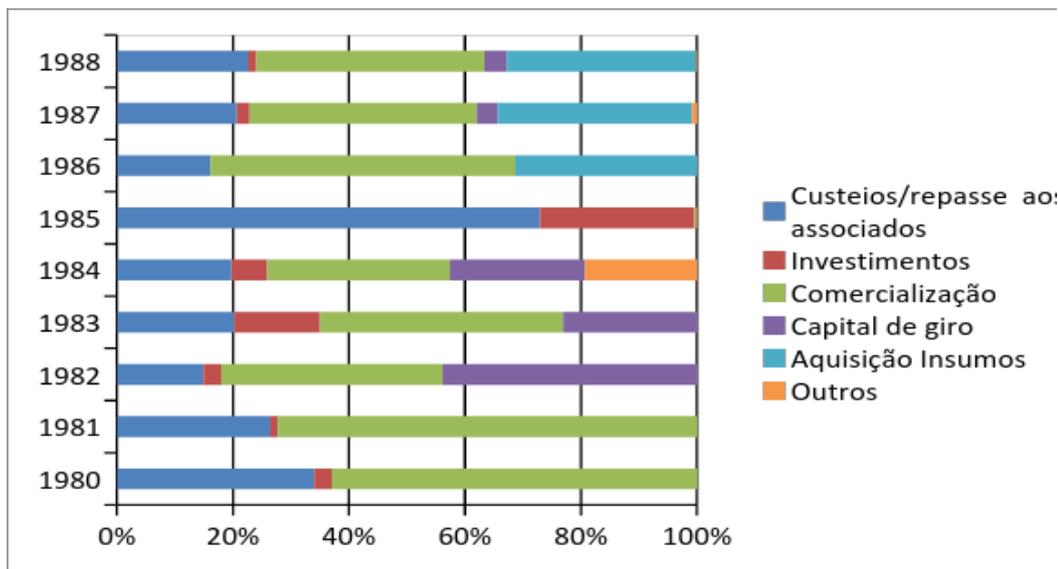
¹⁹³ As experiências frustradas de ajuste externo do período de 1979-84 refletiram uma característica do desequilíbrio externo brasileiro negligenciada no modelo de ajuste recessivo: o fato de que grande parte do aumento do déficit em conta corrente a partir de 1979 – e quase a totalidade desse aumento a partir de 1981 – refletia o crescimento exógeno dos encargos da dívida externa, explicado pelos elevados juros internacionais. O mesmo ocorria com as contas públicas nesse período: o aumento do superávit primário e a redução do déficit operacional nos primeiros anos da década de 1980 não foram acompanhados de redução do déficit nominal (e, portanto, da dívida do setor público) porque os encargos financeiros da dívida subiam, devido a correção monetária e cambial.

¹⁹⁴ Alves (2003), Benetti (1985), Gimenes et.al. (2008), Bialoskorski Neto (1998) consideram que um dos problemas da crise das cooperativas no Brasil foi exatamente devido ao uso intensivo de recursos/financiamentos de terceiros. “O financiamento do processo de expansão das cooperativas foi realizado preferencialmente com recursos de terceiros, muitas vezes contratados no exterior com taxas de juros internas e externas flutuantes. Com a elevação das taxas de juros e a desvalorização cambial, o encargo financeiro gerado pelo endividamento levou algumas cooperativas, em um primeiro momento, a enfrentarem graves crises de liquidez e, em alguns, casos até situações de insolvência e liquidação, já que esse tipo de sociedade não está sujeita à legislação pertinente aos processos de falência”. (GIMENES, 2008, p.132).

¹⁹⁵ Nos últimos meses de 1986, as taxas mensais de inflação voltaram a patamares elevados, as taxas de juros aumentaram, e as regras de atualização dos saldos devedores dos empréstimos agrícolas foram alteradas, fazendo com que os empréstimos contratados pelos agricultores para financiar aqueles investimentos se tornassem onerosos, enquanto os preços por eles recebidos por seus produtos encontravam-se deprimidos em razão da super safra interna e da importação de alguns produtos (ALVES, 2003, p.35).

como de capital de terceiros. Tal fato contribuiu na explicação da agressiva territorialização da COAMO e conseqüentemente do aumento da base de cooperados durante a década de 1980 (conforme vimos no capítulo 2). Neste período a COAMO construiu/incorporou/adquiriu 17 entrepostos nos Estados do Paraná e Santa Catarina, possibilitando aumentar a capilaridade de grãos recebidos.

Figura 25—Débitos da COAMO com instituições financeiras, em porcentagem, de acordo com as suas finalidades (1980-1988)

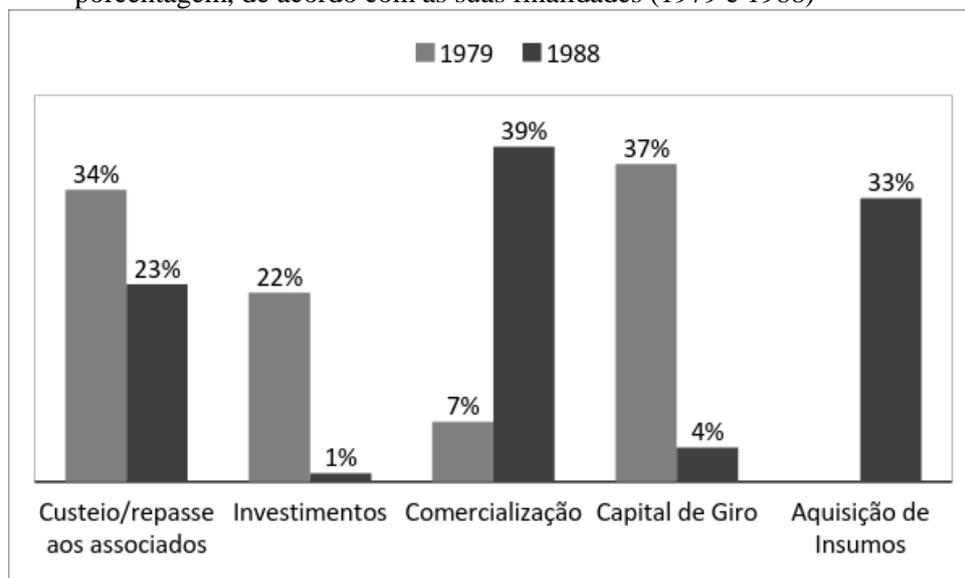


Fonte: Elaborado pelo autor, com base nos dados cooperativistas da OCEPAR (1980 a 1988)

No comparativo dos financiamentos contraídos com terceiros pela COAMO nos anos de 1979 e 1988, percebe-se conforme Figura 26, que:

- Houve redução de 11% de financiamentos contraídos para a finalidade de custeio/repasse aos associados;
- Houve redução drástica, chegando a 1% de financiamentos contraídos para a finalidade investimentos;
- Houve um aumento significativo de financiamentos contraídos para a finalidade de comercialização, aumentando entorno de 32%.
- Houve uma redução drástica, chegando a 4% de financiamentos contraídos para a finalidade de capital de giro;
- Houve um aumento elevado, de 33% de financiamentos contraídos para a finalidade aquisição de insumos.

Figura 26 - Comparativo dos financiamentos da COAMO contraídos com terceiros, em porcentagem, de acordo com as suas finalidades (1979 e 1988)



Fonte: Elaborado pelo autor, com base nos dados cooperativistas da OCEPAR (1979 e 1988)

Tendo em vista as pressões macroeconômicas (e também os planos de estabilização) advindas da década de 80, e intensificadas pelas medidas neoliberais na década de 1990¹⁹⁶, o Brasil se viu:

Assolado pela ideologia neoliberal, onde o Governo brasileiro começou a efetuar a desmontagem dos aparatos estatais¹⁹⁷ que permitiram exercer políticas públicas ativas desde o início dos anos 1970. O sistema nacional de extensão rural é fortemente golpeado. As instituições de pesquisa são gradativamente asfixiadas. Privatizam-se e desmontam-se as unidades de armazenagem e a política de garantia de preços mínimos encolhe e passa a ser pautada pelos preços do mercado internacional. (CHRISTOFFOLI, 2012, p.25).

¹⁹⁶ O primeiro mandato do governo de Fernando Henrique Cardoso (1995 a 1998) foi marcado por consequências que surgiram com a implantação do Plano Real. As principais medidas que afetaram o setor agrícola foram às altas taxas de juros, a valorização da taxa de câmbio e a liberalização da importação. Os gastos públicos com o setor também foram reduzidos. No período de 1980 a 1984, os gastos com a Função Agricultura correspondiam a 5,75% do Orçamento Geral da União (OGU) e passou para 5,55% no período de 1985 a 1989, 2,39% no período de 1990 a 1994 e para 2,11% no período de 1995 a 1999 (BITTENCOURT, 2003 apud RODRIGUES; SONAGLIO, s.d.).

¹⁹⁷ Além do crédito oficial, foram eliminadas outras políticas de incentivos ao setor, como: o EGF (Empréstimos do Governo Federal) e AGF (Aquisições do Governo Federal) e o PGPM (Programa de Garantia de Preços Mínimos). Este distanciamento do Estado prejudicou a atividade agropecuária gerando dificuldades principalmente para as cooperativas, pois o setor passou a competir abertamente com empresas privadas por crédito, pela coleta da produção, venda de insumos e produtos (PADILHA, 2014, p.49).

Outro fator que prejudicou a capitalização das cooperativas foi a extinção do BNCC (Banco Nacional de Crédito Cooperativo) em 1990. O BNCC foi um importante agente no financiamento das cooperativas durante as décadas de 1970 e 1980.

É durante os anos de 1990 que a crise do crédito rural ficou bastante explícita. Segundo Padilha (2014, p.48) “no acumulado dessa década foram aplicados no financiamento rural R\$ 320 bilhões, apenas 36% do que foi aplicado nos anos oitenta”. Conforme o estudo de Panzuti (2008), citado por Padilha (2014) as cooperativas agrícolas, nos anos 1990 tiveram uma queda de recebimento de crédito ainda maior¹⁹⁸. Nesta década foram aplicados nas cooperativas agrícolas cerca de R\$ 32,1 bilhões, uma queda de 73% com relação aos anos setenta e 70,6% comparada aos anos oitenta. Em 1995 foi registrado o menor valor no financiamento para as cooperativas agrícolas, apenas R\$ 1,6 bilhão (PADILHA, 2014).

Neste cenário, observa-se que no início da década de 1980, na medida em que o Estado se retira do protagonismo de tais políticas creditícias, as necessidades de capital de giro/comercialização/investimento/etc., para os produtores agrícolas individuais ou organizados em cooperativas, tenderam a crescer¹⁹⁹. Para Delgado (1985) a crise de crédito não foi conjuntural e sua superação não levaria à reversão da forma de financiamento rural que vigorou com relativo sucesso até o final da década de 70. Tal constatação do autor vai de encontro a Gonçalves (2005) e Silva e Lapo (200.) onde entendem que o Estado começa a se desvencilhar dessa política financeira e apontam substancialmente para o sistema de crédito privado²⁰⁰ (aqui também as cooperativas de crédito²⁰¹).

Amparados nos fatos e autores mencionados acima, compreendemos que na medida em que o que Estado-financiador e suas agências chegaram no ‘esgotamento’ do padrão de financiamento agrícola e se retiraram do protagonismo da estratégia de curto prazo da política de crédito rural brasileira, sedimentaram as bases para que a agricultura “moderna” pudesse ser instaurada e agora mediada pelos bancos (especialmente privados) numa lógica de financiamento da produção agropecuária com base no mercado financeiro.

Conforme Figura 27, compreendemos que os financiamentos acumulados contraídos pela COAMO perante as agências financeiras nesta década, tiveram pouquíssimos percentuais

¹⁹⁸ Essa diminuição dos valores esteve atrelada às políticas de aumento dos juros e corte de crédito, promovidos acentuadamente durante o Plano Real.

¹⁹⁹ Tal afirmação é embasada, pois quanto mais “modernizada ou capitalista seja esta agricultura, quanto mais longo esse período, ou mais intensa a necessidade de aplicar insumos e outros meios de produção não naturais na produção agrícola, maiores as necessidades de financiar este capital de trabalho”. (DELGADO, 1985, p.119).

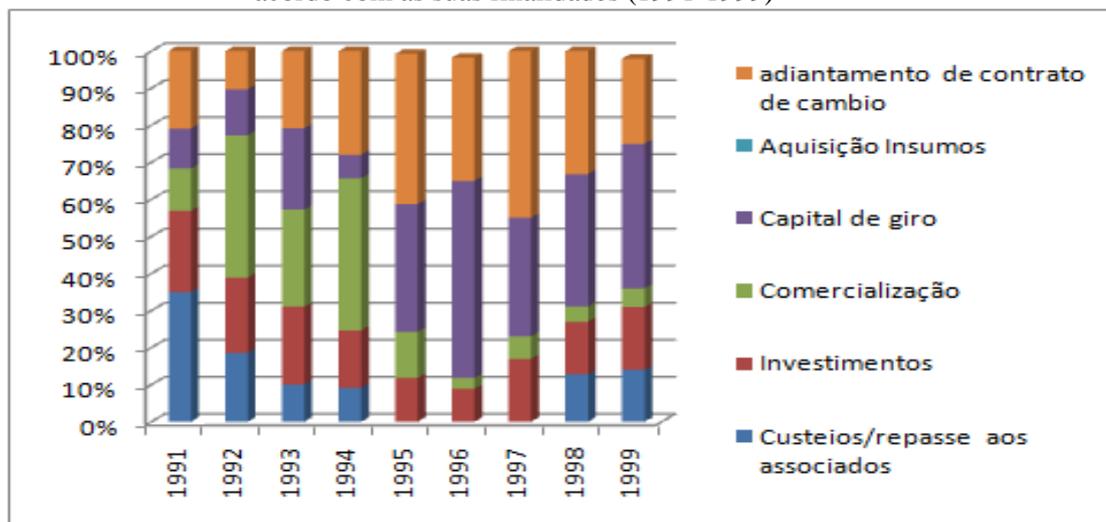
²⁰⁰ A partir da segunda metade da década de 1990, a participação dos bancos privados no repasse de crédito rural aumentou significativamente. Em 1995, o repasse dos bancos privados representava 12,3% do total de crédito bancário agropecuário, contra 87,7% de repasse dos bancos públicos. (SILVA; LAPO, p.5).

²⁰¹ A exemplo da CREDICOAMO, criada em 1989.

de destinação para a finalidade custeio e repasse (entre 1995 a 1997 teve 0% para esta modalidade). Os financiamentos para as finalidades investimento e comercialização tiveram participação considerável e seguiram um padrão constante até 1993, caindo consideravelmente a partir de 1994. Por outro lado, o financiamento para a finalidade capital de giro teve crescimento considerável a partir de 1995. Chamamos a atenção que, durante esta década, a modalidade Adiantamento de Contrato de Câmbio (ACC) ²⁰², foi constante nos financiamentos contraídos. Destaca-se que nos anos de 1995 e 1997, este financiamento obteve os maiores percentuais de representatividade. Nota-se que a ACC tem por objetivo incentivar as exportações, o seu funcionamento se dá da seguinte forma:

A cooperativa realizava uma promessa de exportação de grão ao mercado internacional e obtinha o direito de realizar uma ACC no valor da operação. Ocorria a antecipação para a cooperativa dos valores negociados, feita por um banco doméstico. Depois de realizada a operação de venda o importador pagava a cooperativa e esta transferia para o banco doméstico que havia antecipado os recursos. (BENETTI, 1985 apud PADILHA, 2014, p.61).

Figura 27–Débitos da COAMO com instituições financeiras, em porcentagem, de acordo com as suas finalidades (1991-1999)



Fonte: Elaborado pelo autor, com base nos dados de Rocha (1999) e nos demonstrativos financeiros da COAMO (1998 e 1999)

Se na “década de noventa [os recursos do crédito rural] somaram apenas R\$ 319 bilhões, 36,4% do que foi nos anos setenta e 35,9% com relação aos anos oitenta”, o volume

²⁰² As condições de financiamento junto a instituições internacionais eram atrativas devido a alta liquidez do mercado financeiro e juros baixos. O governo levava uma política cambial que tornava atrativa a contratação de débitos no exterior e criava instrumentos de captação de recursos, como as ACCs (Antecipação de Contrato de Câmbio) e a Resolução nº 63. Isso contribuiu para a capitalização com base em empréstimos. (BENETTI, 1985 apud PADILHA, 2014)

de recursos voltou a crescer nos anos 2000, tornando-se novamente o fator de impulso ao desenvolvimento do cooperativismo agrícola (PADILHA, 2014, p. 94; RODRIGUES; SONAGLIO, 200.).

A pesquisa detalhada de Padilha (2014) demonstra que os recursos do crédito rural repassados às cooperativas agrícolas aumentaram consideravelmente na década de 2000. Segundo o autor, a somatória entre 2000 e 2010 destinada às cooperativas agrícolas foi de R\$ 73,2 bilhões, o que equivale a 12% do crédito total. Com relação à década anterior houve um crescimento de 93%. Sobre o recebimento destes recursos, o Sul é o principal tomador (na média dos anos, a região corresponde a 55% do total), sendo o Paraná, o Estado que mais recebeu recursos durante a década (32% do total).

Desta evolução dos recursos destinados as cooperativas agrícolas destacam-se a importância dos financiamentos sequenciais que a COAMO adquiriu via o Programa de Desenvolvimento Cooperativo para Agregação de Valor à Produção Agropecuária (PRODECOOP) desde 2002²⁰³. Este programa vem sendo de extrema importância para a capitalização (eixo de acumulação) e continuidade da expansão da COAMO²⁰⁴.

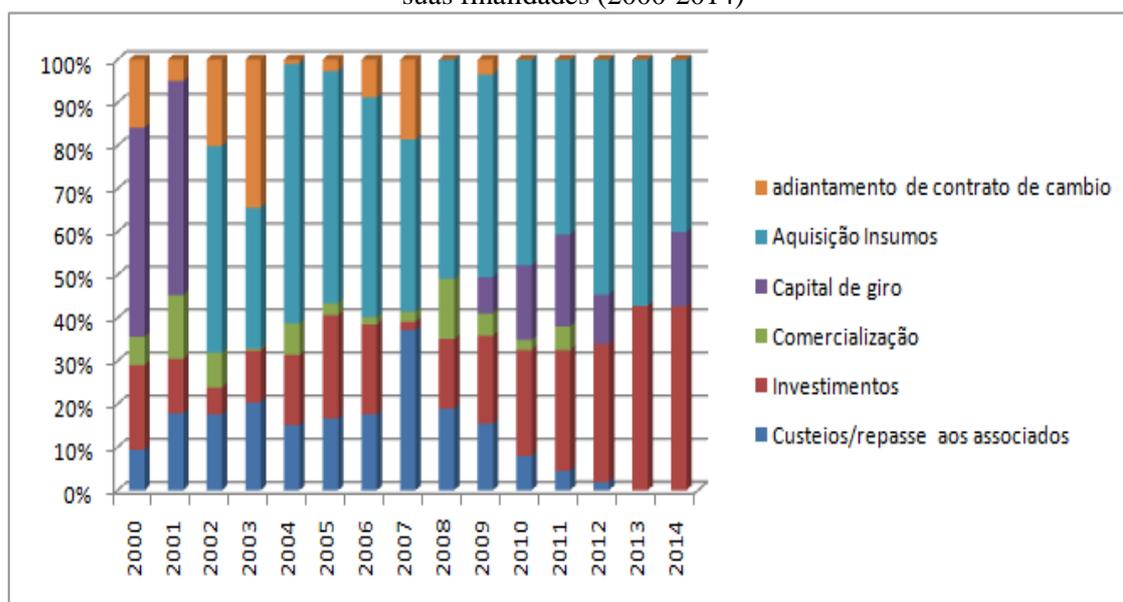
²⁰³ Para nós, o contexto brasileiro de fortalecimento do segmento agroindustrial (através especialmente do Prodecoop) foi fator importante para que em 2003, a COAMO realizasse uma “reforma estatutária com alteração da razão social, passando a denominar-se COAMO Agroindustrial Cooperativa”. (COAMO, 2003)

²⁰⁴ Notícia de 2002: A COAMO foi a primeira cooperativa do Paraná a obter o financiamento do Programa de Desenvolvimento Cooperativo para Agregação de Valor à Produção Agropecuária (PRODECOOP), ainda em Dezembro de 2002, no montante de R\$ 5,5 milhões, para melhorar e ampliar o setor de armazenagem e as indústrias. (SETTI, 2011).

Notícia de 2005 - A diretoria do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) aprovou financiamento de R\$ 20 milhões à COAMO Agroindustrial Cooperativa, no âmbito do Programa de Desenvolvimento Cooperativo para Agregação de Valor à Produção Agropecuária (Prodecoop). A operação destina-se à implantação, expansão e modernização de 20 unidades para armazenagem de produtos agrícolas em municípios do Paraná e Santa Catarina. (PAGINA RURAL, 2005). Notícia de 2006 - A diretoria do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) aprovou financiamento de R\$ 9,6 milhões à COAMO Agroindustrial Cooperativa, no âmbito do Programa de Desenvolvimento Cooperativo para Agregação de Valor à Produção Agropecuária (Prodecoop). O investimento total será de R\$ 13,8 milhões, e a COAMO aplicará cerca de R\$ 4,2 milhões com recursos próprios. A operação destina-se à ampliação da armazenagem de produtos agrícolas e ao aumento da capacidade de desembarque e de beneficiamento de cereais em sete municípios paranaenses, além da modernização da caldeira de alta pressão que produz energia na unidade de Campo Mourão, também no Paraná. (BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL, 2007). Notícia de 2009 - Durante visita é assinado contrato do Prodecoop para investimentos de R\$ 70 milhões nas áreas industriais e operacionais da cooperativa (COAMO, 2010). Notícia de 2015 - O investimento será feito com financiamento do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE). O projeto inclui melhoria da capacidade de secagem, modernização das moegas e instalação de tombadores para caminhões grandes (PARANÁ, 2015).

Neste cenário, conforme Figura 28, percebe-se que a COAMO detinha os seguintes percentuais nos débitos perante as agências financeiras entre os anos de 2000 a 2014. Observa-se que a modalidade ACC que, durante a década de 1990 tinha participações constantes nos financiamentos contraídos com as agências financeiras, perde sua importância a partir de 2008. Concomitantemente vale destacar o aumento significativo, a partir de 2002, de financiamentos para a modalidade aquisição de insumos e da constante e importante modalidade de investimento.

Figura 28 – Débitos da COAMO com instituições financeiras, em porcentagem, de acordo com as suas finalidades (2000-2014)



Fonte: Elaborado pelo autor, com base nos dados das demonstrações financeiras da COAMO (2000-2014)

Por fim, a partir dos demonstrativos financeiros da COAMO, percebem-se crescentes financiamentos com terceiros ao longo dos anos, acentuando-se a partir de 2002. A título de exemplo em 2002 a cooperativa apresentava o débito de R\$ 452.987.962,00 com as agências financeiras, já em 2014 este débito praticamente quadruplicou, alcançando R\$ 1.767.539.000,00.

A partir dos mesmos demonstrativos financeiros e utilizando-se do cálculo do índice da Participação de Capital de Terceiros (PCT)²⁰⁵, observa-se a dependência da COAMO em relação aos recursos de terceiro, onde se tem que: no ano de 2000, para cada R\$ 100,00 de

²⁰⁵ Para maiores detalhes do cálculo, ver: (TELES,2003).

capital próprio, a cooperativa utilizava R\$ 97,00 de recursos de terceiros. Já a partir de 2009 (exceto nos anos de 2010 e 2012), a cooperativa utilizou crescentes recursos de terceiros. A título de exemplo em 2014, a COAMO para cada R\$ 100,00 de capital próprio, utilizava R\$ 123,00 de recursos de terceiros.

Veremos na seção seguinte, que a formação do capital próprio (com a ínfima participação do capital social dos cooperados e da importante/crescente capitalização nos fundos obrigatórios e estatutários) não são o eixo de financiamento principal da cooperativa. Dessa forma, constatamos que os recursos que a COAMO adquiriu com terceiros²⁰⁶ através das agências financeiras é a principal fonte de financiamento para o desenvolvimento e acúmulo de capital.

5.2 Acumulação de capital via formação de capital social e fundos legais e estatutários

Ainda que tenhamos concluído na seção anterior que a COAMO depende do capital de terceiros para seu crescimento e mesmo para seu funcionamento básico operacional, é importante ressaltar sua estrita disciplina financeira no sentido de alavancar recursos próprios. A forma como isso se dá será analisada nessa seção.

As cooperativas agrícolas têm duas formas de capitalização própria: a) integralização das quotas partes dos cooperados no capital social e b) pela retenção das sobras ao final do exercício, destinada aos fundos legais e estatutários da cooperativa (BENETTI, 1985).

Sobre a primeira estratégia, destacamos que a formação do capital social da COAMO em 1970, se deu com a subscrição de quotas-partes de 79 cooperados (que como vimos todos eram proprietários de terra), no montante de Cr\$ 37.540,00 (ou R\$ 48.063,13²⁰⁷). No ano seguinte, com a inserção de 74 novos membros na base de cooperados (saltando para 153 cooperados), a cooperativa subscreveu Cr\$ 226.730,57 (ou R\$ 239.225,35²⁰⁸). Em 1972, a

²⁰⁶ Cabe salientar que a estrutura de capital [da COAMO] está formada em grande parte por capital de terceiros, principalmente de curto prazo, demonstrando uma situação de alerta, pois os endividamentos de longo prazo demonstram-se mais favoráveis à saúde de uma organização. A Cooperativa Agroindustrial COAMO demonstrou aumento gradativo nas imobilizações de patrimônio líquido, em que o índice atingiu 37,63% [em 2014 alcançou 50%] de imobilizações. Este índice pode evidenciar também, a existência ou não de dependência de capitais de terceiros para financiar o ativo circulante em razão das imobilizações efetuadas. (ROSSINI, et.al. 2013, p.187).

²⁰⁷ Atualizado pelo IPC-SP, para dezembro de 2015

²⁰⁸ Atualizado pelo IPC-SP, para dezembro de 2015

cooperativa já contava com 529 cooperados, e teve um aumento de 73,63% no capital subscrito.

Em linhas gerais, como vimos no capítulo 2, de 1970 até meados de 1980, conforme salientou o entrevistado XYZ05 “a COAMO pegava sócios de 3 alqueires, tudo que aparecia” e o cooperado para entrar fazia um cadastro e integralizava uma “jóia de 100 mil cruzeiros” na cooperativa²⁰⁹. Ou seja, tipicamente uma estratégia que incluía aceitar micro proprietários. Já entre 1988 e 1997, houve uma completa inflexão na estratégia da cooperativa, voltando-se para e pela média e grande burguesia agrária, priorizando agricultores com áreas maiores de 50 ha, onde a ampliação e/ou concentração de terra eram exigências para a produção dos novos cultivos agrícolas (especialmente a soja). Para os cooperados com áreas menores, a palavra de ordem era a **exclusão**, muitas vezes sem indenização alguma.

Eles [diretoria da COAMO] te falavam: A COAMO te convidava a se retirar do quadro de associado da cooperativa, porque hoje a COAMO não tem interesse no seu perfil de associado! [...] Assim a cooperativa começou a cortar os pequenos produtores [...] não tinham mais necessidade, não davam futuro a COAMO [...] produtores de 2 alqueires a 5 alqueires já não tinha mais valor. Esse corte foi em toda região que a COAMO abrangesse. (XZY05, 2015).

O entrevistado discorre que, na assembleia do final do ano de xxxx, foi convidado, juntamente com mais 12 cooperados, para uma reunião. Nesta, a direção foi enfática:

quero comunicar a vocês, que a cooperativa está se modernizando, está se modificando, então como vocês entregam muito pouco produtos, não estão entregando razoavelmente, não entregam exclusivamente a cooperativa, vocês vão deixar de ser cooperados. A partir de hoje o nome de vocês estarão sendo excluídos do cadastro de cooperados. (ZXY05, 2015).

Chamamos a atenção que, no caso descrito acima, segundo o entrevistado, ao serem convidados a se retirarem da COAMO (leia-se expulsos) “nenhum deles receberam as jóias (quotas-partes)”. Tais fatos nos permitem afirmar que, ao menos parcialmente²¹⁰, a explicação

²⁰⁹ “os cooperados assinavam um documento, que avalizava a COAMO, tirava a certidão da propriedade e levava na cooperativa, ainda pagava os 100 mil cruzeiro (a Joia). Se ela chegasse a falir por exemplo (má administração ou outras causas) a sua propriedade que garantia. (XZY05).

²¹⁰ Afirmamos “parcialmente” porque não temos entrevistados em número que assegure base estatística, ou dados de fonte secundária para avaliar a extensão com que essa prática foi adotada pela COAMO.

Contudo os dados das fontes entrevistadas indicam que enquanto alguns cooperados informaram ter recebido o retorno do capital social por ocasião de sua saída forçada, muitos outros não recebiam nada.

para o processo de acumulação da cooperativa, necessariamente inclui a expropriação²¹¹ do capital social dos pequenos cooperados.

Já a segunda estratégia, referente à alocação de recursos nos fundos obrigatórios e estatutários, seguimos uma pista que aparece na obra de Delgado (1985) e Benetti (1983) em que ambos os autores, mencionam que o papel da multicooperativa é fundamental no sentido de obter e administrar o consenso dos cooperados.

Na COAMO, como vimos no capítulo 4a legitimação da tecnocracia para com os demais cooperados, entendemos ser fator de extrema funcionalidade para que a cooperativa aquela pudesse acumular sobras e reinvestir na capitalização. Para nós, neste caso, tal capitalização vem se configurando num processo de apropriação da cooperativa de parte do capital dos cooperados (das sobras líquidas auferidas no exercício)²¹².

Sendo que em todas as cooperativas, a decisão de alocação das sobras líquidas deve ser votada em assembleia, atenta-se ao fato de que desde o início, a COAMO manteve e mantém uma política estrutural agressiva de capitalização via retenção das sobras para um fundo de desenvolvimento. No estatuto da COAMO, em seu capítulo VII, artigo 59, têm-se que 35% das sobras serão destinadas ao Fundo de Desenvolvimento²¹³. Portanto, ressaltamos que além dos fundos obrigatórios, a COAMO em seu estatuto deixa clara sua estratégia em fortalecer a estrutura cooperativa através do fundo de desenvolvimento²¹⁴. Do montante de recursos totais acumulados (saldo) nos fundos, a COAMO detinha em percentuais no ano de 1979: 43% na Reserva Legal, 10% no Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (FATES), 35% no fundo de desenvolvimento e 13% em outro fundo (OCEPAR, 1979).

²¹¹ “Na região de Campo Mourão, a COAMO, ao inserir-se ideologicamente nos princípios do capitalismo se tornou um rentável empreendimento econômico capaz de realizar a expropriação do camponês, constituindo-se em um eficiente instrumento de subordinação dos agricultores ao capital, estabelecendo a base de expansão territorial no modo de produção capitalista” (ONOFRE, 2011, p.193).

Para maiores detalhes sobre expropriação: Ver Marx, Tomo I, de O`Capital.

²¹² Após este processo da retenção das sobras nos fundos obrigatórios, o montante restante dos recursos vai ser decidido sobre seu destino em assembleia com os demais cooperados.

“É comum as decisões serem tomadas antecipadamente, e o associado apenas ratifica o voto, assinando uma ata que, muitas vezes, acredita ele, é a melhor decisão para a cooperativa. Com isso, os gestores possuem poderes quase ilimitados para investir os recursos internos, que, na realidade, via conta capital social, deveriam ser restituídos aos cooperados (REQUEJO, 1997 apud GIMENES; GIMENES, 2006).

²¹³ Ver estatuto da COAMO, anexado na dissertação de Ávila (2002)

²¹⁴ Art. 63 do respectivo estatuto “O Fundo de Desenvolvimento destina-se à ampliação de setores operacionais existentes ou à criação de novos, podendo ser aplicado em despesas ou em inversões (ÁVILA, 2002, p.202)

Conforme os dados da OCEPAR, nos anos 1990, 1991, 1992, 1993, 1994, 1995 e 1997, período da crise que afetou sobremaneira o cooperativismo agropecuário, a COAMO por mais que tenha gerado sobras no final do exercício dos respectivos anos²¹⁵, não as disponibilizou para a Assembleia Geral Ordinária²¹⁶. Nestes anos descritos, do montante de recursos totais acumulados (saldo) nos fundos, percebe-se que o fundo de desenvolvimento, teve percentuais crescentes de mais de 58% (OCEPAR, 1990-1997).

Para fins de maior elucidação sobre tal estratégia da cooperativa, em 2002 a COAMO teve uma sobra líquida no exercício de R\$ 145.863.353,00, onde 37% (R\$ 54.115.361) foram disponibilizados para a assembleia geral ordinária. O restante, ou seja, 63% (R\$ 91.747.992,00) foram destinados aos fundos legais e estatutários. Destacamos que, do total de recursos destinados aos fundos, o Fundo de Desenvolvimento obteve a maior destinação com 41%, seguido de perto do Fundo de Reserva para manutenção de capital de giro com 38% (COAMO, 2002).

Seguindo a mesma estratégia, em 2014 a COAMO teve uma sobra líquida no exercício de R\$ 647.701.000,00, dos quais 40% (R\$ 258.773.000,00) foram disponibilizados para a assembleia geral ordinária. O restante, ou seja, 60% (R\$ 388.928.000,00) foram destinados aos fundos legais e estatutários. Destacamos que, do total de recursos destinados aos fundos, o fundo de desenvolvimento obteve a maior destinação com 47%, seguido de perto do FATES com 39% (COAMO, 2014).

Neste sentido, compreendemos que a estratégia de capitalização das cooperativas é considerada legítima e deve ser um instrumento utilizado para poder fazer frente às necessidades de melhoria de instalações e serviços aos cooperados e para fazer frente aos concorrentes no mercado. Contudo, uma estratégia agressiva de capitalização via fundos não divisíveis, somada a um esforço para exclusão de pequenos cooperados (muitas vezes fraudulenta, por ser contrária à vontade desses cooperados e sem o devido retorno do capital integralizado na cooperativa), caracteriza uma estratégia de crescimento por expropriação do campesinato originariamente associado a COAMO.

²¹⁵ A título de exemplo tendo como base o período do mesmo padrão monetário do ano de 1991, para o ano 1992 as sobras da COAMO aumentaram 36 vezes.

²¹⁶ Tais dados precisam de melhor investigação. Pois diferentemente da base dados da OCEPAR (1990-1997), o estudo de Zylbersztajn et.al (1996, p.16) revela que em 1994 a cooperativa colocou a quantia de US\$ 425,51/associado como sobras à disposição da Assembléia Geral Ordinária - AGO, e em 1995 esta quantia subiu para US\$ 455,51/associado. Houve um acréscimo de 7% nas sobras por associado, e um decréscimo de 4,9% no número de associados.

Para reforçar nossos argumentos desta seção, Stela (2003), em sua pesquisa, indagou os cooperados da COAMO sobre a retenção de capital efetuada pela cooperativa como forma de aumento de capital:

Parte dos entrevistados não a considerou justa, pois, salientam que esta já ganha no fornecimento e na comercialização dos produtos junto aos cooperados. Os que consideraram esta retenção justa justificam tal posição dizendo que esta taxa serve para o fortalecimento da cooperativa, tanto estruturalmente quanto financeiramente e que em caso de desfiliação esta será ressarcida ao cooperado devidamente remunerada. (STELA, 2003, p. 73).

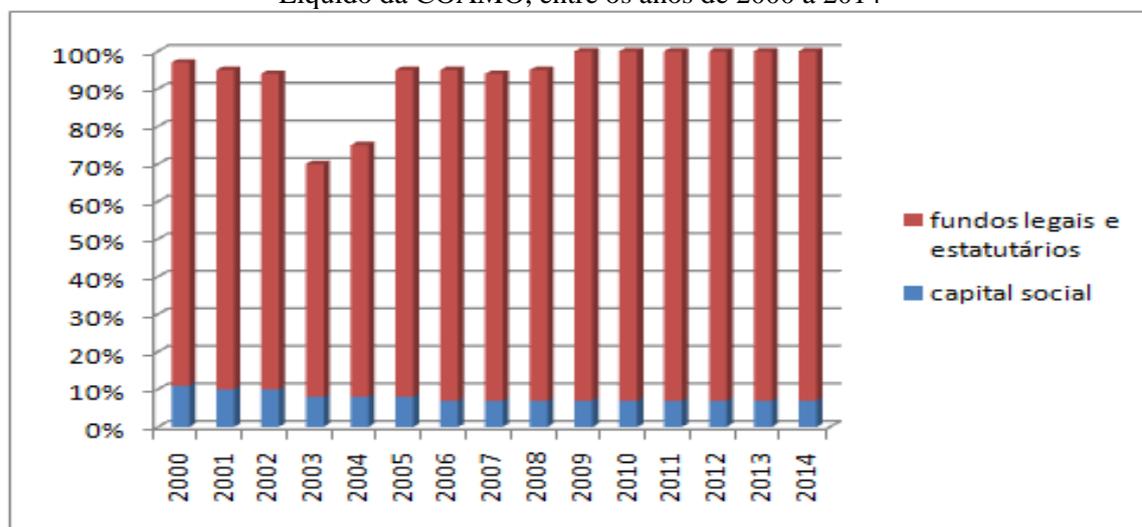
Para esclarecer melhor esse ponto, salientamos dois elementos: há uma visão equivocada, tendo em vista que os fundos obrigatórios e estatutários são indivisíveis, ou seja, por lei não podem ser repassados aos cooperados quando há uma desfiliação da cooperativa. Vimos, também, através do depoimento do entrevistado ZXY05, que em seu caso, o ressarcimento da COAMO como cooperado desfiliado, não ocorreu, configurando burla da legislação e expropriação do capital social, direito do associado! Destacamos nesta situação, que além da cooperativa ter se apropriado da quota-parte (jóia) do cooperado, promoveu o desenraizamento do cooperado da estrutura cooperativa (perda do acesso a compras e vendas via cooperativa²¹⁷, etc.) e um sentimento de descrédito no cooperativismo.

Constatamos que entre 2000 a 2014, do total de recursos para os fundos legais e estatutários²¹⁸, a COAMO retinha em média 46% deste total para o Fundo de Desenvolvimento. Concomitantemente vale destacar que, a partir de 2004, a COAMO vem retendo crescentes montantes no FATES. Conforme Figura 29, percebemos que de 2000 a 2014, o capital social da COAMO teve seu ponto mais alto de participação no patrimônio líquido, com o percentual de 11%, em 2000. Já os fundos legais e estatutários (indivisíveis) representaram a partir de 2009, percentual de 93% de participação no patrimônio líquido (a sua menor participação em percentual nestes anos, foi em 2004, com 67%).

²¹⁷ Alguns entrevistados excluídos arbitrariamente pela COAMO informaram que, por muito tempo, seguiram comprando na cooperativa utilizando-se de subterfúgios como realizar essas compras em nome de algum amigo cooperado, para poder se beneficiar dos preços diferenciados. Recorde-se que em muitas comunidades a COAMO exerce papel de quase monopólio nas vendas de produtos agrícolas.

²¹⁸ Deve-se salientar que à alocação das sobras líquidas geradas no exercício das cooperativas brasileiras, segue uma legislação específica que trata sobre o tema (artigo 28 da lei 5.764 de 1971) e que segue recomendação da Aliança Cooperativa Internacional (ACI), onde mencionam que parte destas sobras devem obrigatoriamente capitalizar o Fundo de Assistência Técnica e Educacional - FATES e a Reserva Legal e ficando a cargo da cooperativa ainda criar outros possíveis fundos.

Figura 29 - Percentual do capital social e dos fundos legais e estatutários em relação ao Patrimônio Líquido da COAMO, entre os anos de 2000 a 2014



Fonte: Elaborado pelo autor, com base nos dados dos demonstrativos financeiros da COAMO (2000-2014)

Com sua política de aporte de sobras aos fundos, e sua não integralização como quota parte, a COAMO enquanto instituição vai se apropriando de recursos dos cooperados e criando uma base de recursos autônoma em relação a eles, que pode ser gestada pela tecnocracia interna em detrimento da saída eventual dos cooperados, já que esses fundos são indivisíveis. Tal estratégia explica, em parte, a evolução astronômica do patrimônio líquido da cooperativa, saltando de 385 milhões em 2000, para cerca de 3 bilhões em 2014.

Também não podemos nos furtar de destacar que, como fonte de recurso próprio, a COAMO desenvolve uma vigorosa extração de mais valia da massa de funcionários assalariados. Para melhor compreensão, a COAMO tinha em 1971, 25 funcionários, aumentando para 824 funcionários em 1979. Nas décadas de 1980 e 1990 o número de funcionários se manteve em crescente, saltando em 1988 para 3.516 e em 1997 para 3.616 funcionários. Na virada do séc. XXI a quantidade de funcionários praticamente dobrou: em 2014 a cooperativa tinha 6.726 funcionários efetivos e 1.597 terceirizados. Esses dados são fundamentais para explicarmos que a cooperativa se converte em um empresário capitalista, ainda que coletivo, que explora conjunto crescente de trabalhadores assalariados, somando-se aos trabalhadores assalariados explorados nas fazendas dos cooperados latifundiários, configurando uma massa não desprezível de trabalhadores sob comando desse capitalista cooperativo.

5.3 Aspectos conclusivos do capítulo

O conjunto de dados e informações trazidas neste capítulo nos permite afirmar que a COAMO tem extrema dependência do capital de terceiros. Esta proveio de expressivos e contínuos financiamentos ao longo da história, especialmente do Estado, onde pôde consolidar sua estratégia de territorialização e ampliação do capital fixo (entrepostos cooperativos, plantas industriais) e conseqüentemente modernizar as estruturas de comercialização, rede de insumos e bens de fornecimento aos cooperados. Para tanto foi fundamental a COAMO manter relações amistosas e até carnavais com os governantes de plantão, fosse em esfera estadual, como em nível nacional. Também explica a postura da OCEPAR e das cooperativas do agronegócio no sentido de apoio à formação da bancada ruralista, como braço parlamentar de sua atuação visando à obtenção de benesses financeiras, fiscais e legais.

Gostaria de sinalizar que, em futuras pesquisas sobre a COAMO, maiores detalhes da operacionalização dos financiamentos adquiridos por esta cooperativa durante o período de escassez do crédito por parte do Estado serão analisados. Como vimos durante a década de 1990²¹⁹ a cooperativa utilizou fortemente a modalidade ACC, por cujo intermédio a cooperativa realizava uma promessa de exportação de grãos ao mercado internacional e obtinha o direito de realizar uma ACC no valor da operação. Neste momento ocorria a antecipação para a cooperativa dos valores negociados feita por um banco doméstico. Depois de realizada a operação de venda, o importador pagava à cooperativa e esta transferia o valor para o banco doméstico que lhe havia antecipado os recursos.

Já no tocante à estratégia de acumulação de capital via fontes próprias, viu-se claramente que a cooperativa pratica uma agressiva estratégia de retenção de sobras destinadas aos fundos obrigatórios e estatutários, especialmente o Fundo de Desenvolvimento, fato que pode ser verificado na composição do patrimônio líquido da cooperativa. Tal estratégia, que para alguns autores será denominada de “capacidade de autofinanciamento” (construída a partir de decisões gerenciais eficientes), para nós configurou-se em mecanismos

²¹⁹A análise que fazemos a partir de então, é que a virada da década de 1980 para 1990 vai de encontro a Delgado (1985) quando menciona que cada uma dessas destinações do crédito rural contempla um bloco agroindustrial específico, em termos de demandas institucionalmente dirigidas pelas classes patronais a serviço do sistema capitalista mundializado.

de exploração que significam diretamente apropriação do valor (mais-valia²²⁰) gerado pelos cooperados (muitos deles que seriam posteriormente excluídos sem restituição de quotas) por parte da tecnocracia da cooperativa, aliada ao segmento de cooperados composto por médios e grandes²²¹ proprietários de terras.

Tais estratégias baseadas na expropriação de pequenos cooperados, na apropriação²²² parcial do valor gerado pela produção dos cooperados²²³ e na exploração contínua/crescente dos trabalhadores assalariados da cooperativa se tornou possível pela construção de um consenso em que a tecnocracia da COAMO adquiriu forte legitimidade perante os cooperados permitindo, desde sua constituição, fortalecer explicitamente a estrutura cooperativa, através dos volumosos percentuais retidos.

²²⁰ Ver Marx (1980) e Bernardo (1991)

²²¹ Como vimos no capítulo 4, o preço dos insumos é diferenciado para grandes cooperados (tipologia A/VIP), que podem negociar preço com os gerentes de entrepostos. Certamente também deverá ser a remuneração dos produtos entregues.

²²² Visto desse ângulo, o lucro da cooperativa nada mais seria do que pura transferência de excedente do produtor, e, assim, seu processo de acumulação estaria baseado na expropriação deste último. Mas mesmo se admitindo que as transferências do excedente dos agricultores, via mecanismo de preços, sejam quantitativamente importantes, não seriam as cooperativas que os expropriam, mas o conjunto do sistema econômico. (BENETTI, 1983).

²²³ O que acontece no processo produtivo, em relação a seus cooperados é que a na medida em que há uma valorização de seu capital inicial a cooperativa gera e se apropria de uma parcela do excedente total produzido pelo sistema econômico da mesma forma que uma empresa tipicamente capitalista. (BENETTI, 1983).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O conjunto de dados analisados nesta dissertação revelou uma intensa e histórica participação do Estado brasileiro, em especial através da Extensão Rural e de seus quadros técnicos, na criação/estímulo a fundação de cooperativas agrícolas. Estas se tornariam agentes fundamentais da sedimentação do projeto da Revolução Verde.

No caso do Paraná, vimos que a posição hegemônica da burguesia agrária junto aos aparelhos de Estado (ACARPA/EMATER) e nos aparelhos privados de hegemonia (OCB/OCEPAR) articulados à bancada ruralista (aqui incluída a FRENCOOP), orquestraram a elaboração de políticas públicas, dentre as quais a própria Extensão Rural, a pesquisa agropecuária e outros programas de governo, que possibilitaram a constituição de conglomerados cooperativos de tipo capitalista em escala inédita no país.

Tendo o pano de fundo descrito anteriormente, tivemos como passo seguinte, descrever algumas estratégias, nuances e contradições, que permitiram à paranaense COAMO – Agroindustrial Cooperativa, tornar-se a maior cooperativa singular capitalista da América Latina, presentes nos Estados do Paraná, Santa Catarina e Mato Grosso do Sul.

A primeira constatação é que esta cooperativa teve desde seu nascedouro uma orientação clara para o mercado externo e comoditização baseada em grãos (especialmente a soja), mesmo à custa da exclusão social e de incertezas ambientais. Para isso a ofensiva territorial/territorialização, por meio de aquisições/incorporações de cooperativas, criação de infraestrutura, entrepostos, plantas industriais, etc. (capital fixo), tinham o propósito de hegemonizar o agronegócio na reorganização do espaço rural.

Salientamos no decorrer dos capítulos, que a COAMO sempre esteve centrada na especialidade de poucos produtos, associados a políticas rigorosas de baixar custos e ampliar cada vez mais o volume de produtos recebidos. Para isso adotou até o final da década de 1970 uma territorialização visando aumentar a base de cooperados e incorporar novas áreas agrícolas, que a permitisse controlar uma rede capilarizada em grãos. Se na década de 1980 permanece a mesma estratégia descrita na década anterior, somada a guinada à industrialização da cooperativa, na década de 1990, há uma nítida inflexão na estratégia da cooperativa – a seletividade dos cooperados, priorizando agricultores com áreas maiores de 50 [ou 100?]hectares, onde a ampliação e/ou concentração de terras seria uma das exigências para a produção rentável dos cultivos agrícolas comoditizados e da tecnologia incrementada

ao processo produtivo do novo modelo de produção, ou seja, configurando na prática uma opção pela classe média rural e pela burguesia agrária. Esta estratégia teve a consequente enxurrada de pequenos cooperados desvinculados e/ou expulsos/expropriados da cooperativa entre 1988 e 1997, que jogados na marginalidade, no êxodo e no desemprego, foram completamente abandonados politicamente por este tipo de cooperativismo.

Ademais, constatamos que a COAMO optou, a partir da década de 1980 e ganhando força apenas no início do Séc. XXI, pela verticalização/industrialização tendo em vista o mercado internacional, destino principal da soja colhida no Brasil. Essa estratégia buscou se apropriar dos ganhos obtidos com variações cambiais, bem como do acesso a mercados e, possivelmente, de condições financeiras favoráveis obtidas internacionalmente e para isso criou trading própria em 1994. No entanto, por mais que ainda não seja o foco principal, percebe-se que a cooperativa vem fazendo um movimento no sentido de reduzir sua dependência do mercado externo e aumentar a margem dos produtos comercializados, através da industrialização e criação de marcas aos consumidores finais.

No tocante à propalada eficiência econômica da COAMO, além dos fatores descritos, constatamos o controle draconiano exercido pela cooperativa e seus gestores tecnocráticos sobre a produção dos cooperados e em sua fidelização à mesma. Tal estratégia faz com que a cooperativa possa gerenciar atualmente uma extensão territorial de 4 milhões de hectares em 2014 (quase cerca do tamanho do Estado do Rio de Janeiro) em “mãos” dos cooperados. Também destacamos uma estrita vigilância, disciplina laboral e extração de mais valia sobre seus assalariados, que articulado a um programa de metas audacioso e crescente visa permanentemente melhorias estruturais em sua posição competitiva.

Por fim, constatamos que a estrutura emergida pela COAMO tem extrema dependência de capital de terceiros (agências financeiras). Esta foi proveniente de expressivos e contínuos financiamentos ao longo da história, especialmente do Estado, onde pôde consolidar suas estratégias descritas de territorialização e ampliação do capital fixo (entrepósitos cooperativos, plantas industriais) e consequentemente modernizar as estruturas de comercialização, rede de insumos e bens de fornecimento aos cooperados. Já a estratégia de acumulação de capital via fontes próprias, viu-se claramente que sob o comando desse “capitalista coletivo” há uma prática agressiva de retenção de sobras destinadas para os fundos obrigatórios e estatutários, especialmente o Fundo de Desenvolvimento, através da qual a cooperativa se apropria de recursos dos cooperados e cria uma base de recursos autônoma

em relação a eles, a qual pode ser gestada pela burocracia interna em detrimento da saída eventual dos cooperados, já que tais fundos são indivisíveis.

Destacamos o mérito e relevância da COAMO em ter se constituído como a maior cooperativa da América latina, de ter construído uma série de estratégias capitalistas eficazes que lhe asseguram contínuo crescimento. Entretanto, como vimos nesta dissertação tudo isso se deu à custa de exploração e expropriação, dentre outras contradições, e isso não pode ser desconsiderado, visto ela se utilizar do formato cooperativo.

Por fim, reforçamos que não é inviável outro tipo de cooperativismo. Apontamos a Economia Solidária, compreendida como uma forma de experimentação de democracia e autogestão por trabalhadores (as) interessados em produzir coletivamente seus meios de vida. Nestes moldes, há milhares espalhados pelo Brasil, que articulados a luta política dos movimentos sociais do campo, resistem aos malogros do capital e apontam alternativas de desenvolvimento, sobretudo para o meio rural.

REFERÊNCIAS

ABRAHÃO, C.M.S.; CANEPARO, S.C. Porto de Paranaguá – entrelaces históricos e configuração territorial. **VII congresso brasileiro de geógrafos**, Vitória/ES, ago.2014.

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA (APPA). **Cooperativa concentra operações de exportação no Porto de Paranaguá**. 2009. Disponível em: <<http://www.portosdoparana.pr.gov.br/modules/noticias/article.php?storyid=482>> Acesso em: 23 out. 2015

ALVES, A. G. **As cooperativas agropecuárias e o BRDE**: histórico, situação atual e perspectivas. Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul, Diretoria de Planejamento, Superintendência de Planejamento, 2003.

ANDRADE, A. **Poder. Estado e Capital nos processos de Des-Re-Territorialização no campo da microrregião geográfica de Campo Mourão - PR**. Maringá: UEM, 2013. Tese de Doutorado (Doutorado em Geografia).

ÁVILA, J.L. **A COAMO e o desenvolvimento geoeconômico da região de Campo Mourão**. 2002. 215 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Geografia – UEM/DGE, Maringá, 2002.

BANCO DE DADOS COOPERATIVISTA. Curitiba: EMATER/OCEPAR, 1979-1997.

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. **BNDES apoia projeto de expansão da Coamo com R\$ 9,6 milhões**. 2007. Disponível em: <<http://bndes.jusbrasil.com.br/noticias/206503681/bndes-apoia-projeto-de-expansao-da-coamo-com-r-9-6-milhoes>> Acesso em:

BENETTI, M. D. Análise da capitalização na sociedade cooperativa: o exercício da transformação do paradoxo no senso comum. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, p. 47-63, 1983.

_____. Elementos para a discussão das relações entre Estado e Cooperativismo. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, ano 5, n.2, p. 163-168, 1984.

_____. Endividamento e crise no cooperativismo empresarial do Rio Grande do Sul: Análise do caso FECOTRIGO/CENTRALSUL – 1974-83. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, ano 6, n.2, p. 23-55, 1985.

_____. **Origem e formação do cooperativismo empresarial no Rio Grande do Sul**. 5.ed. Porto Alegre: FEE, 1982.

BERNARDO, J. **Economia dos conflitos sociais**. São Paulo: Cortez, 1991.

_____. **Estado. A Silenciosa Multiplicação do Poder**. São Paulo: Escrituras, 1998.

BIALOSKORSKI NETO, S.; ZYLBERZSTAJN, D. Saskatchewan Wheat Pool: As novas bases contratuais em uma cooperativa: Programa de Estudos dos negócios do sistema agroindustrial. In: **VII Seminário Internacional PENSA de AGRIBUSINESS**, 8., 1998, São Paulo. Programa de estudos dos negócios do sistema agroindustrial. São Paulo: Pensa, 1998.

BNDES financia projeto de expansão da Coamo. **Página Rural**. 2005. Disponível em: <<http://www.paginarural.com.br/noticia/19421/bndes-financia-projeto-de-expansao-da-COAMO>> Acesso em: 14 nov. 2015

BRESSER-PEREIRA, L.C. **Tecnoburocracia e contestação**. Rio de Janeiro: Vozes Ltda, 1972.

_____. **A Sociedade Estatal e a Tecnoburocracia**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

BRDE libera R\$ 575 milhões para cooperativas e cooperados. **Revista Castrolanda**. 2015. Disponível em: <<http://www.castrolanda.coop.br/release/brde-libera-r-575-milhoes-para-cooperativas-e-cooperados-17705>> Acesso em: 29 dez. 2015

CAETANO, Mariana. Dow AgroSciences conclui aquisição da Coodetec. **Revista valor econômico**. 2015. Disponível em: <<http://www.valor.com.br/agro/3886506/dow-agrosciences-conclui-aquisicao-da-coodetec>> Acesso em: 23 dez. 2015

_____. Cooperativas do PR elevam os aportes em outros Estados. **Portal KLFF**. 2015. Disponível em: <<http://www.portalklff.com.br/noticia.asp?id=1029299&titulo=Cooperativas+do+PR+elevam+os+aportes+em+outros+Estados>> Acesso em:

CAPISTRANO, M. O.; KLOCK, M. Políticas educacionais para a juventude do campo. In: **Anais do 5 Seminário Nacional Estado e Políticas Sociais**. Cascavel: Unioeste, out., 2011.

CARNOY, M. **Estado e Teoria política**. 3. ed. Campinas: Papyrus, 1984.

CASAGRANDE, D.J; MUNDO NETO, M. Administração em cooperativas agroindustriais: uma análise das ferramentas organizacionais da Copersucar e da COAMO. **REDD – Revista Espaço de Diálogo e Desconexão**, Araraquara, v. 4, n. 2, jan./jul. 2012.

CHESNAIS, F. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

COAMO. **Agroindustrial Cooperativa**. 2016. Disponível em: <<http://www.COAMO.com.br>> Acesso em: jan. 2016.

_____. **Relatório de Gestão 1998 a 2014**. Disponível em: <<http://www.COAMO.com.br>> Acesso em: jan. 2016.

_____. **Demonstrativos financeiros 1998 a 2014**. Disponível em: <<http://www.COAMO.com.br>> Acesso em: jan. 2016.

COAMO: Cooperativa fecha primeira exportação de milho para os Estados Unidos. **Agrolink**. 2015. Disponível em: <http://www.agrolink.com.br/culturas/milho/noticia/COAMO--cooperativa-fecha-primeira-exportacao-de-milho-para-os-estados-unidos_223985.html> Acesso em: 18 dez. 2015

COOPERATIVAS do PR investem em outras regiões. 2015. **Revista A granja**. Disponível em:<<http://agranja.com/index/noticias/11273/cooperativas+do+pr+investem+em+outras+regi%EF%BF%BD%C2%B5es>> Acesso em: 17 dez. 2015

COOPERATIVAS se preparam para soja transgênica. **Pagina Rural**. 2005. Disponível em: <<http://www.paginarural.com.br/noticia/21587/cooperativas-se-preparam-para-soja-transgenica>> Acesso em: 25 mar. 2015

CORADINI, O. L.; FREDERICO, A. **A agricultura, cooperativas e multinacionais**. Rio de Janeiro: Edição Online, 2009.

COSTA, R. **Antonio Gramsci e a construção da nova hegemonia**. 2016. Disponível em: <http://pcb.org.br/fdr/index.php?option=com_content&view=article&id=8:antonio-gramsci-e-a-construcao-da-nova-hegemonia&catid=2:artigos.>Acesso em: set. 2014.

CHRISTOFFOLI, P.I. **O desenvolvimento de cooperativas de produção coletiva de trabalhadores rurais no capitalismo**: limites e possibilidades. Curitiba, Dissertação de Mestrado, UFPR, 2000.

_____. **O Processo Produtivo Capitalista na Agricultura e a Introdução dos Organismos Geneticamente Modificados**: o caso da cultura da soja RoundupReady (RR) no Brasil. Brasília, Tese de Doutorado, UNB, 2009.

DELGADO, G. **Capital financeiro e agricultura no Brasil**. São Paulo: Ícone; UNICAMP, 1985.

DENKER, N. **A expansão e crescimento da COAMO Agroindustrial Cooperativa Ltda**. Curitiba: UFPR, 2009. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico).

EMATER. **50 Anos de Extensão Rural Paranaense: 1956-2006**. Curitiba: Emater, 2006.

FAJARDO, S. Complexo Agroindustrial, Modernização da agricultura e participação das cooperativas agropecuárias no Estado do Paraná. **Caminhos da Geografia**, Uberlândia, v. 9, n. 27, p. 31-44, 2008.

_____. **Territorialidades Corporativas no Rural Paranaense**, Guarapuava: Unicentro, 2008.

_____. O novo padrão de desenvolvimento agroindustrial e a atuação das cooperativas agropecuárias no Paraná. **Revista Caminhos de Geografia**. v. 4, n. 17, p. 31 - 47, fev./2006.

FARIAS, F. R. **A Dinâmica Geoeconômica do Cooperativismo Agropecuário do Sul do Brasil**. Florianópolis, Tese de Doutorado, UFSC, 2015.

FARIA, M. S de. **Autogestão, Cooperativa, Economia Solidária, Avatares do Trabalho e do Capital**. Florianópolis, Ed. Em Debate, 2011.

FONSECA, M. T. L. **A extensão rural no Brasil, um projeto educativo para o capital**. São Paulo: Loyola, 1985.

FREDERICO, S. Desvendando o Agronegócio: Financiamento agrícola e o papel estratégico do sistema de armazenamento de grãos. **Espaço e Tempo**, São Paulo, n. 27, p. 47-61, 2010.

GASQUES, J; VERDE, C.M.V; OLIVEIRA, J.A (Org.). **Crédito rural e estruturas de financiamento**. Brasília: IPEA, 2004.

GERMER, C. M. **Análise comparativa do progresso técnico na soja em uma região antiga de café (norte) e em região de culturas alimentares**. Curitiba: IPARDES, 1981.

GIMENES, R.M.T; GIMENES, F.M.P. Aplicabilidade da análise dinâmica do capital de giro como instrumento de avaliação da gestão financeira em cooperativas agropecuárias. In. **Revista Econ. contemp.**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 1, p. 129-150, jan./abr. 2008.

_____. Agronegócio cooperativo: a transição e os desafios da competitividade. In. **Revista de Ciências Empresariais da UNIPAR**, Umuarama, v.7, n.1, jan./jun. 2006.

GONÇALVES, J.S. **Agricultura Sob a Égide do Capital Financeiro: Passo rumo ao aprofundamento do desenvolvimento do agronegócio**. São Paulo, v. 35, n. 4, Abr. 2005.

GONÇALVES, R.C. **A evolução do cooperativismo agropecuário no Brasil**. Trabalho de conclusão do Curso Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

GRAMSCI, A. **Cadernos do Cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999. (Volumes I à III)

HARVEY, D. **O enigma do Capital e as crises do capitalismo**, São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

HESPANHOL, A.N. **O binômio soja/trigo na modernização da agricultura do Paraná: o caso dos municípios de Uiratã Campina da Lagoa e Nova Cantú**. 1990. 223p. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Estadual Paulista, Rio Claro.

HOMENAGEM Gallassini: Personalidade Extensionista. **Jornal COAMO**, Campo Mourão/Paraná, Edição 394, maio2010. Disponível em: <<http://www.COAMO.com.br/jornalCOAMO/mai10/digital/homenagem.html>> Acesso em: 11 jan. 2016.

JESSOP, B. Althusser, Poulantzas, Bucí-Glucksmann: desenvolvimentos ulteriores do conceito gramsciano de Estado integral. **Crítica Marxista**, n.29, p.97-121, 2009.

LIOTO, M.; LUZ, B. B. da. **Falta de contratações sucateia Emater de Cascavel**. 2015. Disponível em: <<http://cgn.uol.com.br/noticia/147331/falta-de-contratacoes-sucateia-emater-de-cascavel>> Acesso em: 28 dez. 2015

LOUREIRO, M. R. Cooperativismo e reprodução camponesa. In: LOUREIRO, M. R. (Ed.), **Cooperativas agrícolas e capitalismo no Brasil**. São Paulo, SP: Cortez, 1981. p. 133-155.

KRUPPA S.; et al. **Serie Pensando o Direito**. v. 46, p. 5-111, 2012.

MARTINS, C.E. **Tecnocracia e capitalismo**, São Paulo: Brasiliense, 1974.

_____. Tecnocracia ou tecnoassessoria. In: **Revista Administração Emp.** Rio de Janeiro, ano 10, n. 2, p. 39-66, jul.set.,1970.

MARX, K. **O Capital: Crítica da Economia Política**. 3. ed. Rio de Janeiro. 1980. (Volumes I, II e III)

MENDONÇA, S. R. de. Estado e Hegemonia do Agronegócio Brasileiro, **Histórias e Perspectivas**, Uberlândia, ano 32, n.33, p. 91-132. 2005.

_____. Estado e Sociedade Civil no Brasil: O Binômio Ocb/Abag e a Embrapa. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH**. São Paulo, jul. 2011.

_____. **O Patronato Rural no Brasil Recente (1964-1993)**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2010.

_____. **A política de cooperativização agrícola do Estado Brasileiro (1930-1945)**. Niterói: Eduff, 2002.

_____. **Estado e Economia no Brasil: opções de desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

_____. Sociedade Civil, Sociedade Política e Agricultura no Brasil. **História e Perspectivas**, Uberlândia, n. 48, p. 43-80, jan./jun. 2013.

MENEZES, F. Z. Exportação não reage à melhora da economia europeia. **Gazeta do povo**. 2013. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/economia/exportacao-nao-reage-a-melhora-da-economia-europeia-4k05769ohrc217y03s546a98u>> Acesso em: 12 set. 2015

MUZILLI, O. A assistência agrônômica no Estado do Paraná, **Cadernos de Difusão Tecnológica**. Brasília, ano 6, n.1, p. 141-147, jan./abr. 1989.

OLIVEIRA, D.G.;MEDEIROS, M.C. As cooperativas no setor agroindustrial: o caso dos alimentos COAMO. **VII congresso brasileiro de geógrafos**, Vitória/ES, ago.2014.

OLIVEIRA, F. **A economia da dependência imperfeita**. Rio de Janeiro: Graal, 1977.

OLIVEIRA, M. M. As circunstâncias da criação da extensão rural no Brasil. In: **Cadernos de ciência e tecnologia**, Brasília, v. 16, n.2, maio/ago. 1999.

OLIVEIRA, P.C. **Extensão Rural e interesses patronais no Brasil**: uma análise da Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural – ABCAR (1948-1974). 2013. 163 f. Dissertação (Mestrado) – Curso em História, Universidade Federal Fluminense, 2013.

ONOFRE, G.R. **Capital e COAMO – Agroindustrial Cooperativa**: a formação de um território. Tese de doutorado em Geografia Humana, USP, São Paulo, 2011.

PADILHA, W. **O papel do crédito no desenvolvimento das cooperativas agropecuárias**. 2014. 230 f. Dissertação (Mestrado) – Curso de Geografia, Ciências Humanas, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Francisco Beltrão, 2014.

PANZUTTI, R. Sistema financeiro e cooperativas agrícolas. Apresentação. In: **Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural**. [S.l], 2008.

PARANÁ (Estado). Governo do Estado do Paraná. **Com apoio do BRDE, Coamo investe em melhoria de armazenagem de grãos**. 2015. Disponível em: <<http://www.aen.pr.gov.br/modules/noticias/article.php?storyid=85318>> Acesso em: 28 dez. 2015

PEDROZO, E. **Uso de modelos de estratégias industriais em cooperativas de produção - um estudo exploratório**. Porto Alegre: UFRGS, 1991. Dissertação (Mestrado em Administração)

PESSUTI, O. Coamo investe R\$ 110 milhões na modernização de unidades armazenadoras, com recursos do BRDE. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/economia/exportacao-nao-reage-a-melhora-da-economia-europeia-4k05769ohrc217y03s546a98u>> Acesso em: 01 dez 2015

PINTO, R. G. **O novo empresariado rural no Brasil**: uma análise das origens, projetos e atuação da Associação Brasileira do Agribusiness (1990-2002). Dissertação de mestrado, Programa em Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, 2010.

PIZAIA, M.G.; JESUS, R.R.; NEVES, A.B. A produção de soja no Paraná: um estudo sobre os principais fatores políticos e governamentais que influenciaram o crescente aumento da exportação da soja. Pôster. In: **Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural**. Ribeirão Preto, 2005

POULANTZAS, N. **O Estado, o Poder, o socialismo**. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática. 1993

RAMOS, C. **Capital e trabalho no sindicalismo rural brasileiro: uma análise sobre a CNA e sobre a CONTAG (1964-1985)**. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2011.

ROCHA, E. **O Cooperativismo agrícola em transição: dilemas e perspectivas**. Tese de Doutorado em Ciências Econômicas. Campinas, UNICAMP, 1999.

RICKEN, J.R. **A integração econômica e social nas cooperativas agropecuárias do Paraná**. Dissertação de Mestrado, FGV, Rio de Janeiro, 2009.

ROLIM, C. F. O Paraná urbano e o Paraná do agribusiness. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, n.86, p.49-99, set./dez. 1995.

ROSSINI, M.C; NALIN, J.C. Análise Econômico-Financeira da Cooperativa Agroindustrial COAMO: Um estudo da demonstração do fluxo de caixa e da demonstração do valor adicional. **Revista de Ciências Empresariais**. UNIPAR, Umuarama, v. 14, n. 1, p. 161-190, jan. /jun. 2013.

SANCHEZ, A.C.; MICHELLON, E.; ROESSING, A.C. As perspectivas de expansão da soja. Apresentação. In: **Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural**. [S.l.], [S.d.].

SAUER, S; LEITE, S. P. Expansão agrícola, preços e apropriação de terra por estrangeiros no Brasil. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, v. 50, n. 3, Setembro 2012, pp. 503-524.

SAUER, S; TUBINO, N.L. A sustentação financeira de organizações do patronato rural brasileiro. **Revista Nera**. Presidente Prudente, ano 10, n. 11, p.131-148, Jul./Dez. 2007.

SCHNEIDER, J. E. (1981). O cooperativismo agrícola na dinâmica social do desenvolvimento periférico dependente: O caso brasileiro. In: M. R. Loureiro (Ed.), **Cooperativas agrícolas e capitalismo no Brasil**. São Paulo, SP: Cortez. 1981. p 11-40.

SEPULCRI, O.; PAULA, N. A. **Emater e seu papel na difusão da tecnologia nos seus 50 anos**. Apresentado no 1º Encontro de Extensão Rural, Paraná, 2005.

SERRA, E. A participação do Estado na Formação e desenvolvimento das cooperativas agrícolas no Brasil. **Revista de Geografia Agrária: Campo e Território**, Maringá/PR, v. 16, n. 8, p.6-37, ago.2013.

_____. O cooperativismo híbrido e suas formas de atuação no Paraná. **Revista de Geografia Agrária**, São Paulo, n. 8, p.4-22, 2008.

SETTI, O.E. **Cooperativismo Paranaense: Ocepar 40 anos construindo o futuro**. Curitiba: Ocepar, 2011.

_____. **COAMO 40 anos**. Campo Mourão: [s.n.], 2010. (Edição por encomenda).

SILVA, F.P.; LAPO, L.E.R. **Modelos de financiamento da cadeia de grãos no Brasil**. 2ª Conferência em Gestão de Risco e Comercialização de Commodities, [S.l.], [s.d.].

SILVA, J. G da. **A modernização dolorosa**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

_____. **A Nova dinâmica da agricultura brasileira**. São Paulo: Unicamp, 1987.

SILVA, V. M. **A regulação do mercado brasileiro de trigo**. São Paulo: EDUSP, 1992.

SILVA, E. F. **A Organização das Cooperativas Brasileiras e a negação do direito fundamental à livre associação**. Curitiba, UFPR, 2006. 138 f. Dissertação (Mestrado em Direito).

SINGER, P. **Uma utopia militante: Repensando o socialismo**. Petrópolis: Vozes, 1998.

STAVISKI, N. Negócio de R\$ 250 bi. **Revista Globo Rural**. 2012. Disponível em: <<http://revistagloborural.globo.com/Revista/Common/0,,EMI311909-18283,00-NEGOCIO+DE+R+BI.html>> Acesso em: 21 set. 2015

STELA, E.R. **A satisfação e a fidelidade de cooperados agrícolas: o caso da COAMO**. Curitiba, UFPR, 2003. 139 f. Dissertação (Mestrado em Administração).

TAVARES, H.M. Primórdios da Extensão Rural Paranaense. In: **Extensão em foco**, Curitiba, n. 6, jul./dez., 2010.

RICKEN, R.J. **A integração econômica e social nas cooperativas agropecuárias do Paraná**, 2009. 114 f. Dissertação de Mestrado Executivo em Gestão Empresarial – Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas, Fundação Getúlio Vargas, 2009.

TELES, C.C. **Análise dos Demonstrativos Contábeis Índices de Endividamento**. Belém, 2005.

TRAGTENBERG, M. **Burocracia e ideologia**. 3. ed. São Paulo: UNESP, 2006.

ZANDONADI, C.R. **Gestão estratégica no setor cooperativista agrícola do Paraná: Um estudo de caso**. Porto Alegre: UFRGS, 2011. (Especialização em Administração)

ZYLBERSZTAJN, D.; LAZZARINI, S.G.; BIALOSKORSKI, S. **Cooperativa COAMO: Gerenciando os Conflitos do Crescimento**. Estudo de caso apresentado no VI Seminário Internacional PENSA de Agrobusiness, Canela, 1996.